

2025
CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

Município de Mirandela

À reunião de Câmara
O Presidente da Câmara Municipal
05/06/2026

MIRANDELA

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 4
2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO 5
3. ENQUADRAMENTO DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS 8
3.1. Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A. 8
3.2. Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. 9
3.3. Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. 10
4. MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO 12
4.1. Método de Consolidação Orçamental 12
4.2. Método de Consolidação Integral 13
4.3. Método de Equivalência Patrimonial 13
4.4. Outras Entidades 14
4.5. O Perímetro de Consolidação Orçamental / Financeira e outras entidades 15
5. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS 16
5.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental 17
5.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza consolidada 19
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 21
6.1 Balanço Consolidado 22
6.2. Demonstração de Resultados Consolidada 25
6.3. Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido 27
6.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada 28
7. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 29
8. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 56
9. ANEXOS 59

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – Perímetro de consolidação orçamental e financeira 7
Quadro 2 – Perímetro de consolidação financeira, orçamental e outras entidades participadas 15
Quadro 3 - Demonstração do desempenho orçamental consolidada 18
Quadro 4 - Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza consolidada 19
Quadro 5 – Balanço Consolidado 23
Quadro 6 – Demonstração de Resultados Consolidada 26
Quadro 7 – Demonstração Consolidada das alterações ao Património Líquido 27
Quadro 8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidados 28
Quadro 9 – Entidades incluídas no perímetro do grupo 30
Quadro 10 – Entidades Contabilizadas ao MEP 30
Quadro 11 – Entidades não incluídas no perímetro de consolidação 31
Quadro 12 – Desagregação de caixa e depósitos 31
Quadro 13 - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas 34
Quadro 14 - Quantia escriturada e variações do período 34
Quadro 15 – Adições 35
Quadro 16 – Acordos de concessão de serviço 35
Quadro 17 – Variação do valor Bruto das depreciações e perdas por imparidades acumuladas 36
Quadro 18 – Quantia escriturada e variações do período 37
Quadro 19 – Adições 38
Quadro 20 – Locações Financeiras - locatário 39
Quadro 21 – Empréstimos Obtidos 39
Quadro 22 – Propriedades de Investimento 40
Quadro 23 – Propriedades de Investimento modelo do custo 40
Quadro 24 - Inventários 41
Quadro 25 – Inventários – movimentos do período 42
Quadro 26 – Rendimentos com contraprestação 43
Quadro 27 - Rendimento com contraprestação – agregado 44
Quadro 28 - Rendimentos sem contraprestação 45
Quadro 29 – Rendimentos sem contraprestação - agregado 46
Quadro 30 - Provisões 47

Quadro 31 – Gastos com o Pessoal 49

Quadro 32 – Entidades Controladas reforços 50

Quadro 33 – Participações em entidades não Societárias 50

Quadro 34 – Transações entre partes relacionadas 51

Quadro 35 – Estado e outros entes públicos 52

Quadro 36 – Rendimentos 52

Quadro 37 – Outras contas a receber e a pagar 53

Quadro 38 – Transferências e subsídios concedidos 53

Quadro 39 – Fornecimentos e serviços externos 54

Quadro 40 – Limite da Divida Total 56

Quadro 41 – Divida das Entidades Participadas 56

Quadro 42 - Cálculo da dívida total apresentada segundo o modelo da DGAL 57

Quadro 43 – Dívida do Município a terceiros 57

SIGLAS

AIN - Agro-Industrial do Nordeste

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

CC2 - Classificador Complementar 2

ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

MCI - Método da Consolidação Integral

MEP - Método da Equivalência Patrimonial

MIC - Matadouro Industrial do Cachão

MLM - Metropolitano Ligeiro de Mirandela

NCP - Normas de Contabilidade Pública

NCP 18 - Instrumentos Financeiros

NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas,

NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos,

NCP 24 - Acordos Conjuntos

NPC 26 - Contabilidade e Relato Orçamental

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública

1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º preconiza que *"Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas"*.

Entende-se por contas consolidadas, as Demonstrações Financeiras de um conjunto de entidades pertencentes a um grupo de sociedade, preparadas com o objetivo de proporcionarem uma imagem verdadeira e apropriadas da situação financeira e económica desse grupo. Um grupo de sociedades é constituído por uma entidade, a quem chamamos empresa mãe, e todas as entidades que, direta ou indiretamente, por intermédio de outra, detenha uma participação que lhe confere direitos de exercer uma posição de controlo ou direção sobre as demais.

Deste modo os Municípios, as Entidades Intermunicipais e Entidades Associativas Municipais apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, designando-se, por "entidades mãe "ou "entidades consolidantes".

A informação financeira produzida individualmente por cada entidade integrante do grupo, embora suficiente para retratar a respetiva situação económico-financeira de forma isolada, não permite uma visão integrada e consolidada do universo municipal. Só a consolidação de contas possibilita conhecer a verdadeira dimensão patrimonial e financeira do grupo, mediante a eliminação dos saldos e transações intragrupo, dos resultados não realizados e das participações financeiras recíprocas, evitando a duplicação de valores nas demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Município de Mirandela foram elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com particular observância da NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas e da NCP 26 — Contabilidade e Relato Orçamental, que estabelecem os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação aplicáveis, bem como os métodos de consolidação a adotar em função da natureza do controlo exercido sobre cada entidade integrante do perímetro de consolidação.

Nos termos do n.º 2 do art.º 76.º da referida Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas consolidadas são aprovados pelo Órgão Executivo e submetidos à apreciação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam, em momento autónomo relativamente à prestação de contas individuais do Município, conforme previsto no n.º 8 do artigo 75.º do mesmo diploma.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O perímetro de consolidação é aferido pela existência ou presunção de controlo e afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, sendo que os mesmos se encontram previstos nos n.ºs 4 e 5 do art.º 75.º do RFALEI.

A apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas segue o prescrito no art. 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, diploma legal que aprova o SNC-AP, em particular, no que concerne aos perímetros de consolidação, destacam-se as seguintes categorias:

- Perímetro de natureza financeira (NCP 22- Contabilidade e Relato Orçamental);
- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP 26- Contabilidade e Relato Orçamental).

Assim, e relativamente à matéria de caráter financeiro, dispõe a NCP 22 no seu parágrafo 2:

a) Exige que uma entidade que controla uma ou várias entidades (entidades controladas) apresente demonstrações financeiras consolidadas;
b) Define o princípio do controlo e estabelece esse controlo como a base para a consolidação;
c) Estabelece a forma de aplicação do princípio do controlo para avaliar se uma entidade controla outra entidade e deve, portanto, consolidar essa entidade;
d) Estabelece os requisitos contabilísticos para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas;
e) Define uma entidade de investimento e prevê uma exceção à consolidação de determinadas entidades controladas por uma entidade de investimento.

Por sua vez, a NCP 26 define no seu capítulo 7 os requisitos para a consolidação orçamental, designadamente:

a) O perímetro de consolidação, que no caso das entidades que integram a Administração Local, será composto, pelo conjunto de entidades controladas incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;

b) Os requisitos contabilísticos da preparação de demonstrações orçamentais consolidadas, quanto aos métodos e procedimentos de consolidação, regras gerais, homogeneização prévia, agregação, eliminações e método de consolidação. Daqui se conclui pela diferente abrangência dos perímetros de consolidação, consoante se considerem as demonstrações orçamentais ou as demonstrações financeiras.

No que respeita ao perímetro de consolidação, não se pode confundir ou pretender que seja idêntico ao perímetro das entidades que relevam para a dívida total dos Municípios.

Deste modo:

- As entidades intermunicipais e associativas municipais relevam, em todos os casos, para o limite da dívida total dos municípios que as integram e são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer Município;
- As empresas locais relevam sempre (independentemente da percentagem de participação) para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que participem no seu capital (n.º 6, art.º 75.º, do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do Município) só é considerada, na percentagem da participação, para efeitos do limite da dívida total dos Municípios se não apresentarem equilíbrio de contas (alínea c) n.º 1, art.º 54.º do RFALEI e art.º s 40.º e 41.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto);
- As cooperativas e fundações podem relevar para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que sejam cooperantes ou fundadores, desde que se verifiquem, ou que se presuma existir, elementos de poder ou de resultado (alínea c) n.ºs 4 e 5 do art.º 75.º do RFALEI), quanto à respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do Município) é sempre considerada, na percentagem de participação, para efeitos do limite da dívida total dos Municípios (alínea d) n.º 1 do art.º 54.º do RFALEI);

Finalmente, as empresas participadas (art.º 3.º e 51.º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) nunca serão incluídas no perímetro de consolidação das entidades a que aludimos (pois, neste caso, não é suscetível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local), mas a respetiva dívida pode relevar, nos mesmos termos das empresas locais, para o limite da dívida total dos Municípios participantes.

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes.

No que respeita às demonstrações orçamentais consolidadas, determina a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental que o perímetro de consolidação do Município de Mirandela seja constituído por todas as entidades que no termo do exercício em apreço fizessem parte do subsetor da Administração Local, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Nem todas as entidades participadas integram o Perímetro de Consolidação, tal como estipula, de forma supletiva, o art.º 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009, excluindo assim as entidades em que não existe controlo ou influência dominante, ou que, não sejam materialmente relevantes, ou seja, que a sua dimensão não tenha expressividade nas contas da entidade consolidante. A sua não inclusão não põe em causa o princípio da comparabilidade.

Do ponto de vista da consolidação orçamental, e conforme preconizado na NCP 26, o perímetro é composto pelo Município de Mirandela (entidade mãe) e a AIN – Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A, porquanto se encontram, estas entidades, sujeitas ao mesmo normativo contabilístico.

A sujeição de ambas as participadas à NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, prevista no SNC-AP, assegura a necessária correspondência entre o Plano de Consolidação e o Plano de Contas individual das entidades que integram o grupo municipal no âmbito das demonstrações orçamentais consolidadas. O método de consolidação a adotar seria o Método da Consolidação Simples, suportado pelas contas da Classe Zero – Contabilidade Orçamental, em conformidade com os princípios estabelecidos na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

As entidades que integram o perímetro de consolidação financeira de acordo com a NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, são o Município de Mirandela, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A. (MLM), a Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN) (que inclui o Matadouro Industrial do Cachão (MIC)) e a Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. (Resíduos).

Embora se trate da mesma prestação de contas consolidada, os mapas reportados são distintos, dependendo do respetivo perímetro de consolidação, seja o orçamental ou o financeiro.

Quadro 1 – Perímetro de Consolidação Orçamental e Financeira

Perímetro de Consolidação Orçamental	Perímetro de Consolidação Financeira
Município de Mirandela	Município de Mirandela
Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A.	Metropolitano Ligeiro de Mirandela
	Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A.
	Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

3. ENQUADRAMENTO DAS ENTIDADES CONSOLIDADAS

3.1. Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

O Metropolitano Ligeiro de Mirandela (MLM) foi criado em 1995 como uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. O seu capital era detido maioritariamente pela Câmara Municipal de Mirandela (90%) e, em menor parte, pela Infraestruturas de Portugal, S.A. (10%), então ainda ligada à CP. A empresa tinha como objetivo o transporte coletivo de passageiros em modo ferroviário ligeiro de superfície.

Numa fase inicial, a atividade restringia-se à exploração do troço urbano entre Mirandela e Carvalhais. Posteriormente, foi estendida até à estação do Tua, na margem do Douro. A manutenção da linha era assegurada pela Rede Ferroviária Nacional (REFER), atualmente integrada na Infraestruturas de Portugal.

Em agosto de 2008, um grave acidente levou à redução da atividade, ficando esta limitada aos troços Mirandela–Cachão e Mirandela–Carvalhais, com impactos negativos na situação financeira da empresa. Perante esta limitação, em 2012 o MLM passou também a gerir o transporte rodoviário urbano da cidade. Contudo, a empresa ficou responsável apenas pela gestão do serviço, sendo os encargos de funcionamento e manutenção suportados pelo município, com exceção dos custos com pessoal.

Os serviços ferroviários foram totalmente suspensos em 14 de dezembro de 2018, sendo substituídos por transporte rodoviário (autocarros e táxis), que passaram a assegurar tanto o serviço regular como o transporte escolar nas zonas anteriormente servidas pela linha.

No âmbito do Plano de Mobilidade do Tua, desenvolvido em colaboração com a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (ADRVT), prevê-se a transferência da atividade para um operador turístico privado, bem como a eventual dissolução do MLM.

Este plano integra três componentes complementares: um troço rodoviário entre a estação do Tua e a Barragem de Foz Tua, um troço fluvial entre o cais da albufeira e o cais da Brunheda, e um troço ferroviário entre Brunheda e Mirandela. O objetivo é atrair turismo à região e funcionar como meio complementar de transporte de passageiros, constituindo uma das principais contrapartidas da construção da barragem de Foz Tua, atualmente em funcionamento. As obras de estabilização de taludes e reabilitação da linha ferroviária entre Brunheda e Mirandela, no valor de 5,6 milhões de euros, foram concluídas no verão de 2020.

A implementação do Plano de Mobilidade do Tua foi atribuída a um operador privado, no âmbito de um memorando de entendimento com a EDP, a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua e o operador privado. No entanto, apesar do o operador privado ter recebido financiamento da EDP, não concretizou o projeto, estando agora prevista a rescisão do acordo entre a ADRVT e este operador.

3.2. Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A.

A Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN), foi constituída em 1993, tendo a sua sede no Complexo do Cachão. A estrutura acionista é composta pelo Município de Mirandela e pelo Município de Vila Flor, cada um com uma participação de 49,10%, sendo o remanescente capital detido por pequenos acionistas. Atualmente, a empresa tem como atividade principal o comércio por grosso de produtos alimentares e, como atividades secundárias, a cessão de exploração e o arrendamento de espaços e unidades fabris, procurando dinamizar o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais, bem como o setor do abate de gado.

A AIN mantém o seu foco na criação de condições para a fixação de empresas, através da venda e arrendamento de espaços no Complexo Industrial do Cachão. Paralelamente, tem vindo a assegurar a continuidade da atividade anteriormente desenvolvida pela sua participada, o Matadouro Industrial do Cachão (MIC), detido a 100% pela AIN. O processo de recuperação do MIC encontra-se ainda numa fase inicial, tendo sido equacionada a sua fusão com a AIN, cuja concretização permanece sem data definida. Não se exclui, contudo, a possibilidade de adoção de soluções alternativas, caso se revelem mais vantajosas.

No que respeita ao MIC, verifica-se a persistência de um elevado volume de dívida a fornecedores, com particular relevância para os credores Pedro Barradas e o Fundo Hipoges. Esta situação coloca a empresa em incumprimento face ao artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Encontra-se igualmente em curso um processo judicial relativo à execução de garantias detidas pelo Fundo Hipoges, sendo ainda incerto o seu desfecho e respetivos prazos.

A atividade do matadouro é tradicionalmente deficitária, sendo que, em termos de abates, total de kg, e n.º de cabeças tem sido feito um trabalho meritório de evitar perda de mercado e até de recuperação de nível de atividade, destacando-se em 2024 o aumento do nº de abates de borregos e cabritos.

O desempenho económico da AIN manifestou um desempenho económico inferior ao obtido no período de 2024, consolidando, ainda assim, os objetivos estratégicos de redução dos custos operacionais. O EBITDA registou um nível negativo, fixando-se em -66.983,74€.

Em 2025, houve uma considerável diminuição na receita com as peles de bovinos, que resulta da constante desvalorização do produto e, com a receita do abate de bovinos.

Num cenário de manutenção do nível de atividade e eventual recuperação do mercado de peles e couros, perspetiva-se a possibilidade de ultrapassar o atual défice de exploração. Contudo, continua a ser fundamental aumentar o nível de atividade, atendendo a que a estrutura existente foi concebida para um volume de negócios superior. Para tal, será indispensável reforçar o investimento, bem como resolver os problemas financeiros e judiciais pendentes.

O futuro apresenta-se exigente, mas possível, para uma entidade vital para a região, que poderá continuar a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento económico local. Neste âmbito, o Plano de

Revitalização do Cachão, ainda por concretizar, assume particular relevância. No seio da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, este plano será determinante para o futuro do complexo e das atividades que lhe estão associadas, com especial destaque para os setores agroindustrial e agroalimentar, sem descurar os desafios da digitalização e da descarbonização.

3.3. Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. é uma empresa local de natureza intermunicipal, constituída sob a forma de sociedade anónima, ao abrigo dos artigos 271.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 19.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Foi formalmente criada por escritura pública em 31 de outubro de 2002, com um capital social inicial de 50.000,00€, subscrito pelas três Associações de Municípios, a Terra Quente (41%), a Terra Fria (37%) e Douro Superior (22%) na proporção da respetiva população. A empresa iniciou a sua atividade em 1 de abril de 2003, com o objetivo de unificar a gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU) na região, tendo entrado em funcionamento em 01 de abril de 2003.

Atualmente, a empresa é participada pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, bem como pela Associação de Municípios do Douro Superior, que integra os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, de acordo com a versão mais recente dos estatutos, aprovada em Conselho de Administração a 3 de fevereiro de 2016 e em Assembleia Geral a 18 de fevereiro de 2016.

O capital social encontra-se distribuído pelos municípios em função da sua população, sendo que o Município de Mirandela detém uma participação de 16,92% do seu capital social.

A sede da empresa localiza-se em Mirandela, estando as principais infraestruturas de tratamento de resíduos concentradas no Aterro Sanitário de Urjais. Entre estas destacam-se a Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL), a Central de Valorização Energética de Biogás (CVE) e a futura Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia (UTMB). O sistema integra ainda quatro estações de transferência (Bragança, Torre de Moncorvo, Vimioso e Vinhais), 14 ecocentros e cerca de 550 ecopontos.

A empresa desenvolve um conjunto abrangente de serviços no domínio da gestão, recolha e tratamento de resíduos, nomeadamente:

- A melhoria da gestão do aterro sanitário e prestação de serviços de recolha seletiva dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano;
- Limpeza urbana dos municípios que integram as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana, da Terra Fria do Nordeste Transmontano;
- Triagem de resíduos provenientes da recolha seletiva de todos os municípios que integram Resíduos do Nordeste, e a prestação de serviços relativo à Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, que engloba as atividades de tratamento e valorização de resíduos e a gestão do aterro sanitário que integra a atividade de eliminação de resíduos não perigosos de todos municípios que integram a Resíduos do Nordeste.

A Resíduos do Nordeste pauta a sua atuação por princípios de sustentabilidade ambiental, promovendo a valorização do território e a redução da pegada ecológica. Nesse sentido, tem vindo a desenvolver projetos e estudos orientados para soluções ambientalmente responsáveis.

Durante o ano de 2025, a empresa deu continuidade ao processo de consolidação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, assegurando o tratamento e valorização dos resíduos produzidos na região. Paralelamente, registou-se um crescimento significativo da rentabilidade nos últimos anos, contribuindo para o reforço da solidez financeira da empresa.

4. MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos aplicáveis à consolidação de contas dos Municípios, anteriormente definidos pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010 como "*Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo*", foram revogados com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Atualmente, estas matérias encontram-se enquadradas nas Normas de Contabilidade Pública (NCP), designadamente nas NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, NCP 23 - Investimentos em Associadas, NCP 24 - Acordos Conjuntos e NCP 18 - Instrumentos Financeiros, no que respeita aos métodos de consolidação dos investimentos financeiros.

O SNC-AP não estabelece de forma explícita os pressupostos de presunção de controlo. Contudo, no âmbito da administração local, estes encontram-se definidos nos n.os 4 e 5 do artigo 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

Importa ainda referir que as demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras assentam em perímetros distintos. Os documentos orçamentais são elaborados com base no perímetro orçamental, enquanto os mapas financeiros adotam o perímetro de controlo. Esta diferença decorre do facto de o perímetro de consolidação previsto na NCP 2 - Contabilidade e Relato Orçamental ser mais restrito do que o definido na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois está limitado às entidades reclassificadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Neste contexto, os métodos adotados na consolidação de contas relativa ao exercício de 2025 foram o Método da Consolidação Integral (MCI) e o Método da Equivalência Patrimonial (MEP), em linha com o que tem sido praticado em anos anteriores.

4.1. Método de Consolidação Orçamental

No exercício de 2025, continuam a ser apresentadas demonstrações orçamentais consolidadas, na sequência da sua apresentação inicial em 2024, em virtude da AIN, entidade integrante do perímetro de consolidação, preparar as suas demonstrações orçamentais de acordo com o SNC-AP.

A NCP 26 apresenta no parágrafo 7.3 o método e procedimentos de consolidação orçamental. Aqui, menciona-se que deve ser adotado o método da consolidação simples, para que as demonstrações orçamentais consolidadas apresentem informação orçamental relativa às entidades que compõem o perímetro de consolidação, como se de uma única entidade se tratasse. Para o efeito, as demonstrações orçamentais consolidadas são preparadas após a realização das necessárias homogeneizações contabilísticas e da eliminação das operações internas entre as entidades do grupo.

4.2. Método de Consolidação Integral

O *Método da Consolidação Integral* (MCI) é aplicado às entidades que integram o perímetro de grupo, composto pela entidade-mãe e pelas suas subsidiárias, ou seja, entidades controladas em que a participação é superior a 50%.

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas/entidades consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa ou entidade consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre a entidade que compõe o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores. São ainda evidenciados os interesses minoritários.

Este método é aplicado ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela (MLM), entidade controlada pelo Município de Mirandela, com uma participação de 90%, em conformidade com o disposto na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

4.3. Método de Equivalência Patrimonial

O *Método de Equivalência Patrimonial* (MEP) consiste num processo de substituição do valor histórico de uma participação financeira pelo valor contabilístico da participação da entidade detida.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados.

Este método, conhecido como sendo um método simplificado de consolidação, apresenta as demonstrações financeiras, integrando no balanço o valor da participação financeira ajustada pelo MEP, bem como um valor atualizado dos capitais próprios.
O MEP é utilizado para as restantes entidades que, embora integrem o Perímetro de Consolidação Financeira, não estão dentro do Perímetro de Grupo:

- AIN, em que o Município de Mirandela, detém uma participação de 49,1%, existindo uma influência significativa na participada. Sendo que a AIN detém 100% do MIC, por via indireta o Município detém a mesma participação no MIC, para efeitos de consolidação;

- Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., em que o Município de Mirandela detém uma participação de 16,92%, aplica-se o disposto nos art.º 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, enquanto empresa local, consolida independentemente da participação detida pelo Município.

4.4. Outras Entidades

O Município de Mirandela detém participações em diversas entidades, de natureza societária e não societária, as quais se encontram identificadas no Quadro 2. Estas entidades não integram o Perímetro de Consolidação Orçamental, por não estarem incluídas no subsector da Administração Local nas mais recentes contas sectoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em conformidade com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

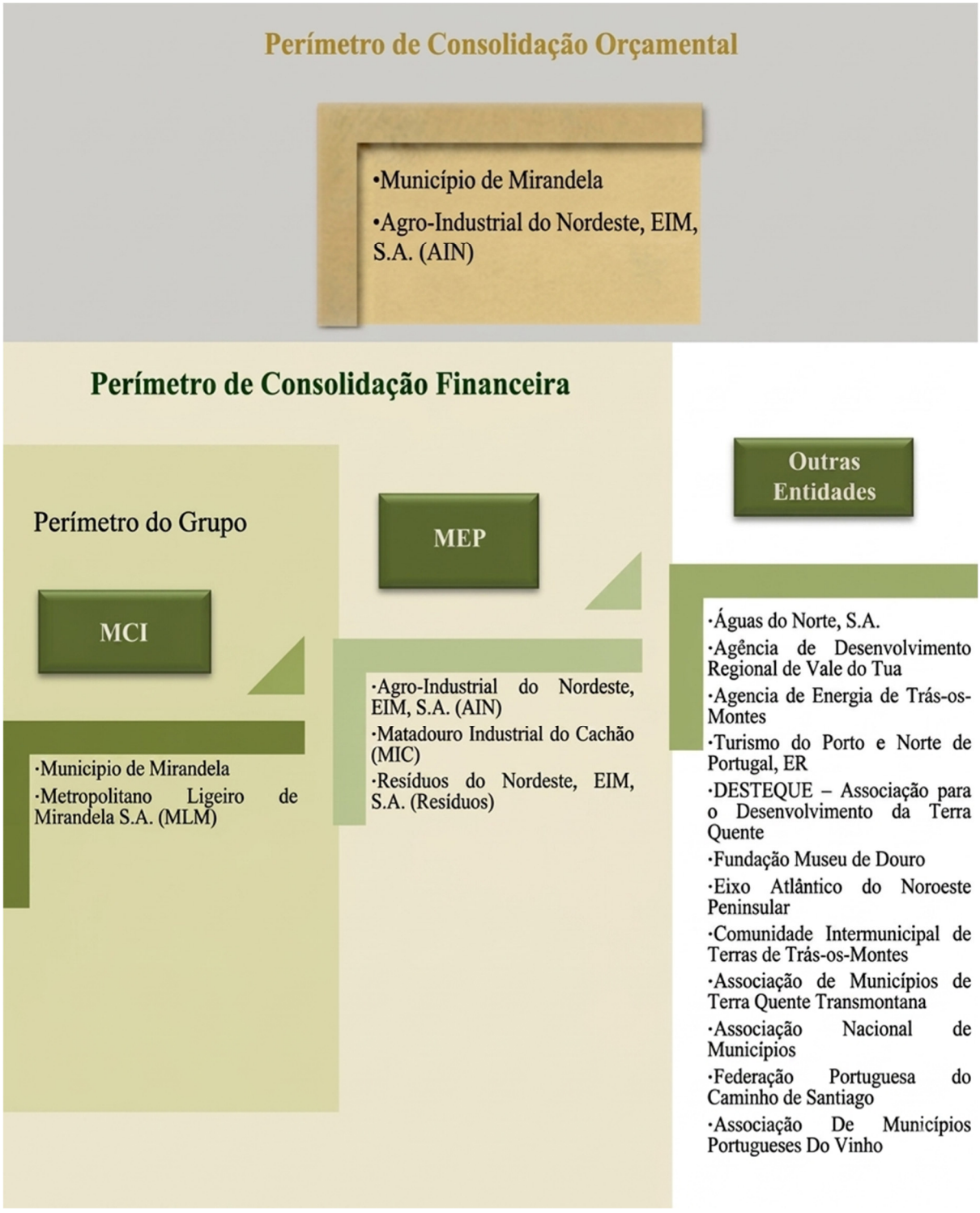
Estas entidades também não integram o Perímetro de Consolidação Financeira, seja pelo facto de não se enquadrarem no previsto nos n.º’ s 4 e 5 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, seja pelo disposto no n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, pelo que não é aplicado qualquer método de consolidação.

4.5. O Perímetro de Consolidação Orçamental / Financeira e outras entidades

Os quadros seguintes apresentam, de forma esquemática, os Perímetros de Consolidação Orçamental e Financeira do Município de Mirandela, incluindo as entidades que integram o grupo, bem como as restantes entidades abrangidas pela consolidação financeira e orçamental.

São igualmente apresentadas as demais entidades nas quais o Município de Mirandela detém participações.

Quadro 2 – Perímetro de Consolidação Financeira, Orçamental e outras entidades participadas



5. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), veio estabelecer o enquadramento da consolidação orçamental no setor público, incluindo a definição do respetivo perímetro, encontrando-se esta matéria regulamentada no Capítulo 7 da Norma de Contabilidade Pública 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

No âmbito da Administração Local, o perímetro de consolidação orçamental corresponde ao conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em conformidade com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Para efeitos de consolidação, as demonstrações orçamentais das entidades pertencentes ao perímetro devem ser preparadas na mesma base contabilística, sendo depois aplicado o método de consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes das demonstrações orçamentais individuais e posterior eliminação de operações e saldos recíprocos, tendo em consideração os níveis de consolidação.

As demonstrações orçamentais consolidadas apresentam informação orçamental relativa às entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse e evidenciam as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico (quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria).

Nos termos do disposto nos parágrafos 2 a 24 da NCP 26, no caso da Administração Local, o perímetro de consolidação orçamental será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Assim, o perímetro de consolidação orçamental não coincide com o perímetro de consolidação financeira. No caso concreto, o perímetro de consolidação orçamental integra o Município de Mirandela e a entidade Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN).

As demonstrações orçamentais consolidadas apresentam informação orçamental relativa às entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse e evidenciam as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico (quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria)

Face ao exposto, o ano de 2025 corresponde ao segundo exercício de elaboração das demonstrações orçamentais consolidadas, sendo já possível efetuar a comparação com o período homólogo. Em resultado da existência de diferentes perímetros de consolidação, o saldo de gerência (orçamental) não corresponde ao saldo de caixa e seus equivalentes (financeiro).

5.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Uma demonstração de desempenho orçamental, evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

Tendo em conta que o Perímetro de Consolidação Orçamental integra o Município e a AIN, os valores apresentados na Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental de 2025 são comparáveis com os valores consolidados apresentados em 2024.

O documento apresenta um resumo financeiro comparativo entre 2025 e 2024, evidenciando a evolução das receitas, despesas e saldos da entidade. Em 2025, verificou-se um aumento da receita efetiva, que atingiu cerca de 34,8 milhões de euros, impulsionado sobretudo pelas transferências correntes e de capital provenientes da Administração Central. Paralelamente, a despesa efetiva também registou um crescimento, destacando-se as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços. Apesar deste aumento da despesa, o saldo global manteve-se positivo, refletindo uma situação financeira equilibrada e uma melhoria face ao ano anterior.

Quadro 3 – Demonstração do desempenho orçamental consolidada

Valores em €

Rubrica	RECEBIMENTOS	31/12/2025	31/12/2024	Rubrica	PAGAMENTOS	31/12/2025	31/12/2024
RA01	**Saldo de gerência anterior**	**3 074 683,00**	**1 837 763,77**				
RI01	Operações orçamentais [1]	1 764 389,45	485 610,33				
RI02	Devolução do saldo oper. Orçamentais		4 178,27				
RI04	Receb. do saldo devolvido por terceiras entidades						
RI03	Operações de tesouraria [A]	1 310 293,55	1 347 975,17				
RA02	**Receita corrente**	**27 422 939,35**	**27 021 753,14**	DA01	**Despesa corrente**	**25 009 118,43**	**25 512 527,25**
R1	Receita fiscal	4 303 907,15	5 218 519,84	D1	Despesas com o pessoal	10 310 684,91	9 237 939,69
R1.1	Impostos diretos	4 219 946,12	5 140 311,99	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	8 184 935,54	7 373 857,28
R1.2	Impostos indiretos	83 961,03	78 207,85	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	230 530,42	233 001,94
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D1.3	Segurança social	1 895 218,94	1 631 080,48
R3	Taxas, multas e outras penalidades	382 034,50	330 393,57	D2	Aquisição de bens e serviços	11 446 633,02	12 712 024,94
R4	Rendimentos de propriedade	1 343 611,74	1 301 642,67	D3○	Juros e outros encargos	193 226,75	320 014,34
R5	Transferências e subsídios correntes	16 294 250,60	15 106 275,91	D4	Transferências e subsídios correntes	2 909 296,32	3 062 156,19
R5.1	Transferências correntes	16 294 250,60	15 106 275,91	D4.1	Transferências correntes	2 909 296,32	2 520 769,14
R5.1.1	Administrações Públicas	16 294 250,60	15 106 275,91	D4.1.1	Administrações Públicas	1 006 232,44	1 463 856,40
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	15 829 009,89	14 621 469,14	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	13 200,00	13 800,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	465 240,71	484 806,77	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local	993 032,44	1 450 056,40
R5.1.2	Exterior - U E			D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 109 371,54	986 668,50
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias	768 516,74	62 647,36
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras	25 175,60	7 596,88
R6	Venda de bens e serviços	5 048 150,91	4 922 281,96	D4.2	Subsídios Correntes		541 387,05
R7	Outras receitas correntes	50 984,45	142 639,19	D5	Outras despesas correntes	149 277,43	180 392,10
RA03	**Receita de capital**	**7 247 118,44**	**4 668 478,05**	DA02	**Despesa de capital**	**7 087 100,22**	**4 027 253,08**
R8	Venda de bens de investimento		51 486,76	D6	Aquisição de bens de capital	6 252 088,59	3 412 375,39
R9	Transferências e subsídios de capital	7 174 457,28	4 571 791,35	D7	Transferências e subsídios de capital	835 011,63	614 877,69
R9.1	Transferências de capital	7 174 457,28	4 571 791,35	D7.1	Transferências de capital	835 011,63	614 877,69
R9.1.1	Administrações Públicas	7 166 173,63	4 571 791,35	D7.1.1	Administrações Públicas	572 773,84	543 189,72
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	7 118 873,63	4 571 791,35	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local	47 300,00		D7.1.1.5	Administração Local	572 773,84	543 189,72
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	262 237,79	71 687,97
R9.1.3	Outras	8 283,65		D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital	72 661,16	45 199,94	D7.2	Subsídios de capital		
RA04	**Receita efetiva [2]**	**34 805 092,16**	**31 719 132,94**	D8	Outras despesas de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	135 034,37	28 901,75				
				DA03	**Despesa efetiva [5]**	**32 096 218,65**	**29 539 780,33**
RA05	Receita não efetiva [3]	**825 231,30**	**580 000,00**	DA04	Despesa não efetiva [6]	**1 601 490,67**	**1 387 931,75**
R12	Receita com ativos financeiros		80 000,00	D9	Despesa com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros	825 231,30	500 000,00	D10	Despesa com passivos financeiros	1 601 490,67	1 387 931,75
RA06	**Soma [4]=[1]+[2]+[3]**	**37 394 712,91**	**32 784 743,27**	**DA05**	**Soma [7]=[5]+[6]**	**33 697 709,32**	**30 927 712,08**
ROT1	**Operações de tesouraria [B]**	**263 847,45**	**203 128,69**	**DOT1**	**Operações de tesouraria [C]**	**199 850,02**	**240 810,31**
				DA06	Saldo para a gerência seguinte	5 071 294,57	3 074 683,00
				DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3 697 003,59	1 764 389,45
				DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	1 374 290,98	1 310 293,55
				DA09	**Saldo global [2] - [5]**	**2 708 873,51**	**2 179 352,60**
				DA10	Despesa primária	32 003 026,70	29 409 982,13
				DA11	Saldo corrente	2 413 820,93	1 319 009,75
				DA12	Saldo de capital	260 018,22	734 621,09
				DA13	Saldo primário	2 802 065,46	2 401 924,74
				DA14	**Receita total [1] + [2] + [3]**	**37 394 712,91**	**32 784 743,27**
				DA15	**Despesa total [5] + [6]**	**33 697 709,32**	**30 927 712,08**

5.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza consolidada

Uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, evidencia as importâncias relativas a todos os direitos e obrigações no final do período contabilístico, ao nível orçamental.

O quadro seguinte apresenta-se a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza consolidada.

Quadro 4 – Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza consolidada

Valores em €

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	31/12/2025	31/12/2024	Rubrica	OBRIGAÇÕES	31/12/2025	31/12/2024
	Receita corrente	**1 246 985,67**	**1 212 675,29**		**Despesa corrente**	**622 621,31**	**589 160,01**
R011	Impostos diretos			D011	Remunerações Certas e Permanentes	106 184,90	97 476,95
R012	Impostos indiretos	819,05	817,10	D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 151,43	1 623,79
R03	Taxas, multas e outras penalidades	41 683,31	37 124,91	D013	Segurança social	126 298,13	114 678,31
R04	Rendimentos de propriedade	2 673,00	2 673,00	D02	Aquisição de bens e serviços	296 013,81	308 557,99
R05	Transferências Correntes			D03	Juros e outros encargos	1 530,97	
R05111	Administração Central - Estado			D04	Transferências correntes	**91 442,07**	66 822,97
R05112	Administração Central - Outras Entidades			D04111	Sociedades e quase Sociedades não Financeiras		
R06	Venda de bens e serviços	1 192 228,78	1 162 081,36	D0412	Administração Central		
R07	Outras receitas correntes	9 581,53	9 978,92	D04115	Administração Local		57 822,97
				D0412	Entidades do setor não lucrativo		9 000,00
	Receita de capital	**954 138,37**	**74 159,83**	D0413	Famílias		
R08	Venda de bens de investimento			D0414	Outras	91 442,07	
R09	Transferências de Capital	927 628,54	49 100,00	D042	Subsídios Correntes		
R10	Outras receitas de capital	26 509,83	25 059,83	D05	Outras despesas correntes		
	Receita efetiva (1)	**2 201 124,03**	**1 286 835,12**		**Despesa de capital**	**253 538,71**	**247 872,05**
	Receita não efetiva (2)	**0,00**	**0,00**	D06	Aquisição de bens de capital	45 810,23	23 242,56
R12	Receita com ativos financeiros			D07115	Administração Local		
R13	Receita com passivos financeiros			D0712	Entidades do setor não lucrativo		
	Receita total (3)=(1)+(2)	**2 201 124,03**	**1 286 835,12**	D0713	Famílias		
				D0714	Outras		
				D10	Despesa com passivos financeiros	207 728,48	224 629,49
					Despesa efetiva (4)	**876 160,02**	**837 032,05**
					Despesa não efetiva (5)	**0,00**	**0,00**
				D10	Despesa com ativos financeiros		
				D11	Despesa com passivos financeiros		
					Despesa total (6)=(4)+(5)	**876 160,02**	**837 032,05**

Em relação à liquidações verifica-se um aumento significativo da receita efetiva, que atingiu cerca de 2,2 milhões de euros, face aos 1,3 milhões de euros em 2024. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo aumento das transferências de capital e da venda de bens e serviços.

Relativamente às obrigações, a despesa efetiva registou igualmente um acréscimo moderado passando de aproximadamente 837 mil euros em 2024 para 876 mil euros em 2025. Os principais componentes da despesa continuam associadas à aquisição de bens e serviços, aos encargos com pessoal e às despesas com passivos financeiros.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A NCP 1 estabelece a base para a apresentação das demonstrações financeiras de finalidade geral, individuais e consolidadas, que constituem componentes principais do relato financeiro de uma entidade pública ou grupo público, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.

O objeto da consolidação de contas é constituído pelas demonstrações financeiras individuais, constantes das contas individuais das entidades integrantes do Perímetro de Grupo e de Consolidação Financeira.

O perímetro do grupo é constituído pela entidade que controla, o Município e pelas entidades controladas, correspondendo ao MLM. Pretende-se assim, elaborar as demonstrações financeiras de um grupo, como se de uma só entidade se tratasse e, para isso, aplicamos o Método de Consolidação Integral. No entanto, o Perímetro de Consolidação Financeira é mais alargado e integra os Empreendimentos Conjuntamente Controlados e as Entidades Associadas, onde cabem a AIN, o MIC (por via da participação da AIN) e a Resíduos do Nordeste. Remetendo a NCP 22 nestes casos para a NCP 23 e a NCP 24, o Método de Consolidação a aplicar é o MEP.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas têm como objetivo apresentar uma imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, relativamente ao período em análise, proporcionando, assim, uma visão mais completa e integrada da situação económico-financeira do Município e das entidades que o compõem, sendo constituídas pelo balanço consolidado, pela demonstração consolidada de resultados por natureza, pela demonstração consolidada das alterações no património líquido, pela demonstração consolidada dos fluxos de caixa e pelo anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Este conjunto de mapas retrata a informação económico-financeiro do grupo autárquico à data de encerramento do exercício, permitindo uma análise mais abrangente das áreas de atuação e enfoque das políticas públicas e do seu contributo indireto através de outras entidades.

A análise económico-financeira a seguir apresentada teve por base as contas anuais consolidadas apresentadas pelo Grupo Municipal reportada a 31 de dezembro de 2025, preparadas de acordo com o normativo SNC-AP. Considerando a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras consolidadas do período em análise, apresenta-se, em seguida, uma análise das principais variações ocorridas na posição financeira.

6.1 Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado abrange os elementos acumulados até à data. Sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial do grupo, onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, classificados em correntes e não correntes, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

O balanço consolidado pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2025, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Património Líquido do grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Pela análise do Balanço Consolidado verifica-se um aumento do total do Ativo de 4,59%, correspondente a um acréscimo de 3.744.815,42€, passando de 81.620.191,32€ no exercício de 2024 para 85.365.006,74€ no exercício de 2025. Em comparação com o exercício anterior, o Ativo Não Corrente aumentou 1,72%, equivalente a um acréscimo de 1.298.866,66€, refletindo principalmente o crescimento dos Ativos Fixos Tangíveis. O Ativo Corrente evidenciou um crescimento mais expressivo, de 39,53% face a 2024, com destaque para a rubrica Caixa e Depósitos, que registou um incremento de 1.980.493,04€, correspondente a uma variação positiva de 62,98%.

No que respeita ao Passivo, verificou-se um ligeiro aumento de 3,77%, fixando-se em 16.437.153,85€. Esta variação resulta do crescimento do Passivo Não Corrente em 3,20% e do Passivo Corrente em 4,48%. O aumento do Passivo Não Corrente está essencialmente associado ao reconhecimento de transferências e subsídios de capital obtidos com condições, registados na conta 282 – Diferimentos. Apenas com a receção provisória das obras estas verbas transitarão para a conta 593 — Transferências e Subsídios de Capital, sendo reconhecidas no Capital Próprio. Este tratamento contabilístico reflete, assim, o nível de investimento em curso financiado por transferências de capital, constituindo um indicador positivo da atividade de investimento do Município de Mirandela. O crescimento do Passivo Corrente ficou a dever-se principalmente ao aumento das Outras Contas a Pagar, em 176.073,98€, e dos Financiamentos Obtidos correntes, em 96.303,70€.

O Património Líquido Consolidado registou um aumento de 4,79% em relação ao exercício anterior, impulsionado pelos Resultados Transitados, o que contribuiu para mitigar o impacto negativo do Resultado Líquido do Período.

Apresenta-se, no quadro seguinte, o balanço consolidado reportado a 31 de dezembro, para os anos de 2025 e 2024.

Quadro n.º 5 – Balanço Consolidado

Valores em €

Rubricas	Notas	SNC-AP 31/12/2025	SNC-AP 31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente		**76 730 961,78**	**75 432 095,12**
Ativos fixos tangíveis	5	68 836 794,89	67 448 923,93
Propriedades de investimento	8	1 539 779,93	1 579 739,05
Ativos intangíveis	3	123 492,64	113 111,60
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		6 199 973,94	6 242 565,71
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		1 073,09	1 073,09
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		29 847,29	46 681,74
Outras contas a receber		0,00	0,00
Ativo corrente		**8 634 044,96**	**6 188 096,20**
Inventários	10	938 501,14	570 948,80
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		56 861,91	28 591,47
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		584 883,89	792 180,99
Estado e outros entes públicos	23	20 049,16	47 079,02
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	23	1 875 570,81	1 572 273,90
Diferimentos		33 077,79	32 414,80
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	5 125 100,26	3 144 607,22
Total Ativo		**85 365 006,74**	**81 620 191,32**

Valores em €

Rubricas	Notas	SNC-AP 31/12/2025	SNC-AP 31/12/2024
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		**68 927 852,89**	**65 779 928,80**
Património/Capital		17 033 260,46	17 033 260,46
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		1 854 555,11	1 794 755,61
Resultados transitados		1 408 669,72	180 278,77
Ajustamentos em ativos financeiros		3 040 543,20	2 994 470,35
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		46 495 662,28	42 711 429,95
Resultado líquido do período		-741 869,80	1 228 180,17
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Diferenças de consolidação		0,00	0,00
Interesses que não controlam		-162 968,09	-162 446,51
Total Património Líquido		**68 927 852,89**	**65 779 928,80**
PASSIVO			
Passivo não corrente		**9 143 942,99**	**8 860 038,98**
Provisões	15	358 169,88	403 005,68
Financiamentos obtidos	7	6 404 139,82	7 182 123,72
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		2 381 633,29	1 274 909,58
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Passivo corrente		**7 293 210,86**	**6 980 223,54**
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		91 442,07	14 300,00
Fornecedores		364 268,63	400 891,29
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	23	246 113,90	222 992,88
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	918 604,83	822 301,13
Fornecedores de investimentos	23	27 279,50	3 662,30
Outras contas a pagar	23	5 468 905,31	5 292 831,33
Diferimentos		176 596,62	223 244,61
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Total Passivo		**16 437 153,85**	**15 840 262,52**
Total Património Líquido e Passivo		**85 365 006,74**	**81 620 191,32**

6.2. Demonstração de Resultados Consolidada

A análise ao Balanço Consolidado deve ser complementada pela análise à Demonstração dos Resultados Consolidada. Este documento contabilístico reflete o desempenho do Grupo, evidenciando os resultados apurados no período e espelhando os seus rendimentos e os seus gastos. A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP), apresentando os resultados das operações económicas do grupo durante o ano de 2025.

A Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada apresenta os resultados das operações económicas (rendimentos e gastos), servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

Em 2025, verifica-se um resultado líquido do período negativo de 741.869,80€, invertendo a tendência positiva registada no exercício anterior. Registou-se um aumento dos rendimentos em 2,48% face ao período homólogo, passando de 29.877.566,54€ em 2024 para 30.516.057,28€. Os gastos aumentaram 9,85%, totalizando 31.257.927,08€.

Entre os rendimentos, destacam-se as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos como a rubrica de maior expressão, totalizando 16.646.257,66€, o que representa um acréscimo de 1.502.364,79€ face a 2024. As Prestações de Serviços e Concessões registaram igualmente um crescimento significativo, passando de 1.308.057,56€ para 2.438.103,12€.

No que respeita à estrutura da despesa, os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal constituem as rubricas de maior peso, representando conjuntamente 65,42% do total de gastos do Grupo Autárquico. As Transferências e Subsídios Concedidos totalizaram 3.184.414,08€, evidenciando igualmente um crescimento face ao exercício anterior.

O quadro 6 apresenta a Demonstração Consolidada de Resultados, por natureza, reportada a 31 de dezembro dos anos de 2025 e 2024.

Quadro 6 - Demonstração de Resultados Consolidada Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Impostos, contribuições e taxas	13/14/23	7 176 744,65	7 780 168,74
Vendas	13	1 960 998,84	2 084 528,32
Prestações de serviços e concessões	13	2 438 103,12	1 308 057,56
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	16 646 257,66	15 143 892,87
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	20	-75 575,66	32 549,40
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1 921 305,10	-1 988 951,94
Fornecimentos e serviços externos	23	-10 361 693,56	-9 467 188,66
Gastos com pessoal	19	-10 087 714,52	-9 404 708,41
Transferências e subsídios concedidos	23	-3 189 414,08	-2 901 948,93
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	-245 020,55	483,74
Provisões (aumentos/reduções)	13/15	44 835,80	66 287,75
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13	2 231 291,27	3 454 387,45
Outros gastos		- 998 843,40	-320 467,98
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**3 618 664,47**	**5 787 089,91**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-4 154 095,12	-4 232 818,07
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**- 535 430,65**	**1 554 271,84**
Juros e rendimentos similares obtidos	13	17 825,94	7 210,71
Juros e gastos similares suportados		-223 688,26	-333 302,38
Resultado antes de impostos		**- 741 292,97**	**1 228 180,17**
Imposto sobre o rendimento		-576,83	0,00
Resultado líquido do período		**- 741 869,80**	**1 228 180,17**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		- 743 334,85	1 226 404,01
Interesses que não controlam		1 465,04	1 776,15

6.3. Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido

Na demonstração de alterações no património líquido evidenciam-se o resultado e os rendimentos e gastos do período que foram reconhecidos diretamente no património líquido, o total de rendimentos e de gastos do período e para cada componente do património líquido separadamente divulgado.

O quadro a seguir apresentado reflete as alterações ocorridas ao património líquido do grupo no exercício de 2025.

Quadro 7 – Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido

Valores em €

Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capita Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERIODO		**17 033 260,46**				**1 794 755,61**	**180 278,77**	**2 994 470,35**		**42 711 429,95**	**1 228 180,17**	**65 942 375,31**	**- 162 446,51**	**65 779 928,80**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		**0,00**				**59 799,50**	**1 228 390,95**	**46 072,85**		**3 784 232,33**	**- 1 228 180,17**	**3 890 315,46**	**- 521,58**	**3 889 793,89**
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital										3 782 626,45		3 782 626,45		3 782 626,45
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						59 799,50	1 228 390,95	46 072,85		1 605,88	- 1 228 180,17	107 689,01	- 521,58	107 167,44
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											**- 741 869,80**	**- 741 869,80**		**- 741 869,80**
RESULTADO INTEGRAL											**- 1 970 049,97**	**3 148 445,66**		**3 147 924,09**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														125,01
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		**17 033 260,46**				**1 854 555,11**	**1 408 669,72**	**3 040 543,20**		**46 495 662,28**	**- 741 869,80**	**69 090 820,97**	**-162 968,09**	**68 927 852,89**

6.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O quadro 8 apresenta de forma sintética os fluxos de caixa consolidados e reflete a totalidade dos pagamentos e recebimentos do Grupo.

Quadro 8 – Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidada

Valores em €

Rubrica	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 175 516,50	2 975 752,68
Recebimentos de contribuintes		4 304 023,15	5 218 519,84
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		13 871 867,72	13 375 114,76
Recebimentos de utentes		2 250 001,54	2 134 324,21
Pagamentos a fornecedores		-11 839 516,34	-13 591 826,38
Pagamentos ao pessoal		-10 201 859,67	-9 138 010,11
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 992 278,86	-2 620 769,14
Caixa gerada pelas operações		**-1 432 245,96**	**-1 646 894,14**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-61,94
Outros recebimentos/ pagamentos		1 932 506,35	1 637 237,26
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		**500 260,39**	**-9 718,82**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-5 714 814,79	-3 014 836,65
Pagamentos - Ativos intangíveis		-101 196,58	-93 485,62
Pagamentos - Investimentos Financeiros		0,00	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		0,00	131 486,76
Recebimentos - Subsídios ao investimento		2 525 919,23	695 499,65
Recebimentos - Transferências de capital		6 231 180,78	5 310 730,06
Fluxos de caixa das atividades de investimento(b)		**2 941 088,64**	**3 029 394,20**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos Obtidos		125 067,90	500 000,00
Recebimentos - Outras operações de financiamento		0,00	4 585,96
Pagamentos respeitantes a:		825 231,30	
Financiamentos obtidos			-1 307 700,83
Juros e gastos similares		-1 392 215,04	-309 992,19
Outras operações de financiamento		-182 974,52	-614 085,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(c)		**-1 460 855,99**	**-1 727 192,70**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 980 493,04	1 292 482,68
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1	3 144 607,22	1 852 124,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	5 125 100,26	3 144 607,22
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**3 144 607,22**	**1 852 124,54**
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3 144 607,22	1 852 124,54
De execução orçamental		1 834 313,67	504 149,37
De operações de tesouraria		1 310 293,55	1 347 975,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 125 100,26	**3 144 607,22**
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		**5 125 100,26**	**3 144 607,22**
De execução orçamental		3 750 809,28	1 834 313,67
De operações de tesouraria		1 374 290,98	1 310 293,55

7. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

No exercício de 2025, as demonstrações financeiras consolidadas do Município de Mirandela foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, designadamente a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. Nas notas seguintes apresentam-se as principais políticas contabilísticas adotadas, bem como outras notas explicativas e informações consideradas relevantes para uma adequada compreensão das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao período de relato.

O Município (entidade-mãe) deve aplicar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os critérios de valorimetria utilizados nas suas próprias demonstrações financeiras, pelo que os elementos do ativo, do passivo e dos fundos próprios/capital próprio, a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, devem ser valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes ao grupo municipal e de acordo com o disposto no SNC-AP.

A apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Apresentam-se de seguida as notas para apoiar a preparação das divulgações previstas no "Modelo de notas explicativas (anexo) às demonstrações financeiras" constantes da NCP - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, dando especial ênfase às divulgações que podem tomar a forma de quadros normalizados para facilitar a divulgação sistematizada da informação complementar exigida no SNC-AP.

As notas às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as informações relevantes para a sua melhor compreensão. As notas respeitam à numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas não mencionadas não são aplicáveis ou referem-se a factos e situações cuja relevância não justifica a respetiva divulgação, mantendo-se, contudo, a numeração e ordenação definidas.

Todos os valores estão expressos em euros.

Nota 1 – Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

As entidades que compõem o Grupo Autárquico, para efeitos de reporte de contas consolidadas referente ao exercício de 2025, dando dessa forma cumprimento ao estipulado pelo art.º 75 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

1.1 – Identificação da Entidade

A entidade consolidante é o **Município de Mirandela**. Enquanto pessoa coletiva territorial de âmbito municipal, através dos seus órgãos, visa a prossecução dos interesses próprios da população que representa, desempenhando funções no âmbito das suas atribuições e que se encontram dispostas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

1.2 – Entidades incluídas no perímetro do grupo

As entidades incluídas no perímetro do grupo, foram o Município de Mirandela e Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A. (MLM).

Quadro 9 - Entidades incluídas no perímetro do grupo

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs.
					Direto	Indireto	
Município de Mirandela	Praça do Município, 5370-288 Mirandela	Administração Local					a)
Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA	Rua D. Afonso III - Estação da CP, 5370-408 Mirandela	Transporte de passageiros	125.000€	112.500 €	90%		

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

1.3 – Entidades associadas incluídas no perímetro de consolidação financeira

As entidades associadas presentes no perímetro de consolidação financeira são contabilizadas pelo MEP.

Quadro 10 - Entidades contabilizadas ao MEP

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do Capital Detido	Obs.
Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A	Complexo Agro-Industrial do Cachão, 5370-132 Frechas Mirandela	Dinamização da Indústria da região, através da criação de condições para a fixação de empresas.	Município de Mirandela, Município de Vila Flor e outros	49,10%	
Matadouro Industrial do Cachão, S.A.	Complexo Agro-Industrial do Cachão, 5370-132 Frechas Mirandela	Abate e comercialização de carnes.	Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S. A	100%	b); c)
Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.	Rua da Fundação Calouste Gulbenkian, 5370-340 Mirandela	Gestão e tratamento de Resíduos Urbanos	Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais e pela Associação de Municípios do Douro Superior, que integra os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa	16,92%	

b) Entidade detida a 100% pela AIN.
c) A AIN não consolidou com o MIC – O Município, como entidade consolidante aplica o MEP também ao MIC - nº 3 do art.º 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

1.4 – Entidades não incluídas no perímetro de consolidação

Existem outras entidades com relações de dependência de participação à entidade consolidante que, no entanto, não são consideradas para efeitos de consolidação de contas.

Quadro 11 - Entidades não incluídas no perímetro de consolidação

Denominação social	NIPC	% do Capital Detido	Obs.
Águas do Norte, S.A.	513606084	0,56%	d)
Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua	510288510	10,20%	d)
Agência de Energia de Trás-os-Montes	509620540	13,23%	d)
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1,16%	d)
DESTEQUE – Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente	503022934	0,01%	d)
Fundação Museu do Douro	507693671	0,76%	d)
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	4,90%	d)
Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes	508914400	15,64%	e)
Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana	501383018	28,00%	e)
Associação Nacional de Municípios	501627413	0,32%	e)
Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	515645478	Quota	d)
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	Quota	d)

d) Inexistência de controlo ou presunção de controlo conforme previsto no nº 4 e 5 do art.º 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro
e) Entidade mãe ou consolidante- nos termos do nº 2 do art.º 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município

1.5 – Período de Relato e Referencial Contabilístico

O período de relato das presentes contas está compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro do ano de 2025, sendo o referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 195/2015, de 11 de setembro.

1.6 – Caixa e depósitos

A rubrica de Caixa e seus equivalentes no dia 31 de dezembro de 2025 tem a seguinte composição:

Quadro 12 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2025		2024	
Caixa		**2 027,20**		**1 280,81**
Depósitos à ordem		**4 953 913,38**		**3 143 326,41**
Depósitos bancários à ordem	4 953 913,38		3 143 326,41	
Outros depósitos		**169 159,68**		**0,00**
Depósitos a prazo	0,00		0,00	
Depósitos consignados	169 159,68			
Total		**5 125 100,26**		**3 144 607,22**

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se conforme seguinte:

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido observados os requisitos previstos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP), designadamente a NCP 22, NCP 23 e NCP 24, enquanto referenciais aplicáveis ao processo de consolidação.

No âmbito da Prestação de Contas referente aos exercícios de 2024 e 2025, a AIN aplicou o SNC-AP, aprovado pelo referido diploma legal. Contudo, em ambos os exercícios, não procedeu à consolidação de contas com o MIC. Neste contexto, e com o objetivo de assegurar a adequada relevação contabilística da participação detida, o Município refletiu no processo de consolidação o impacto correspondente à participação da AIN no MIC, através da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), reconhecendo o efeito associado aos capitais próprios daquela entidade.

Da aplicação do MEP resultaram impactos exclusivamente nas rubricas de "Participações Financeiras", "Ajustamentos em Ativos Financeiros" e "Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos".

Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível, identificados, foram mensurados pelo seu custo, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As propriedades de investimento foram reconhecidas de acordo com o modelo do custo. Incluem-se aqui os edifícios/outras construções detidas para obtenção de rendas.

Ativos Intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, deduzido amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O ativo intangível é composto principalmente por programas de computador e sistemas de informação.

Um ativo intangível é reconhecido quando é possível identificá-lo, quando se espera que gere benefícios económicos futuros e quando o seu custo ou valor justo possa ser mensurado com fiabilidade.

Investimentos Financeiros

As participações financeiras foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23, designadamente as que o Município detém o controlo ou influência significativa.

As restantes participações relevadas contabilisticamente encontram-se registadas ao custo.

Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 (CC2).

Contas a Receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Um ativo intangível entende-se como um ativo não monetário identificável sem substância física, estando estabelecidos critérios fundamentais ao seu reconhecimento, em particular a sua identificabilidade, mensuração com fiabilidade e o controlo por parte da entidade.

No período findo a 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Quadro 13 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill**								
Projetos de desenvolvimento	45 289,79	45 289,79		0,00	45 289,79	45 289,79		0,00
Programas de computador e sistemas de informação	420 483,68	385 910,66		34 573,02	459 946,07	407 101,67		52 844,40
Propriedade industrial e intelectual								
Outros ativos intangíveis	20 279,63			20 279,63	26 593,56	14 204,27		12 389,29
Ativos intangíveis em curso	58 258,95			58 258,95	58 258,95			58 258,95
TOTAL	**544 312,05**	**431 200,45**	**0,00**	**113 111,60**	**590 088,37**	**466 595,73**	**0,00**	**123 492,64**

** Diferença entre o valor de uma participação num investimento financeiro e o seu preço de aquisição

À data de 31 de dezembro de 2025, regista-se nos ativos intangíveis a quantia escriturada final de resultante das variações que a seguir se indicam:

Quadro 14 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escritura da Inicial	VARIAÇÕES							Quantia Escritura da Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	34 573,02	39 462,39					21 191,01		52 844,40
Propriedade industrial e intelectual									
Outros	20 279,63	6 313,93					14 204,27		12 389,29
Ativos intangíveis em curso	58 258,95								58 258,95
TOTAL	**113 111,60**	**45 776,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**35 395,28**	**0,00**	**123 492,64**

Detalham-se no quadro seguinte as adições ocorridas em ativos intangíveis:

Quadro 15 – Adições

RUBRICAS	ADIÇÕES										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou Troca	Expropr.	Doação	Dação em Pagamento	Locação Financ.	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projetos de desenvolvimento											
Programas de computador e sistemas de informação		39 462,39									39 462,39
Propriedade industrial e intelectual											
Outros		6 313,93									6 313,93
Ativos intangíveis em curso											
TOTAL	**0,00**	**45 776,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**45 776,32**

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Os acordos de concessão de serviços são regulados pela legislação relativa às concessões, nomeadamente pelo Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de maio, que define as normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na definição, conceção, preparação, lançamento, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas (art.º 1º, alínea a) do referido decreto).

Quadro 16 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Infraestruturas	20 A	--	--	--	--

No âmbito deste contrato de concessão, a E Redes, por cedência da EDP, tem o direito da distribuição da energia elétrica em baixa tensão na área do próprio Município, ficando a seu cargo o exercício dos direitos e poderes necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão em regime de exclusivo.

A concessão não comporta encargos orçamentais para o Município de Mirandela, sendo a concessão financeiramente sustentável através da cobrança aos utentes ou utilizadores dos serviços prestados. A concessão gera ao Município uma renda trimestral.

Desta forma, por existirem incertezas significativas, não foram reconhecidos os mesmos como ativos de concessão de serviços optando-se pelo relato.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis são bens com substância física que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros ou para fins administrativos. Estão agrupados em classes com idêntica natureza ou função similar nas operações da entidade. Os ativos fixos tangíveis que satisfazem as condições de reconhecimento são contabilizados e mensurados pelo seu custo.

Os gastos de depreciação desses ativos iniciam quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. É utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta) no cálculo das depreciações.

Durante o exercício económico de 2025, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, encontram-se refletidos nos quadros seguintes:

Quadro 17 - Variação do valor Bruto das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	INÍCIO DO PERÍODO				FINAL DO PERÍODO			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1 203 982,17			1 203 982,17	1 203 982,17			1 203 982,17
Edifícios e outras construções	6 095 663,68	1 482 303,76		4 613 359,92	6 099 155,71	1 835 327,22		4 263 828,49
Infraestruturas	49 773 919,35	27 518 135,20		22 255 784,15	50 582 157,62	29 982 748,80		20 599 408,82
Património histórico, artístico e cultural	392 877,76	111,58		392 766,18	395 675,72	302,86		395 372,86
Outros								
Bens de domínio público em curso	5 223 657,35			5 223 657,35	6 961 685,14			6 961 685,14
	62 690 100,31	**29 000 550,54**	**0,00**	**33 689 549,77**	**65 242 656,36**	**31 818 378,88**	**0,00**	**33 424 277,48**
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	6 919 254,47			6 919 254,47	7 200 006,94			7 200 006,94
Edifícios e outras construções	39 552 671,71	15 284 935,10		24 267 736,61	39 974 910,64	16 010 486,60		23 964 424,04
Equipamento básico	4 378 300,65	3 826 772,18		551 528,47	4 911 616,84	4 005 436,19		906 180,65
Equipamento de transporte	3 428 144,35	2 933 777,82		494 366,53	4 016 262,04	3 127 717,53		888 544,51
Equipamento administrativo	2 141 876,90	1 908 957,37		232 919,53	2 308 886,96	2 014 880,41		294 006,55
Equipamentos biológicos								
Outros	896 300,36	684 660,15		211 640,21	956 196,36	745 107,20		211 089,16
Ativos fixos tangíveis em curso	1 081 928,34			1 081 928,34	1 948 265,56			1 948 265,56
	58 398 476,78	**24 639 102,62**	**0,00**	**33 759 374,16**	**61 316 145,34**	**25 903 627,93**	**0,00**	**35 412 517,41**
TOTAL	**121 088 577,09**	**53 639 653,16**	**0,00**	**67 448 923,93**	**126 558 801,70**	**57 722 006,81**	**0,00**	**68 836 794,89**

Quadro 18 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escritura. Inicial	VARIAÇÕES							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Revers. perdas por imparid	Perdas por imparida.	Depreciações do período	Diminu.	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	1 203 982,17								1 203 982,17
Edifícios e outras construções	4 613 359,92	3 492,03					353 023,46		4 263 828,49
Infraestruturas	22 255 784,15	31 262,33	776 975,94				2 464 613,60		20 599 408,82
Património histórico, artístico e cultural	392 766,18	2 797,96					191,28		395 372,86
Outros									
Bens de domínio público em curso	5 223 657,35	2 102 482,96	-364 455,17						6 961 685,14
	33 689 549,77	**2 140 035,28**	**412 520,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 817 828,34**	**0,00**	**33 424 277,48**
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	6 919 254,47	280 752,47							7 200 006,94
Edifícios e outras construções	24 267 736,61	196 288,53	225 950,40				725 551,50		23 964 424,04
Equipamento básico	551 528,47	454 810,28	78 505,91				178 664,01		906 180,65
Equipamento de transporte	494 366,53	588 117,69					193 939,71		888 544,51
Equipamento administrativo	232 919,53	167 010,06					105 923,04		294 006,55
Equipamentos biológicos									
Outros	211 640,21	59 896,00					60 447,05		211 089,16
Ativos fixos tangíveis em curso	1 081 928,34	1 713 164,30	-846 827,08						1 948 265,56
	33 759 374,16	**3 460 039,33**	**-542 370,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 264 525,31**	**0,00**	**35 412 517,41**
TOTAL	**67 448 923,93**	**5 600 074,61**	**-129 850,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 082 353,65**	**0,00**	**68 836 794,89**

Quadro 19 – Adições

RUBRICAS	ADIÇÕES										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Exprop.	Doação, herança e outros	Dação em Pagam.	Locação Financ.	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		3 492,03									3 492,03
Infraestruturas		31 262,33									31 262,33
Património histórico, artístico e cultural		2 797,96									2 797,96
Outros											
Bens de domínio público em curso		2 102 482,96									2 102 482,96
	0,00	**2 140 035,28**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 140 035,28**
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		280 752,47									280 752,47
Edifícios e outras construções		196 288,53									196 288,53
Equipamento básico		454 810,28									454 810,28
Equipamento de transporte		588 117,69									588 117,69
Equipamento administrativo		167 010,06									167 010,06
Equipamentos biológicos											0,00
Outros		59 896,00									59 896,00
Ativos fixos tangíveis em curso		1 713 164,30									1 713 164,30
	0,00	**3 460 039,33**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3 460 039,33**
TOTAL	**0,00**	**5 600 074,61**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5 600 074,61**

Não se verificaram diminuições de Ativos Fixos Tangíveis no ano 2025.

Nota 6 - Locações

Enquadram-se em Locações todos os acordos que transfiram o direito de uso de ativos, ainda que esses acordos contemplem a prestação, pelo locador, de serviços substanciais relacionados com a operação ou manutenção de tais ativos. Não se enquadram neste item acordos que sejam contratos de prestação de serviços que não transfiram o direito de uso de ativos de uma parte contraente para a outra. As locações poderão ser financeiras ou operacionais.

As locações são classificadas como financeiras quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade, e como operacionais quando não ocorre essa transferência substancial. Assim, a classificação de uma locação como financeira ou operacional depende da substância da transação, e não da forma do contrato.

A classificação da locação é determinada no início do contrato. Caso, durante o período de vigência do contrato, locador e locatário acordem em alterar as cláusulas da locação de forma que resulte numa classificação diferente, o acordo revisto será considerado um novo contrato, aplicando-se a nova classificação durante o seu prazo.

Em 31 de dezembro de 2025, constatou-se que apenas o Município de Mirandela detinha contratos de locação financeira, conforme evidenciado na tabela infra:

Quadro 20 – Locações Financeiras – locatário

Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Pagamentos futuros		Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado				
		Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	
Operação de financiamento por locação financeira (leasing) para a aquisição de quatro Viaturas 100% elétricas Renault ZOE E-TECH Eletric Equilibre	58 753,20	34 465,54	2 500,00	78 381,52	8 632,76	62 625,72	1 421,65	64 047,37

O contrato mencionado no quadro anterior, é referente à locação financeira (leasing) para a aquisição de quatro Viaturas 100% elétricas Renault ZOE E-TECH Eletric Equilibre E.V. 50 R110.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Nos termos do estabelecido pela NCP 7, os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados independentemente de como esses empréstimos são aplicados.
O montante de empréstimos obtidos pelo Município de Mirandela, estão evidenciados no quatro abaixo:

Quadro 21 - Empréstimos obtidos

Designação	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos obtidos		
Passivo corrente	918 604,83	822 301,13
Passivo não corrente	6 404 139,82	7 182 123,72
TOTAL	**7 322 744,65**	**8 004 424,85**

Durante o exercício económico de 2025, continuaram a ocorrer desembolsos relativos aos empréstimos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), os quais se destinaram a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI), designadamente o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão (Fundos da Política de Coesão) no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020 e ainda o ocorreu o Visto do Tribunal de Contas ao empréstimo de médio/longo prazo para Investimentos Diversos até ao montante máximo de 885.000,00€.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento foram apenas identificadas no quadro seguinte não tendo sido reconhecidas e mesuradas. Pretende-se numa segunda fase proceder ao seu correto reconhecimento, como propriedades de investimento. Apenas o Município detém propriedades de investimento mensuradas ao justo valor e ao custo.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento.

Quadro 22 – Propriedades de investimento

Descrição	Quantia escriturada no final do período
Edif. Snack Bar - Parque do Império	-
Edif. Quiosque-Av.25 de abril	-
Edif. Central de Camionagem	634 382,62
Edif. Café - Restaurante - Parque Dr.º José Gama (Zona Verde)	582 143,14
Quiosque Banca Ardina - Parque do Império	3 748,60
Edif. Bar da Ribeira de Carvalhais	242 185,03
Edif. Quiosque c/abrigo e sanitários/R. da República	21 496,00
62 Lojas – Mercado Municipal	7 671,15
TOTAL	**1 491 626,54**

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, acrescidos de dispêndios de investimento diretamente atribuíveis e deduzidas depreciações.

De seguida apresentam-se os quadros detalhados dos movimentos ocorridos com as propriedades de investimento no ano de 2025.

Quadro 23 – Propriedades de investimento - modelo de custo

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo de custo)							Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Final do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções	1 531 585,66		4 177,08	44 136,20					1 491 626,54		78 611,26	
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de investimento em curso	48 153,39								48 153,39			
TOTAL	1 579 739,05	0,00	4 177,08	44 136,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1 539 779,93	0,00	78 611,26	0,00

Não se verificaram diminuições das Propriedades de Investimento no ano 2025.

Nota 9 – Imparidade de ativos

No Grupo Municipal não se encontram registadas imparidades de ativos.

Nota 10 - Inventários

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada por uma entidade e detida para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade. Os inventários também incluem materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos por uma entidade, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico.

Os inventários devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido, exceto quando forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação, devem ser mensurados pelo justo valor à data de aquisição. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais.

Quando os inventários são vendidos, trocados ou distribuídos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

Se não existir rendimento relacionado, o gasto é reconhecido quando os bens forem distribuídos ou o respetivo serviço for prestado. A quantia de qualquer abate de inventários, assim como todas as perdas de inventários, devem ser reconhecidas como um gasto no período em que ocorra o abate ou a perda. A reversão de qualquer abate de inventários é reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período em que a reversão ocorre.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 24 – Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	323 787,40		323 787,40
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso	614 713,74		614 713,74
TOTAL	**938 501,14**	**0,00**	**938 501,14**

No quadro infra podemos verificar os movimentos ocorridos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025:

Quadro 25 – Inventários - movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos do período							Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias		1 449 519,30	1 449 519,30						0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	570 948,80	238 965,96	471 785,80	-14 341,56					323 787,40
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso		614 713,74							614 713,74
TOTAL	**570 948,80**	**2 303 199,00**	**1 921 305,10**	**-14 341,56**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**938 501,14**

Nota 11 – Agricultura

O grupo Municipal não apresenta ativos que correspondam às diretrizes emanadas na NCP 11, durante o exercício em apreço.

Nota 12 - Contratos de construção

A atividade do grupo Municipal não originou nenhuma atividade que se relacione com contratos de construção, nos termos da NCP 12.

Nota 13 – Rendimentos com contraprestação

Uma entidade deve aplicar a NCP 13 na contabilização do rendimento proveniente das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação: (a) Prestação de serviços; (b) Venda de bens; e (c) Uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares.

O valor do rendimento proveniente de uma transação é, em geral, determinado por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço, sem despeito pela legislação em vigor, sendo mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, considerando os valores de quaisquer descontos comerciais ou de quantidades concedidos.

Os rendimentos associados às transações e acontecimentos mencionados seguem os termos e condições definidos na referida NCP, nomeadamente quando a quantia de rendimento possa ser mensurada com fiabilidade e seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade.

No exercício económico de 2025 os rendimentos de transações com contraprestação têm a seguinte desagregação:

Quadro 26 – Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxa	414 393,37				
Taxas específicas das autarquias locais	1 808 348,13				
Vendas					
Mercadorias	1 139,32				
Produtos acabados e intermédios	1 959 859,52				
Prestação de serviços					
Saneamento	19 737,47				
Resíduos Sólidos	92 742,27				
Transporte Coletivos de Pessoas e Mercadorias	262 247,41				
Trabalhos por conta de particulares	1 328,15				
Cemitérios	6 155,00				
Mercados e feiras	42 054,36				
Parques de Estacionamento	95 004,72				
Serviços Sociais	162 394,78				
Serviços Recreativos	746,70				
Serviços Culturais	13 795,21				
Outros	191 269,76				
Rendas/Concessões					
Concessão de Exploração	85 022,38				
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desporto					
Residência de Estudantes – Alimentação e Alojamento	74 905,18				
Outros	9 193,09				
Outros Serviços					
Aluguer de Espaços	12 902,23				
Rendas de Edifícios	6 807,00				
Rendas de Habitação	34 188,63				
Rendas de Terrenos	3 000,00				
Outras Rendas	1 327 938,42				
Outros Rendimentos e Ganhos					
Rendimentos Suplementares	32 926,47				
Rendimentos em Entidades Controladas, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	22 607,61				
Rendimentos em Investimentos não Financeiros	1 450,00				
Outros	1 302 563,79				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros Obtidos	17 825,94 €				
TOTAL	**8 002 546,91**				

Quadro 27 - Rendimento com contraprestação – Agregado

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades	2 222 741,50				
Vendas	1 960 998,84				
Prestação de serviços	887 475,83				
Rendas/Concessões	85 022,38				
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desporto	84 098,27				
Outros Serviços	1 384 836,28				
Outros Rendimentos e Ganhos	1 359 547,87				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	17 825,94				
TOTAL	**8 002 546,91**				

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registadas no período findo em 31 de dezembro de 2025.

Estes rendimentos têm a seguinte decomposição:

Quadro 28 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Imposto Municipal sobre Imóveis	2 895 440,44				
Derrama	111 670,78				
Outros	641 002,22				
Impostos indiretos					
Mercados e Feiras					
Loteamentos e Obras	14 015,10				
Ocupação da Via Pública	56 106,25				
Publicidade	412,00				
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	1 170 636,80				
Outros	13 114,61				
Taxas, multas e outras penalidades					
Juros de Mora	22 694,95				
Outras Multas e Penalidade	28 910,00				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	9 535 346,11				
Fundo Social Municipal (FSM)	549 588,00				
Participação IRS	408 625,00				
Transferências de Competências Lei n.º50/2018	2 821 836,00				
Participação IVA	88 352,00				
Outros	553 932,58				
Artigo 35.º, n. º da Lei n.º 73/2013	2 346 046,00				
Resto do Mundo	315 212,97				
Outras Entidades	26 001,00				
Subsídios ao Produto	1 318,00				
Reversões					
De Provisões	403 005,68				
Correções relativas a períodos anteriores					
Outras correções	101 210,64				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos					
Serviços e Fundos Autónomos	18 000,00				
FEDER	561 455,18				
Fundo Social Europeu	37 091,68				
Outras	153 985,90				
TOTAL	**22 875 009,89**				

Quadro 29 - Rendimentos sem contraprestação – Agregado

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos	3 648 113,44				
Impostos indiretos	1 254 284,76				
Taxas, multas e outras penalidades	51 604,95				
Transferências e subsídios correntes obtidos	16 646 257,66				
Reversões	403 005,68				
Correções relativas a períodos anteriores	101 210,64				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	770 532,76				
TOTAL	**22 875 009,89**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente resultante de um acontecimento passado, seja provável um exfluxo de recursos para a sua liquidação e possa ser efetuada uma estimativa fiável da respetiva quantia. Para efeitos da prestação de contas de 2025, foi solicitado ao Gabinete Jurídico a identificação dos processos judiciais em curso, respetivas importâncias envolvidas, estado processual e perspetiva de desfecho, bem como outras contingências suscetíveis de originar encargos para o Município. A provisão para processos judiciais foi quantificada com base no parecer do Advogado do Município, considerando a probabilidade de desfecho dos processos e o princípio da prudência.

Após reapreciação jurídica dos processos judiciais em curso, o Município de Mirandela registou uma diminuição das provisões no montante de 44.835,80 €, ajustando a provisão para outros riscos e encargos para 358.169,88 €, valor considerado suficiente para fazer face a eventuais indemnizações associadas a processos com probabilidade elevada ou moderada de decisão desfavorável ao Município. Segundo o gabinete jurídico, a maioria dos processos apresenta perspetivas favoráveis para o Município.

Em relação ao MLM, no que respeita aos passivos contingentes, encontram-se pendentes dois processos judiciais no qual a entidade figura como responsável solidário juntamente com outros Réus. O montante total associado às ações ascende a cerca de 300.000,00 €, embora não seja possível, nesta fase, proceder a uma estimativa fiável das potenciais indemnizações. Por esse motivo, não foi reconhecida qualquer provisão, tendo em consideração a incerteza na quantificação dos encargos, a possibilidade de exercício de direito de regresso e o grau intermédio de probabilidade de uma decisão desfavorável.

Relativamente ao exercício de 2025, foram registados os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Quadro 30 – Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	403 005,68	358 169,88			358 169,88			403 005,68	403 005,68	358 169,88
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
TOTAL	**403 005,68**	**358 169,88**	**0,00**	**0,00**	**358 169,88**	**0,00**	**0,00**	**403 005,68**	**403 005,68**	**358 169,88**

Nota 16 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O grupo Municipal não efetuou transações em moeda estrangeira.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

Uma entidade deve ajustar as quantias reconhecidas nas suas demonstrações financeiras para refletir os acontecimentos após a data de relato que dão lugar a ajustamentos.

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, o Município avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras.

Após o termo do exercício e até à presente data ocorreram acontecimentos subsequentes que implicam divulgações neste anexo: foi requerida em 05/02/2026 a declaração de insolvência do Matadouro Industrial do Cachão, detido a 100% pela AIN, pela Ares Lusitani-STC, S.A. Em relação aos créditos que lhe foram cedidos pelo Novo Banco, S.A.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

A NCP 18 contém orientações para reconhecimento e mensuração de todos os ativos e passivos financeiros, dos quais os instrumentos financeiros são uma parte.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade;

(ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

O grupo Municipal não reconheceu instrumentos financeiros nos termos da NCP 18.

Nota 19 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são benefícios dos empregados que se vencem dentro de 12 meses após a data de relato em que os empregados prestam o respetivo serviço. Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, contribuições para a segurança social, CGA, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ajudas de custo, despesas de representação, trabalho extraordinário e quaisquer outras retribuições previstas na Lei. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Quadro 31 – Gastos com o Pessoal

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações dos Titulares de Órgãos de Soberania e Membros	135 452,96	147 928,69
Gratificações e Senhas de Presença	43 406,42	34 556,56
Pessoal em Regime de Nomeação Definitiva e Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	5 471 174,38	4 820 389,73
Pessoal em Regime de Nomeação Transitória e Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo	53 172,92	82 195,45
Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto	315 925,97	117 185,10
Pessoal em Regime de Contrato Individual de Trabalho a Termo Resolutivo Certo	30 853,02	0,00
Pessoal em Qualquer Outra Situação	308 807,17	504 167,65
Subsídio de Férias	1 066 032,41	1 074 618,38
Despesas de Representação	49 971,71	54 749,24
Subsídio de Refeição	522 917,40	629 213,00
Suplementos e Prémios	22 409,41	20 146,68
Outros Abonos Variáveis ou Eventuais	178 147,08	212 369,44
Benefício Pós-Emprego	19 950,29	21 699,99
Indeminizações	3 462,48	11 608,06
Caixa Geral de Aposentações	953 709,61	940 766,68
Segurança Social – Regime Geral	833 027,68	633 846,63
Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	58 355,25	59 693,74
Outros Gastos com o Pessoal	2 265,00	19 569,92
Outros Encargos Sociais	18 673,36	20 003,47
TOTAL	**10 087 714,52**	**9 404 708,41**

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Ao considerar cada possível relacionamento entre partes, a atenção deve ser dirigida para a substância do relacionamento e não meramente para a forma legal.

É necessário efetuar a divulgação da existência de relacionamentos entre partes relacionadas quando existe controlo, bem como, em algumas circunstâncias, a divulgação de informação acerca de transações entre a entidade e as suas partes relacionadas. Esta informação é exigida para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para facilitar uma melhor compreensão da posição financeira e desempenho da entidade em relato.

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município de Mirandela nas suas participadas e as transações com as entidades que controla.

Quadro 32 - Entidades controladas reforços

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Agro-Industrial do Nordeste EIM, S.A.	EIM S.A.	Complexo Agro-Industrial do Cachão, 5370-132, Frechas Mirandela,	2 080 000,00	1 021 360,00	49,10%		49,10%
Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A.	EM S.A.	Rua D. Afonso III - Estação da CP, 5370-408 Mirandela	125 000,00	112 500,00	90,00%		90,00%

Quadro 33 - Participações em entidades não societárias

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	%
Agência de Desenvolvimento Regional Vale do Tua	Associação	Rua Fundação Calouste Gulbenkian - Edf. AMTQT, 5370-340 Mirandela	10,20%
Agência de Energia de Trás-os-Montes	Associação	Av. Dos Aliados, 9, 5400-038 Chaves	13,23%
Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana	Associação de Municípios	Rua Fundação Calouste Gulbenkian, Ed. GAT, 5370-340 Mirandela	28,00%
Associação Desenvolvimento Terra Quente Transmontana - DESTEQUE	Associação Privada sem Fins Lucrativos	Praça 5 de Outubro n.º 49, 5370-284 Mirandela	0,01%
Associação Nacional de Municípios	Associação de Municípios	Av. Marnouco e Sousa, N 52, 3004-511 Coimbra	0,32%
Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes - CIM-TTM	Comunidade Intermunicipal	Rua Visconde da Bouça, Ap. 238, 5300-318 Bragança	15,64%
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Associação	Cais Ribeira 55, Porto, 4050-512 Porto	4,90%
Fundação Museu do Douro	Fundação	R. do Marquês de Pombal, 5050-282 Peso da Régua	0,76%
Turismo Porto e Norte de Portugal, E.R.	Entidade Requalificada	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	1,16%
Federação Portuguesa Do Caminho de Santiago - FPDCS	Associação	Rua Dr Henrique Botelho, S/N, 5450-027 Vila Pouca de Aguiar	Quota
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Associação	Rua 16 de novembro - Torreão do Mercado Municipal	Quota

Quadro 34 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Agro-Industrial do Nordeste EIM, SA	Entidade Controlada	Serviço de Metrologia	34,80	0,00%	0,00
		Contrato Programa	100 000,00	6,75%	
Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.	Entidade Controlada	Fornecimento e Serviços Externos	4 513,00	0,30%	533,00
Resíduos do Nordeste EIM, S.A.	Associada	Vendas e Prestações de Serviços	1 316 057,83	92,92%	99 862,16
		Vendas e Prestações de Serviços	470,57	0,03%	

Nota 21 - Relato por segmentos

Conforme disposto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a Entidade deverá divulgar, para cada um dos segmentos, os Rendimentos e os Gastos, bem como a quantia escriturada total dos Ativos e dos Passivos, de acordo com o disposto na NCP 25 – Relato por Segmentos.

Nos termos do estipulado pela NCP 25, "um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos".

As entidades públicas controlam recursos públicos significativos e operam para proporcionar uma grande variedade de bens e serviços aos cidadãos em diferentes regiões geográficas e em regiões com características socioeconómicas diferentes. Exige-se a estas entidades que usem esses recursos de forma eficiente e eficaz para atingirem os objetivos.

Considerando o parágrafo 8 da NCP 25, "Uma entidade deve identificar os seus segmentos separados de acordo com os requisitos do parágrafo 6" da Norma e deve apresentar informação acerca desses segmentos conforme previsto nas divulgações através de notas explicativas.

O Grupo Municipal não dispõe de serviços municipalizados, nem outros segmentos que devam ser individualizados, para efeitos de divulgação pelo que, não origina o relato de informações financeiras descritas na NCP 25.

Nota 22 - Interesses em outras entidades

O Grupo Municipal não tem registado interesses em outras entidades.

Nota 23 – Outras divulgações

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados relativos ao Grupo Municipal, apresentam-se os seguintes quadros a 31 de dezembro de 2025 e 2024, que apresentavam a seguinte composição:

Quadro 35 - Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento		576,83		
Retenção de impostos sobre rendimentos		50 225,45		45 281,14
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	20 049,16		47 079,02	199,77
Contribuição para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		187 253,31		169 453,66
Outras Tributações		8 058,31		8 058,31
TOTAL	**20 049,16**	**246 113,90**	**47 079,02**	**222 992,88**

Quadro 36 – Rendimentos

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Impostos diretos	3 648 113,44	3 053 826,65
Impostos indiretos	1 254 284,76	2 413 593,19
Taxas, multas e outras penalidades	2 274 346,45	2 312 748,90
Mercadorias	1 139,32	2 669,22
Produtos acabados e intermédios	1 959 859,52	2 081 859,10
Prestações serviços autarquias locais	1 053 266,84	1 236 409,07
Outros serviços	1 384 836,28	71 648,49
Transferências correntes obtidas	16 644 939,66	15 143 892,87
Subsídios correntes	1 318,00	0,00
Reversões	403 005,68	110 442,03
Outros Rendimentos	2 231 291,27	3 472 722,84
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	17 825,94	7 210,71
TOTAL	**30 874 227,16**	**29 907 023,07**

Quadro 37 - Outras contas a receber e pagar

Outras contas a receber e pagar	31/12/2025	31/12/2024
Saldo a receber		
Fornecedor C/C		
Adiantamento fornecedores		
Remunerações a receber		
Adiantamentos pessoal		
Outras operações		
Devedores e credores por contratos de concessão		
Fornecedores Investimento		
Devedores e Credores por Acréscimo	1 841 589,43	1 535 406,32
Outros devedores e credores		
Saldo a pagar		
Clientes c/c		
Remunerações a pagar		
Outras operações		
Fornecedores Investimento	1 885 944,99	1 822 250,56
Devedores e credores por acréscimos	2 027 336,30	2 071 400,11
Credores por subscrição não libertadas		
Cauções	1 317 347,84	1 252 119,62
Outros devedores e credores	36 319,10	36 252,47

Quadro 38 - Transferências e subsídios concedidos

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Transferências e subsídios concedidos	**2 212 412,45**	**2 189 672,24**
Estado	13 200,00	10 800,00
Associações de Municípios	549 309,47	780 956,50
Freguesias	449 500,00	413 244,00
Outros setores institucionais	1 200 402,98	984 671,74
Subsídios correntes concedidos	**124 990,00**	**106 610,00**
Administração local	124 990,00	106 610,00
Transferências de capital concedidas	**852 011,63**	**605 666,69**
Associações de Municípios	0,00	14 822,82
Freguesias	589 773,84	519 155,90
Outros setores institucionais	262 237,79	71 687,97
TOTAL	**3 189 414,08**	**2 901 948,93**

Quadro 39 - Fornecimentos e serviços externos

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de transporte	341 279,29	306 869,62
Serviços de alojamento e de restauração	1 337 708,09	1 396 917,85
Serviços de fornecimento de água	0,00	14 045,00
Serviços de recolha e tratamento de RSU	1 244 344,13	1 171 569,51
Tecnologias de Informação e Comunicação	0,00	9 612,25
Outros subcontratos ou concessões	11 018,77	17 835,66
Trabalhos especializados	2 342 532,17	1 957 791,90
Publicidade, comunicação e imagem	59 234,42	27 213,59
Vigilância e segurança	253 410,26	257 149,48
Honorários	74 871,21	25 643,23
Comissões	109 994,46	134 694,07
Conservação e reparação	1 121 112,71	937 924,20
Outros serviços especializados	709 822,17	541 387,05
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	33,33
Livros de Documentação	784,96	0,00
Material de escritório	892,89	5 371,35
Artigos para Oferta e de publicidade e divulgação	0,00	4 162,32
Material de educação cultura e recreio	63 759,26	124 334,73
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoal	33,02	89,25
Medicamentos e artigos para a saúde	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Outras matérias diversas de consumo	0,02	691,90
Eletricidade	1 318 391,17	1 346 247,79
Combustíveis e lubrificantes	333 889,28	248 280,09
Água	0,00	0,00
Deslocações e estadas	277,00	786,40
Rendas e alugueres	298 662,27	207 915,16
Comunicação	196 922,80	204 415,28
Seguros	97 416,42	83 468,01
Contencioso e notariado	7 745,60	35 161,71
Despesas de representação dos serviços	50 964,65	63 046,35
Limpeza higiene e conforto	150 062,97	95 467,38
Outros Serviços Diversos	115 724,08	111 445,78
Outros serviços	120 839,49	137 618,42
TOTAL	**10 361 693,56**	**9 467 188,66**

Conflito Armado Rússia-Ucrânia, Israel-Hamas e EUA/Israel-Irão

Acontecimentos Subsequentes - não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data de encerramento das contas e até à data de emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequência na informação financeira futura.

No entanto, a nível internacional o ano de 2025 continuou marcado pela guerra entre a Rússia e Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, agravando-se esta fase de grande instabilidade pelos ataques de Israel na Palestina, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial.

Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, com significativa relevância na instabilidade dos mercados económicos e financeiros, prejudicando os processos produtivos.

O facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras ativas e o mais recente ataque ao Irão, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo tem-se traduzido em níveis de incerteza e instabilidade, com repercussão na atividade económica e no comércio internacional, acentuada profundamente pela consequente crise energética atual. No entanto, tais acontecimentos não colocam em causa a continuidade das operações.

Os atuais conflitos existentes, poderão ter um efeito negativo social e económico sobre o tecido empresarial, europeu e mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento, nomeadamente no agravamento dos preços de matérias-primas.

8. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). O n.º 1 do art.º 52.º estipula que "*a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores*".

Quadro 40 – Limite da Dívida Total

Receita corrente líquida 2022 (1)	Receita corrente líquida 2023 (2)	Receita corrente líquida 2024 (3)	Total (4) = (1)+ (2)+ (3)	Média da receita corrente líquida (5) = (4)/3
23 261 038,80	22 814 898,04	26 789 027,45	72 864 964,29	24 288 321,43
Limite da dívida total = (5)*1,5				**36 432 482,15**

Quadro 41 – Dívida Entidades Participadas

Designação	Participação	2024		2025	
		Dívida	Dívida relevante Município	Dívida	Dívida relevante Município
ADRVT - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua	10%	0,00	0,00	782 660,94	79 056,66
AETM - Agência de Energia de Trás-os-Montes	13,00%	0,00	0,00	0,00	0,00
AIN - Agro - Industrial do Nordeste, S.A.	49,10%	* RAI>0		481 216,64	236 277,37
AMTQT - Assoc. de Municípios Terra Quente Transmontana	28%	34 927,32	9 779,65	54 535,49	15 269,94
ANMP - Associação Nacional de Municípios	0,319%	Não Releva		Não Releva	
CIM-TT - Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes	15,64%	7 551,08	1 180,99	36 533,45	5 713,83
DESTEQUE - Assoc. Desenvolv. Terra Quente Transmontana	0,01%	302 965,99	30,30	116 428,77	11,64
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,90%	382 258,25	18 730,65	406 013,33	19 894,65
Fundação Museu do Douro	0,76%	170 049,69	1 292,38	147 245,65	1 119,07
MLM - Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90%	* RAI>0		* RAI>0	
Resíduos do Nordeste S.A.	16,92%	* RAI>0		* RAI>0	
Turismo Porto e Norte	1,16%	5 39 314,72	6 256,05	303 866,89	3 524,86
Águas do Norte	0,557%	RAI>0		RAI>0	
FPDCS – Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	Quota	1 862,17		7 444,16	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Quota	31 061,92		25 206,46	
		Total:	**70 194,11**		**393 518,54**

*Equilíbrio Orçamental - A dívida orçamental não releva nestas, ao abrigo do art.º 40 da Lei n.º 50/2012

Quadro 42 – Cálculo da dívida total apresentada segundo o modelo da DGAL

Limite (1)	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros (2)	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part (3)	Dívida Total (4) = (2) + (3)	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM (5)	Montante em Excesso (6) = (5)-(1), se (5) > (1)	Margem Absoluta (7) = (1) - (5), se (5) < (1)	Margem Utilizável (8) = (7) * 20%
36 432 482,15	01/01/2025						
	9.952.892,96	70.194,11	10.023.087,07	5.525.582,37		30.906.899,78	6.181.379,96
	31/12/2025						
	9.406.381,12	393.518,69	9.799.899,76	5.951.305,73		30.841.176,42	6.096.235,28
Variação da Dívida %							7,70%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por utilizar*							15.739.085,97

*alínea b) do n.º1 do art.º 58 da Lei n.º 73/2013

O valor total da dívida a terceiros, apresenta os valores identificados no quadro seguinte:

Quadro 43 - Dívida do Município a Terceiros

Contas	Saldo a 31/12/2021	Saldo a 31/12/2022	Saldo a 31/12/2023	Saldo a 31/12/2024	Saldo a 31/12/2025
20.2 - Credores não Reembolsáveis Concedidos	0,00	343 806,54	240 677,00	14 300,00	91 442,07
22.1 – Fornecedores c/c	1 906 898,86	2 151 363,90	2 962 990,31	109 059,90	117 970,27
22.5 – Fornecedores faturas em receção e conferência	123 679,85	194 178,07	119 084,47	280 166,76	219 274,21
22.6 - Fornecedores - Sociedade de Factoring	26 746,39	27 965,82	119 908,95	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos (24.2 + 24.5 + 24.9)	181 069,96	181 626,12	196 416,95	221 129,75	240 983,61
25 - Financiamentos Obtidos	7 558 219,35	6 557 441,93	8 914 943,10	8 004 424,85	7 322 744,65
27.1.1 – Fornecedores de Investimento c/c	941 570,50	966 650,58	46 312,27	3 662,30	0,00
27.1.6 – Sociedades de Factoring	118 761,44	220 239,89	27 940,36	0,00	27 279,50
27.7 - Cauções	1 149 690,65	1 444 888,82	1 299 452,57	1 252 119,62	1 321 857,84
27.8.5 - Sindicatos	583,36	538,53	551,23	613,93	595,34
27.8.9.1.9.1.2.01 - FAM - Fundo de Apoio Municipal	34 987,25	0,00	0,00	0,00	0,00
27.8.9.1.9.1.9 - Outras Entidades	37 250,86	0,00	0,00	0,00	0,00
27.8.9.2 - Outros Credores	86 778,20	58 089,03	57 764,52	67 415,85	64 233,63
	12 166 236,67	**12 146 789,23**	**13 986 041,73**	**9 952 892,96**	**9 406 381,12**

Os limites do endividamento e o respetivo apuramento da dívida total são calculados de acordo com os artigos 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua atual redação.

Em 2025 o valor da dívida total encontra-se abaixo dos limites legais, isto é, abaixo de 1,5 vezes da média da receita corrente cobrada, sendo o seu limite para este ano de 36.432.482,15 €. O valor da dívida total relevante para efeitos de endividamento é de 5.951.305,73 € representando um aumento de 7,70% face ao montante de 5.525.582,37 €, que se verificou em 2024.

Ainda assim, o Município de Mirandela apresenta uma margem absoluta de 30.481.176,42 € até ao limite do endividamento. Estes resultados demonstram a solidez que o Município de Mirandela tem atingido nos últimos anos, em 2025 o valor da dívida é apenas cerca de 16,34% do limite do endividamento.

A Margem de Endividamento utilizável é de 6.096.235,28 €, sendo 12.192.470,57 € pela redação no Orçamento de Estrado para 2025, Lei n.º 45-A/2024 de 31 de dezembro, no nº 1 do seu art.º 144º para 2025.

Significa que o Município cumpre, claramente, com o limite legal imposto, dispondo ainda de uma margem positiva para endividamento adicional de 12.192.470,57 €, demonstrando, mais uma vez que, ainda mantêm um desempenho notável no cumprimento do limite da dívida total.

MIRANDELA



Anexos

MIRANDELA



Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Mirandela**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 que evidencia um total de 85.365.007 euros e um total de fundos próprio de 68.927.853 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 741.870 euros, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para opinião com reservas" as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Mirandela** em **31 de dezembro de 2025**, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com Reservas

À data da emissão do presente relatório temos conhecimento do pedido de insolvência do Matadouro Industrial do Cachão, S.A. (M.I.C.) pelo credor Aries Lusitani (Fundo que adquiriu o crédito do Novo Banco sobre o MIC). O MIC encontra-se insolvente, uma vez que o seu passivo é superior ao seu ativo em cerca de 2,3 milhões de euros, e, portanto, deverá vir a ser declarada a sua insolvência. Pelo facto de o Município deter uma participação de 49,1% na sociedade intermunicipal AIN (Agroindustrial do Nordeste, E.I.M, S.A.) e esta, por sua vez, deter a totalidade do capital (100%) da sociedade MIC (Matadouro Industrial do Cachão, S.A.) verificamos que a sociedade A.I.N. nunca efetuou a cobertura dos prejuízos da sociedade M.I.C., tal como dispõe o art.º 40.º da Lei 50/2012 e que, a esta data, deverão ultrapassar 3 milhões de euros. Nesse enquadramento o ativo e capital próprio da sociedade AIN encontram-se sobrevalorizados, na mesma medida que o ativo e o capital próprio da sociedade MIC se encontra subvalorizado, com as inevitáveis consequências ao nível das entidades participantes no capital da A.I.N. Por tais factos não estamos em condições de formar opinião sobre o saldo relevado na contabilidade relativamente à participação financeira do Município na sociedade AIN (Agroindustrial do Nordeste, E.I.M, S.A.), sendo certo que existe uma subavaliação do passivo e uma sobrevalorização do Património Líquido materialmente relevantes.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 209 - 2.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja, 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

A Certificação Legal das Contas individuais da AIN e MIC, evidencia uma reserva por limitação do âmbito do exame na rubrica de "Financiamentos obtidos" de, respetivamente, 423.072 euros e 437.863 euros, com referência a 31 de dezembro de 2025, que se referem a créditos concedidos pelo BES/Novo Banco e cedidos, em 2023, à Aries Lusitani e dos quais não nos foi possível obter confirmação.

A sociedade AIN e MIC apresentam excedentes de revalorização de, respetivamente, 1.097.340,91 euros e 470.287,15 euros, resultante de reavaliações efetuadas às propriedades de investimento e aos ativos fixos tangíveis por perito independente, há mais de 4 anos. Tal revalorização deveria, anualmente, ser objeto de testes de imparidade, o que, tendo em atenção o desempenho da Entidade e a sua situação patrimonial, nos limitam quanto à formação da opinião sobre a recuperabilidade do excedente de revalorização supramencionado.

A Certificação Legal das Contas individuais da AIN e MIC refere que não foi obtida resposta ao pedido de confirmação efetuado junto dos advogados, não tendo sido possível formar opinião sobre a eventual necessidade de constituição de provisões para fazer face a possíveis riscos contingenciais.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

O facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras e, mais recentemente pela guerra contra o Irão, que fez de imediato disparar os preços dos fatores energéticos, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo, está a ter impactos depressivos no comércio internacional, a que acrescem níveis de incerteza e instabilidade quanto à evolução dos preços, à disponibilidade dos bens e ao crescimento das taxas de juro, o que, naturalmente, impacta na evolução e no crescimento da economia mundial. Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo, no entanto, possível prever o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Município para o ano em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 209 - 2.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja, 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

Outras matérias

Apesar do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade de gestão e o mesmo se encontrar formalmente implementado, não obtivemos evidência sobre a sua operacionalidade e fornecimento das informações relevantes com carácter oportuno.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 209 - 2.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja, 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da Entidade consolidante (Município de Mirandela) que compreendem a demonstração do desempenho orçamental consolidado, a demonstração

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 209 - 2.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja, 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

da execução orçamental da receita consolidada (que evidencia um total de receita cobrada líquida de € 37.394.713), a demonstração da execução orçamental da despesa consolidada (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de € 33.697.709) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos consolidado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nas quais apenas se incluem o Município de Mirandela e a sociedade Agro Industrial do Nordeste, E.I.M. S.A., uma vez que as restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação não preparam demonstrações orçamentais.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas das entidades que integram o perímetro da consolidação.

A nossa responsabilidade consiste em verificar se foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais para além das constantes nas reservas descritas na secção “Bases para a opinião com reservas”.

Bragança, 03 de junho de 2026

Assinado por: **Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues**
Num. de Identificação: 05784261
Data: 2026.06.03 17:26:01+01'00'

CHAVE MÓVEL

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047, registado na CMVM com o n.º 2016-0660
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & Associado, Lda. registada na CMVM com o n.º 2016-1419

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 209 - 2.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja, 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

MIRANDELA



Relatório de Gestão

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Relatório de Gestão Anual e Contas

Ano de 2025

Ano de 2025

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL

Senhores Acionistas,

Cumprindo as disposições legais, designadamente o disposto no Art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à V/ apreciação o nosso Relatório de Gestão reportado ao exercício de 2025, elaborado em conformidade com o Art.º 66.º desse mesmo Código.

INTRODUÇÃO

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA foi constituída em julho de 1995, tendo resultado de um projeto protagonizado pela Câmara Municipal de Mirandela e a Comboios de Portugal (CP).

À data, o objeto da sociedade consistia na prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros numa parte da linha do Tua, assumindo, alguns anos depois e na base de um contrato de prestação de serviços celebrado com CP, o transporte ferroviário de passageiros na parte restante dessa mesma linha.

Porém, por força de um sem número de vicissitudes, a partir do final de 2018 a empresa encerrou, em definitivo, esta modalidade de transporte, passando a efetuar o transporte de passageiros apenas em autocarros e carrinhas.
Foi exatamente nestes moldes que decorreu a atividade operativa da MLM ao longo do exercício findo, contando, como é hábito, com os meios que o município lhe coloca à disposição, para além de contratar operadores externos cuja atividade corrente consiste, exatamente, no transporte de passageiros. Naturalmente que esta contratação é precedida das formalidades legais previstas no Código dos Contratos Públicos.

Assim, em 2025 a MLM continuou a dar cumprimento à sua missão de proporcionar condições de mobilidade às populações do concelho de Mirandela, considerando, em especial, os constrangimentos decorrentes do encerramento da linha ferroviária do Tua.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A atividade operacional da empresa em 2025 pautou-se pelo seguinte:

- Decorreu em moldes idênticos ao que se passou em 2024, isto é, transportando passageiros com base nos mesmos meios e dentro do mesmo perímetro geográfico;
- Continuou o relacionamento comercial com o Município de Mirandela, consubstanciado no transporte escolar;
- A ligação comercial da MLM à CP processou-se do mesmo modo que em 2024, não tendo ocorrido alteração nas condições financeiras subjacentes a essa ligação;
- Continuou a ser assegurado o serviço de transporte de passageiros via táxi, sob gestão da MLM, direcionado para as zonas antigamente servidas por automotoras que circulavam na Linha do Tua;
- Também em 2025 a operação de transporte rodoviário de passageiros contou com a colaboração diária de terceiros contratados para o efeito, que não apenas o mencionado táxi, especializados nesta área.

Operando no setor dos transportes públicos de passageiros, numa perspetiva de serviço público, a atividade da MLM, SA tem sido marcada:

- Pela impossibilidade de dilatar os seus níveis de receita, considerando a reduzida dimensão do seu mercado, efetivo e potencial;
- Pela impossibilidade de proceder a um ajustamento em alta das suas tarifas, considerando o fraco nível de rendimento auferido pela população alvo das suas atividades e o nível geralmente baixo que acompanha o valor das tarifas dos transportes públicos, atendendo ao caráter social que é atribuído a esta tipologia de serviço;
- Pela necessidade da disponibilização de melhores e mais modernos autocarros afetos ao transporte de passageiros, potenciando uma melhor qualidade do serviço prestado, a qual ampararia ou justificaria o incremento do tarifário; e,
- Pela incerteza associada à continuidade da sua atividade decorrente das sucessivas dificuldades na implementação do Plano de Mobilidade no Vale do Tua, gizado pouco tempo antes de se iniciar a construção da barragem no rio Tua.

VEÍCULOS LRV-2000

A MLM dispõe de duas automotoras da série USD VE 9500. Estes dois veículos encontram-se estacionados desde dezembro de 2018 nas oficinas afetas à empresa (ou anteriormente afetas), situadas em Carvalhais, em resultado do encerramento da operação do transporte por via-férrea a que já se aludiu.

Considerando o facto de estar completamente fora de hipótese o regresso ao transporte ferroviário, o destino destas automotoras passa pela sua alienação no estado em que presentemente se encontram. Seja como for e considerando a indefinição que paira sobre o sistema de mobilidade do Tua, não são de excluir outras possibilidades, para além da mencionada alienação.

ANÁLISE DAS CONTAS APRESENTADAS

Nos termos do artigo 66.º, nr. 4, do Código das Sociedades Comerciais, faz-se agora uma análise detalhada das principais grandezas de natureza económico-financeira que compõem as peças de tipo contabilístico respeitantes ao exercício ora relatado. Na verdade, sendo os Documentos de Prestação de Contas basicamente constituídos por peças de natureza contabilística, logo técnica, faz todo o sentido que se reserve um espaço próprio para se tecerem alguns comentários acerca do conteúdo de tais peças, procurando-se ressaltar o que de mais importante aconteceu na empresa do ponto de vista económico-financeiro.

A partir da Demonstração dos Resultados, é possível extrair as seguintes conclusões, tomando por comparativo os dois anos anteriores a 2025:

Valores em Euros

	2023	%	2024	%	2025	%
Serviços Prestados	257.210,87		264.172,39		263.037,32	
Fornecimentos e Ser. Externos	118.276,51	45,98%	123.270,70	46,66%	127.417,73	48,44%
Gastos com o Pessoal	97.864,02	38,05%	72.980,32	27,63%	85.986,98	32,69%
Gastos de Depreciação e Amortização	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Rendimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	310,23	0,12%
Outros Gastos	864,54	0,34%	651,37	0,25%	785,23	0,30%
Gastos e Perdas de Financiamento	41.459,86	16,12%	49.675,81	18,80%	33.930,35	12,90%
Resultado Líquido do período	-1.312,00	-0,51%	17.761,54	6,72%	14.650,43	5,57%

Nota: Os valores percentuais foram calculados com referência ao valor dos serviços prestados

Observando a tabela supra, concluímos que o desempenho da empresa no ano de 2025 apresenta várias diferenças em comparação com o de 2024 e com o de 2023.

Pormenorizando o ocorrido em 2025 em termos de rendimentos, gastos e resultados, numa base comparativa com o histórico correspondente, vejamos:

a) O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos apresenta um crescimento ao longo do triénio apresentado, chegando a 127.417,73€ em 2025. Em termos absolutos, o aumento comparado a 2024 foi de 4.147,03€; em simultâneo e em termos relativos, o valor desses Fornecimentos e Serviços aumentou 3,36%, aproximadamente. Na base deste aumento encontram-se os serviços de transportes contratados à Rodonorte, Lda e os serviços de táxi.

b) O quadro do pessoal sofreu alteração quanto ao número de efetivos, passando a ser 5 colaboradores após 21 de dezembro de 2025 por um dos colaboradores se reformar, sendo que o formato da prestação de trabalho manteve-se idêntico ao longo do triénio. Comparado com o ano de 2024, os gastos com pessoal apresentam um aumento de 13.006,66€ que se deve ao facto de um dos colaboradores continuar a estar de baixa médica durante o ano de 2025 e pelo facto de um dos colaboradores ter sido admitido em 10 de outubro de 2024.

c) Tal como sucedido desde há vários períodos, não se registou qualquer gasto com Depreciações no ano findo. Esta circunstância decorre do facto de todos os Ativos Fixos detidos pela MLM já terem atingido o término do seu período de vida útil, a que se junta o facto de não se terem verificado aquisições deste tipo de Ativos ao longo dos últimos anos;

d) O valor dos Gastos de Financiamento diminuiu em 2025, tendo fixado no valor de 33.930,35€. Esta diminuição deve-se à descida das taxas de juro mais concretamente à Euribor, uma vez que este tipo de Gastos suportados pela empresa está indexado à Euribor.

e) Ocorreu um pequeno aumento da rubrica "Outros Gastos", comparando com o ano de 2024.

No tocante ao comportamento dos rendimentos obtidos pela firma em 2025, foram prestados serviços no valor de 263.037,32€, registando-se assim uma ligeira diminuição de 1.135,07€ na comparação com o ano de 2024.

O Resultado Líquido do Período findo apresentou um valor positivo de 14.650,43€, menor que o valor obtido em 2024, fruto da evolução acabada de explanar associada às diferentes parcelas de gastos e rendimentos.

Com respeito à situação financeira da sociedade, a mesma caracteriza-se pelo já clássico desequilíbrio de longo prazo, motivado pelas responsabilidades financeiras perante a CP decorrentes da compra, a esta última, do material circulante.

Numa perspetiva de curto prazo, dúvidas não podem restar quanto à boa situação financeira da empresa, tal como tem acontecido nos últimos anos, apresentando-se, nesta altura, perfeitamente equilibrada. Este equilíbrio é bem visível pela relação entre o valor dos seus ativos e passivos de curto prazo, excluindo-se desta análise a enorme dívida à CP resultante da aquisição das automotoras. Claro está que esta melhoria tem por base os Resultados mais ou menos equilibrados que se têm verificado em alguns dos últimos anos, sendo certo que os prejuízos incorridos noutros períodos têm sido cobertos pelos acionistas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do Art.º 66.º do CSC, vem o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2025. Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido do exercício em causa, no valor 14.650,43 €, seja totalmente integrado em Resultados Transitados, com vista à cobertura (parcial) dos valores negativos registados nesta conta.

PERSPETIVAS

No que respeita ao tema da continuidade da empresa, há que destacar o seguinte:

(i) A mobilidade na Linha do Tua, no troço que ainda é passível de utilização e no qual foram investidas várias centenas de milhares de euros, encontra-se atualmente num impasse, por força da desistência do operador externo selecionado que a pretendia concretizar. Nesta altura, a Agência para o Desenvolvimento do Vale do Tua estuda a melhor alternativa para a utilização da Linha, em condições de viabilidade financeira e de segurança, potenciando o uso do canal rodoviário e outras infraestruturas que a compõem. Perante o facto de pouco ou nada se saber quanto à configuração de uma solução ligada à citada utilização, a continuidade da MLM, no contexto de uma solução de mobilidade que passe pela utilização do canal ferroviário ora em causa, é uma completa incógnita;

(ii) Com base nos valores do Balanço da empresa no final de 2025 e no que se projeta para a sua exploração, é possível afirmar que esta dispõe de condições para liquidar os seus passivos presentes, bem como aqueles que se forem formando no decurso normal das suas operações. Porém, tal só será possível se:

- For mantido o contrato de prestação de serviços firmado com a CP, sendo honrado por ambas as partes, e;
- Não forem necessários investimentos na operação que corram por conta da empresa.

A capacidade da empresa para liquidar os seus Passivos, acima explicitada, não inclui a dívida para com o acionista CP. Esta, pela sua magnitude, origem e história, tem de ser encarada numa perspetiva de negociação entre acionistas, desgarrada da atividade normal da MLM.

Estas considerações trazem à evidência a precariedade do pressuposto da continuidade da atividade da MLM, não estando, contudo, em causa esse pressuposto num horizonte temporal de curto prazo.

Fora da questão da continuidade da empresa e não havendo alteração das circunstâncias, prevê-se que o ano de 2026 corra nos mesmos moldes em que correu o ano transato.

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Dando cumprimento ao disposto nos Art.º 2.º do Dec. Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem existem dívidas vencidas para com os trabalhadores. A exceção a estes factos prende-se com uma divida a um colaborador da empresa, pelo valor de 24.744,89€ de um valor global de 77.603,29€ (resultante de um processo de reposição de verbas salariais associadas à sua reclassificação funcional). Está previsto o valor em divida estar liquidado até junho de 2026

- Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b) do n.º 5 do Art.º 66.º do CSC, não ocorreram factos que mereçam referência.

- Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração - Artigo 397.º do CSC (alínea e) do número 5 do art.º 66.º do CSC);

- A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do art.º 66.º, do CSC);

- Não existem riscos de preço, considerando a tipologia da atividade exercida pela empresa;

- Quanto ao risco de crédito, a nível bancário a questão não se coloca, na medida em que a empresa não tem condições para aceder a esta tipologia de crédito.

O crédito sobre clientes não apresenta quaisquer riscos.

- A empresa enfrenta riscos temporários de liquidez e de fluxos de caixa, considerando o atraso frequente que se verifica nos recebimentos oriundos do cliente CP.

- A empresa encontra-se numa situação de perda de metade do seu capital social, pelo que está obrigada a cumprir o disposto na parte final do número 1 e no número 3, ambos do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

A este respeito, a empresa encontra-se a aguardar pela clarificação daquilo que poderá vir a ser o modelo a adotar quanto à mobilidade das populações do concelho, sendo que, na sequência de tal clarificação, será decidido o futuro da mesma.

Mirandela, 31 de março de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente

O Administrador por parte da CP

O Administrador por parte da CMM

Balanço em 31.12.2025 e 31.12.2024

Unidade monetária: €

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Outros investimentos financeiros	12	1.073,09	1.073,09
		1.073,09	1.073,09
Ativo corrente			
Clientes	3	778,41	245,41
Estado e outros entes públicos	3	4.338,36	5.949,75
Outros créditos a receber	3	237.522,00	237.522,00
Caixa e depósitos bancários	4	67.052,73	71.801,17
		309.691,50	315.518,33
Total do ATIVO		310.764,59	316.591,42
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	6	125.000,00	125.000,00
Resultados transitados	12	(1.769.331,28)	(1.767.226,60)
Resultado líquido do período	11	14.650,43	17.761,54
Total do Capital Próprio		(1.629.680,85)	(1.624.465,06)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	27.557,15	11.664,63
Estado e outros entes públicos	3	5.130,29	1.863,13
Outras dívidas a pagar	12	1.907.758,00	1.927.528,72
		1.940.445,44	1.941.056,48
Total do Passivo		1.940.445,44	1.941.056,48
Total do Capital Próprio e do Passivo		310.764,59	316.591,42

O Conselho de Administração

O CC

METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2025 e 31.12.2024

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2025	2024
Vendas e serviços prestados	+	8	263.037,32	264.172,39
Fornecimentos e serviços externos	-	3	(127.417,73)	(123.270,70)
Gastos com pessoal	-	13	(85.986,98)	(72.980,32)
Outros rendimentos	+		310,23	167,35
Outros gastos	-	3	(785,23)	(651,37)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		49.157,61	67.437,35
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		49.157,61	67.437,35
Juros e gastos similares suportados	-	3	(33.930,35)	(49.675,81)
Resultado antes de impostos	=	11	15.227,26	17.761,54
Imposto sobre rendimento do período	-/+		(576,83)	
Resultado líquido do período	=		14.650,43	17.761,54

O Conselho de Administração

O CC

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2025 e 31.12.2024

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	3	318.665,30	320.401,47
Pagamentos a fornecedores	12	(122.450,66)	(151.218,43)
Pagamentos ao pessoal	13	(156.038,11)	(72.855,97)
Caixa gerada pelas operações		40.176,53	96.327,07
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(61,94)
Outros recebimentos/pagamentos	3	(44.924,97)	(44.128,05)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(4.748,44)	52.137,08
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			1.125,05
Doações			
Outras operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			1.125,05
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(4.748,44)	53.262,13
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	71.801,17	18.539,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	67.052,73	71.801,17

O Conselho de Administração

O CC

METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2024

Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024 (1)		125.000,00						(1.692.568,62)			(1.312,00)	(1.568.880,62)		(1.568.880,62)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(74.596,04)				(74.596,04)		(74.596,04)
(2)								(74.596,04)				(74.596,04)		(74.596,04)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											17.761,54	17.761,54		17.761,54
RESULTADO INTEGRAL (4=2+3)											17.761,54	(56.834,50)		(56.834,50)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições								(1.312,00)			1.312,00			
Entradas para cobertura de perdas								1.250,06						1.250,06
Outras operações														
(5)								(61,94)			1.312,00			1.250,06
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024 (6=1+2+3+5)		125.000,00						(1.767.226,60)			17.761,54	(1.624.465,06)		(1.624.465,06)

O Conselho de Administração

O CC

METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2025

Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	**(6)**	125.000,00						(1.767.226,60)			17.761,54	(1.624.465,06)		(1.624.465,06)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(19.866,22)				(19.866,22)		(19.866,22)
	(7)							(19.866,22)				(19.866,22)		(19.866,22)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**(8)**										14.650,43	14.650,43		14.650,43
RESULTADO INTEGRAL	**(9=7+8)**										14.650,43	(5.215,79)		(5.215,79)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições								17.761,54			(17.761,54)			
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	(10)							17.761,54			(17.761,54)			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025 (11=6+7+8+10)		125.000,00						(1.769.331,28)			14.650,43	(1.629.680,85)		(1.629.680,85)

O Conselho de Administração

O CC

ANEXO

As notas que integram o modelo geral do Anexo do SNC e que aqui não foram inseridas não têm aplicação ao caso

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA
NIPC 503 518 794

1.2 – Sede

Rua D. Afonso III
5370 – 408 Mirandela

1.3 – Natureza da atividade

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA (MLM) iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto que juntou a Câmara Municipal de Mirandela e a CP. Esta junção culminou com a participação no capital da MLM, SA de ambas as entidades, detendo a primeira 90% do mesmo e a segunda 10%, assim se constituindo, naquele ano, esta sociedade.

À data, o objeto da sociedade consistia na prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros numa parte da linha do Tua, assumindo, alguns anos depois e na base de um contrato de prestação de serviços celebrado com CP, o transporte ferroviário de passageiros na parte restante dessa mesma linha.

A MLM foi progressivamente descontinuando o transporte ferroviário de passageiros, até que, no final de 2018, encerrou, em definitivo, esta modalidade de transporte, visto que, ano após ano e de forma progressiva, foi deixando de ter condições para o fazer.

Entretanto, desde meados de 2012 que a empresa vem assumindo a gestão dos transportes rodoviários no perímetro urbano da cidade e sua periferia, tarefa que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Assim, à MLM compete a gestão do mencionado serviço, para o que procede à subcontratação de entidades terceiras para o executar no terreno, servindo-se, também, de diversos equipamentos propriedade do município.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, para além de outros dispositivos legais, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística (NCRF) constante do Aviso n.º 8256/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015, face ao disposto no Artigo 31.º-A da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aditado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior. Porém, há necessidade de atentar no descrito no ponto 5.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa efetuados de acordo com o referencial geral do SNC em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras, e têm por base o modelo do custo histórico.

3.2- Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mesurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
No caso concreto do exercício de 2025, não se contabilizaram quaisquer depreciações relativas a Ativos Fixos Tangíveis, na medida em que os elementos correspondentes já não apresentavam valor líquido escriturado no início desse exercício, tal como vem sucedendo nos últimos anos.

Investimentos financeiros

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se mensurados pelo seu custo. No caso, tais investimentos apenas incluem as contribuições de caráter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho. A partir de 01 de maio de 2023 as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho ficaram suspensas com a publicação da Lei nº 13/2023, sendo que existe a possibilidade de proceder ao resgate das mesmas, de acordo com certas modalidades. Não é certo que o referido resgate aconteça no decurso do ano de 2026, podendo, eventualmente, tal acontecer.
A quantia escriturada não foi ajustada para o correspondente valor de mercado no final do ano, por tal ajustamento se revelar imaterial.

Se existe evidência de que os investimentos financeiros se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Imparidade de ativos

A empresa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.
Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".
Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.
Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não pagos à data do balanço são classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

Contas a pagar

As contas a pagar englobam os saldos de fornecedores e outros credores e são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

3.3- Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

A entidade preparou as suas Demonstrações Financeiras no pressuposto da continuidade das suas operações, sendo que, até ao final do ano corrente, é assumido que tal continuidade não está em causa.

3.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

Porém, ver o descrito no ponto "9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes".

4 – Fluxos de caixa

4.1 - Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem. Os saldos de caixa e de depósitos estão integralmente disponíveis para utilização. Eventuais descobertos bancários são incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos".

4.2 – O saldo apresentado na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" do Balanço é composto pelos seguintes valores:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2025			31.12.2024		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	115,69		115,69	170,51		170,51
	...						
	Subtotais	115,69		115,69	170,51		170,51
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	66.937,04		66.937,04	71.630,66		71.630,66
	...						
	Subtotais	66.937,04		66.937,04	71.630,66		71.630,66
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		67.052,73		67.052,73	71.801,17		71.801,17

5 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreu qualquer alteração nas políticas contabilísticas da entidade, importando esclarecer o seguinte:

Em maio de 2024, foi proferida sentença num Processo judicial que condenou a Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A ao pagamento de 68.864,40 € a um seu trabalhador, a que acrescem juros de mora, à taxa legal, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento.
A importância indicada refere-se a diferenças salariais decorrentes da reclassificação do dito trabalhador, desde janeiro de 2010 até dezembro de 2022, sendo que à mesma juntou-se uma verba de 3.675,00 € que respeita a diferenças salariais e outros direitos reportados ao ano de 2023.

Após recurso, o Tribunal da Relação confirmou aquela sentença, por acórdão de 31 de outubro de 2024.
Os juros de mora desde a citação até 31/12/2024 foram computados em 5.063,89.

No ano de 2023, ano em que este Processo foi instaurado, não foi constituída qualquer provisão, tendo esta situação sido tratada como um passivo contingente.
Ora, perante verbas tão significativas e visto tratar-se de algo que se refere a períodos anteriores, na sua quase totalidade, o montante de 74.841,17 € associado a este Processo foi contabilizado, no ano de 2024, em Resultados Transitados, não afetando, portanto, os resultados desse ano.
Por conseguinte, o valor dos Resultados Transitados de 2024 foi diretamente afetado pela globalidade dos 74.841,17 €, não sendo, por isso mesmo, afetado o Resultado do período.
Porém, ao valor total das remunerações a que o trabalhador tem direito por força da decisão tomada no Processo em apreço, haveria que juntar os encargos obrigatórios para a Segurança Social da responsabilidade da entidade patronal, bem como os juros apurados decorrentes da sua entrega fora dos prazos normais, procedendo-se à sua contabilização também em Resultados Transitados. Tais encargos ascendem a 19.866,22 €, os quais acabaram por não ser contabilizados no ano de 2024, por lapso, constituindo esse facto um erro.
Então, detetado o erro, esse mesmo valor foi contabilizado em 2025, também em Resultados Transitados.

Se o lapso referido (erro) não tivesse sido cometido no contexto do encerramento das Contas de 2024, então, os Resultados Transitados desse ano, logo, os Capitais Próprios desse ano, viriam diminuídos pelo valor de 19.866,22 €, não tendo tal diminuição transitado para o ano de 2025. É claro que, no conjunto dos anos de 2024 e 2025, a situação acabada de descrever não tem relevância, já que o valor dos Capitais Próprios no final deste último ano não é afetado pelo dito erro.

6 – Partes relacionadas

6.1 – Relacionamento com partes relacionadas

O capital social da entidade está repartido pelas seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Mirandela, detentora de 90% do capital social;

- Comboios de Portugal (CP), detentora de 10% do capital social.

Como tem sido habitual, no decurso de 2025 a MLM estabeleceu relacionamento comercial relevante com os seus acionistas no âmbito da sua exploração corrente, como infra se assinala.

6.2 – Remuneração do pessoal chave da gestão

O pessoal da gestão não aufere qualquer remuneração, seja ele a que título for.

6.3 – Transações entre partes relacionadas

A informação constante deste ponto refere-se aos negócios estabelecidos entre a entidade e os seus acionistas (CP e Município de Mirandela). Tais negócios reportam-se aos serviços prestados por aquela a estes, no decurso normal das suas operações.

(valores expressos em euros)

Transações com as partes relacionas		Período 2025		Período 2024	
		Prest. Serviços	...	Prest. Serviços	...
Empresa-mãe	Acionista maioritário	4.257,55		3.578,77	
	Subtotais	4.257,55		3.578,77	
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário	237.522,00		237.522,00	
	Subtotais	237.522,00		237.522,00	
Subsidiárias	...				
	Subtotais				
Associadas	...				
	Subtotais				
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...				
	Subtotais				
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...				
	Subtotais				
Outras partes relacionadas	...				
	Subtotais				
Totais		241.779,55		241.100,77	

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 2025						Período 2024					
		Saldos pendentes em 31.12.2025			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período	Saldos pendentes em 31.12.2024			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
		Clientes c. corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período		Clientes c. corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa-mãe	Acionista maioritário	533,00						0,00					
	Subtotais	533,00						0,00					
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário	245,41		-1.858.665,49				245,41		-1.818.588,26			
	Subtotais	245,41		-1.858.665,49				245,41		-1.818.588,26			
Subsidiárias	...												
	Subtotais												
Associadas	...												
	Subtotais												
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...												
	Subtotais												
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...												
	Subtotais												
Outras partes relacionadas	...												
	Subtotais												
Totais		778,41		-1.858.665,49				245,41		-1.818.588,26			

O valor inscrito no Balanço na rubrica "Outros credores" respeita, quase todo ele, ao débito da entidade ao acionista CP (mencionado na tabela supra, enquanto acionista minoritário) decorrente da aquisição de quatro automotoras, a que acresce o valor dos juros que este periodicamente debita àquela sobre o capital em dívida resultante da dita aquisição.

As transações estabelecidas com o acionista maioritário foram executadas em condições normais de mercado, na medida em que tiveram lugar como se de um qualquer terceiro se tratasse. Relativamente às transações estabelecidas com o acionista minoritário, não existem comparativos de mercado.

7 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis.

b) Métodos de depreciação usados.
As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.
No ano de 2025 não foram contabilizadas quaisquer depreciações, em virtude de os elementos que compõem o Ativo Fixo Tangível já se encontrarem totalmente depreciados.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			10 anos	6-14 anos		4-8 anos		4-8 anos
Taxas de depreciação			10,00%	7,14-16,66%		12,50-25,00%		12,50-25,00%
Métodos de depreciação			Linha reta	Linha reta		Linha reta		Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 01-01-2024	Quantias brutas escrituradas			193,12	692188,19		32268,49		3552,82		728.202,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			193,12	692188,19		32268,49		3552,82		728.202,62
	Quantias ilíquidas escrituradas										
Adições											
Transferencias											
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda											
Alienações, sinistros e abates											
Outras alterações											
Depreciações											
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates											
Perdas por imparidade											
Em 31-12-2024 (01-01-2025)	Quantias brutas escrituradas			193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias ilíquidas escrituradas										
Adições											
Transferencias											
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda											
Alienações, sinistros e abates											
Outras alterações											
Depreciações											
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates											
Perdas por imparidade											
Em 31-12-2025	Quantias brutas escrituradas			193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias ilíquidas escrituradas										

Os valores inscritos em "Depreciações e perdas por imparidade acumuladas" dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade.
O material circulante ao serviço da entidade já não se encontra em operação há muitos anos. Está posta de parte a possibilidade de esse material vir a operar de novo sob a gestão e responsabilidade da MLM.
Desconhece-se o valor de mercado do referido material.

8 - Rédito

8.1 — Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo valor nominal da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços. No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. A faturação dos serviços ou tem lugar imediatamente após a consumação da respetiva prestação, ou, quando de carácter continuado, no último dia do mês a que diz respeito. Os serviços prestados à CP são faturados quando esta reúne condições para rececionar a fatura respetiva, sendo, de qualquer modo, o rendimento associado reconhecido no ano a que diz respeito.

Os restantes réditos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua perceção, conforme as situações em concreto.

8.2 – Quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecida no período

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2025			Período 2024		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda e bens						
Prestação de serviços	263.037,32	100,00%	-0,43%	264.172,39	100,00%	2,71%
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Totais	263.037,32	100,00%	-0,43%	264.172,39	100,00%	2,71%

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Correm termos dois Processos Judiciais em que a entidade figura como Ré, dela se reclamando o pagamento de indemnizações de valor relativamente avultado. Em tais Processos, para além da MLM, figuram outros Réus, todos respondendo pelas indemnizações peticionadas.
** Num dos Processos, os Autores respetivos pedem a condenação da MLM e restantes Réus no valor de 50.000,00 €, decorrente de danos alegadamente verificados na sequência do descarrilamento da composição constituída pela unidade motora LRV 2000 nº 9503, ocorrido no dia 22-08-2008.
Neste Processo foi proferida sentença em 13-10-2024 que julgou a ação parcialmente procedente e, em consequência, determinou a condenação solidaria das Rés CP, Metropolitano Ligeiro de Mirandela, e Infraestruturas de Portugal, I.P., no pagamento às Autoras do valor total de 17.333,82 €, acrescido dos juros de mora aí previstos. Foi interposto recurso pela IP e CP para o TCAN, que aguarda decisão.
De notar que, caso de a MLM ter de vir a proceder a algum pagamento em sede de execução de sentença, assistir-lhe-á integral direito de regresso sobre a IP, nos termos do art. 25.º, n.º 1, do DL 58/2008 de 26 de março.

** No outro Processo, é pedida de condenação da MLM e restantes Reús no valor de 247.000,00 €, decorrente de danos alegadamente verificados na sequência do descarrilamento da composição constituída pela unidade motora LRV 2000 nº 9503, ocorrido no dia 22-08-2008.

O Processo aguarda realização da audiência de julgamento.

Ora, em ambos os casos, face, sobretudo, à dificuldade em se apurar os valores indemnizatórios eventualmente imputáveis à MLM no caso de vir a ser judicial e efetivamente condenada, à convicção de que é mediana a possibilidade de tal suceder e ao facto de se verificar integral direito de regresso que assiste à MLM, acima apontado, bem como outros aspetos, não foi constituída qualquer provisão a este propósito.

10 — Acontecimentos após a data do balanço

10.1 — Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração no dia 31 de março de 2026.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Apenas os proprietários têm esse poder.

10.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações dessa ordem.

11 - Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras resulta apenas do imposto corrente, não havendo motivos para a contabilização de impostos diferidos, em virtude da grande incerteza associada à obtenção de Resultados tributáveis positivos em períodos futuros.
O gasto de imposto é registado em resultados.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor vigentes à data do balanço, sendo que o resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e/ou rendimentos que nunca serão tributáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2022 a 2025 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo expectável, contudo, que, de tais revisões, resultem correções materiais às correspondentes demonstrações financeiras.

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos / (rendimentos) de impostos				Base	Imposto	Período 2025 Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período		1	-	14.650,43		
		Gastos / (rendimentos) de impostos		2	-	576,83		
		Resultado antes de impostos		3=1+2	3	15.227,26	12,50%	1.903,41
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescer	Correção Ex. Anteriores	4		685,26	12,50%	85,66
			Var. Patrimonias positivas					
			Multas Fiscais e Não Fiscais			0,13	12,50%	0,02
		A deduzir	Var. Patrimonias Negativas	5				
	Diferenças temporárias	A acrescer	...	6				
		A deduzir	...	7				
Lucro / (Prejuízo fiscal)				8=3+4-5+6-7		15.912,65	12,50%	1.989,07
Dedução de perdas fiscais				9		11.934,49	12,50%	1.491,80
Matéria coletável / coleta				10=8-9		3.978,16	12,50%	497,27
Benefícios fiscais por dedução à coleta			...	11				
Outras componentes do imposto			Tributação autónoma	12				
			Derrama	12		15.912,65	0,50%	79,56
			...	12				
	Imposto corrente			3	13=10-11+12	15.227,26	3,79%	576,83
	Imposto diferido			dos ativos e dos passivos diferidos	14			
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			-	15			
Gastos / (rendimentos) de impostos e taxa efetiva média				3	16=13-14-15	15.227,26	3,79%	576,83

O gasto por imposto corrente da entidade no exercício de 2025 é de 576,83€, sendo que o mesmo gasto referente a 2024 foi de 0,00€ pelo facto de não ter havido lucro fiscal.

12 - Instrumentos financeiros
Políticas contabilísticas

12.1 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Todos os ativos e passivos financeiros encontram-se escriturados pelo seu custo.

Categorias de ativos e passivos financeiros

12.2 Quantia escriturada de cada categoria de ativos e passivos financeiros

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2025			31.12.2024		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantidas escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantidas escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao juto valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Clientes	778,41		778,41	245,41		245,41
		E.O.E.P	4.338,36		4.338,36	5.949,75		5.949,75
		Outros ativos correntes	237.522,00		237.522,00	237.522,00		237.522,00
		Caixa e depósitos bancários	67.052,73		67.052,73	71.801,17		71.801,17
		Investimentos financeiros	1.073,09		1.073,09	1.073,09		1.073,09
		Subtotais	310.764,59		310.764,59	316.591,42		316.591,42
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
		Subtotais						
		Totais	310.764,59		310.764,59	316.591,42		316.591,42
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida	...						
		Subtotais						
	Passivos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado	Forncedores	27.557,15		27.557,15	11.664,63		11.664,63
		E.O.E.P	5.130,29		5.130,29	1.863,13		1.863,13
		Outros passivos correntes	1.907.758,00		1.907.758,00	1.927.528,72		1.927.528,72
		...						
		Subtotais	1.940.445,44		1.940.445,44	1.941.056,48		1.941.056,48
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	Financiamentos obtidos						
		Subtotais						
		Totais	1.940.445,44		1.940.445,44	1.941.056,48		1.941.056,48

Instrumentos de capital próprio

12.3 — Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O valor nominal do capital social é de 125.000,00 €, encontrando-se totalmente realizado.

12.4 — Número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico das ações ou quotas subscritas durante o período dentro dos limites do capital autorizado.

Durante o período não foram subscritas quaisquer ações.

12.5 — Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

O número de ações em circulação no início e no fim do período não se alterou, sendo de 25.000.
Existe apenas uma classe de ações.

12.6 — Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

Não foi realizado qualquer aumento de capital no período.

12.7 — Outras informações relativas ao capital próprio.

(valores expressos em euros)

Movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Totais
Saldo 31.12.2023 (01.01.2024)	125.000,00			-1.692.568,62		-1.312,00	-1.568.880,62
Aumentos (reduções) do capital							0,00
Aquisições (alienações) de quotas próprias							0,00
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							0,00
Primera adoção da Norma Contabilistica para Microentidades							0,00
Correções de erros de período dos anteriores				-74.596,04			-74.596,04
(Distribuições) de resultados e reservas							0,00
Entradas para cobertura de perdas				1.250,06			1.250,06
Aplicação do resultado ilíquido do período anterior				-1.312,00		1.312,00	0,00
Resultado líquido do período						17.761,54	17.761,54
...							0,00
Saldo 31.12.2024 (01.01.2025)	125.000,00			-1.767.226,60		17.761,54	-1.624.465,06
Aumentos (reduções) do capital							0,00
Aquisições (alienações) de quotas próprias							0,00
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							0,00
Primera adoção da Norma Contabilistica para Microentidades							0,00
Correções de erros de período dos anteriores				-19.866,22			-19.866,22
(Distribuições) de resultados e reservas							0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00
Aplicação do resultado ilíquido do período anterior				17.761,54		-17.761,54	0,00
Resultado líquido do período						14.650,43	14.650,43
Saldo 31.12.2025	125.000,00	0,00	0,00	-1.769.331,28	0,00	14.650,43	-1.629.680,85

13 — Benefícios dos empregados

Número médio de empregados durante o período, ventilado por categorias, e os gastos de pessoal relativos ao período, repartidos entre salários e vencimentos, encargos sociais e encargos com pensões.

O número médio de empregados nos dois últimos períodos (2023 e 2024) foi de seis. Ora, tendo em conta que em dezembro de 2025 um dos funcionários passou à situação de reformado, esse número passou para cinco no final desse ano.
Do total dos empregados, um deles desempenha unicamente funções administrativas, sendo que todos os restantes estão afetos à atividade operacional da empresa.

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	Período 2025	Período 2024
Remuneração do pessoal	69.853,15	59.130,20
Encargos sobre remunerações	14.804,76	12.553,63
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.329,07	1.171,49
Outros gastos com pessoal		125,00
Totais	85.986,98	**72.980,32**

14 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

a) Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2025			Período 2024		
	Honorários faturas	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturas	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	3.600,00		3.600,00	3.600,00		3.600,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	3.600,00		3.600,00	3.600,00		3.600,00

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer tipo de remuneração na empresa.

b) Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

Não existem quaisquer dívidas nestas condições (quer à AT, Segurança Social, quer aos trabalhadores).

15 – Outras informações

15.1 — Quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas num prazo superior a doze meses para cada linha de item de ativo e de passivo que combine quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas: i) até doze meses após a data do balanço; e ii) após doze meses da data do balanço.

Espera-se que todas as quantias sejam recuperadas e liquidadas num prazo de até doze meses.
A exceção prende-se com a dívida ao acionista minoritário, já mencionada acima, cuja liquidação terá de ser objeto de negociação particular.

15.2 — A quantia e a natureza de elementos isolados dos rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Nenhum dos elementos isolados dos rendimentos ou dos gastos ocorridos no período (inscritos na Demonstração dos Resultados) tem dimensão ou incidência excecionais.

15.3 — A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

É proposto que o Resultado Líquido do exercício em causa, no valor de 14.650,43 €, seja totalmente integrado em Resultados Transitados com vista à cobertura (parcial) dos valores negativos registados nesta conta

15.4 — Outras divulgações.

a) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos		Período 2025	Período 2024
Acréscimos de rendimentos	Serviços a faturar à CMM		
	Serviços prestados à CP	237.522,00	237.522,00
	Serviços prestados a clientes diversos		
	Totais	237.522,00	237.522,00
Acréscimos de gastos	Remunerações	9.395,89	11.070,43
	Juros	12.639,59	18.786,47
	Roc		900,00
	Totais	22.035,48	30.756,90
Gastos a reconhecer	Seguros		
	...		
	Totais		
Rendimentos a reconhecer	...		
	Totais		

b) Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais

O Conselho de Administração está bem ciente das condições em que a sociedade se encontra na perspetiva do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, considerando o valor dos seus Capitais Próprios à data de 31/12/2025. Porém, não está em crise o pagamento dos passivos assumidos nesta data nem à data do Balanço, sendo certo que a dívida à CP terá de ser objeto de tratamento particular e especial.

Mirandela, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

António Fernando Ledo de Matos
Revisor Oficial de Contas
Economista
Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479
Contribuinte nº 144 315 157

Ano de 2025

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Srs. Acionistas
da Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA

O presente relatório é emitido nos termos da alínea j) do número 6 do Artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, parte final, na sua atual redação, visando apresentar o resultado da nossa ação fiscalizadora, bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, tudo respeitante ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2025.

Relatório

1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos pelo disposto nos artigos 420º e 422º do Código das Sociedades Comercias, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

a) À fiscalização da administração da sociedade;
b) À vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade;
c) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
d) À verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas;
e) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados com o Sistema de Normalização Contabilística aplicável à entidade;
f) À apreciação do Relatório de Gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração, bem como das propostas que nele constam;
g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 9 de abril de 2026.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelo artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nomeadamente:

a) Realizámos as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas entendidas por convenientes;
b) Obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que considerámos necessários.

Av. D. Dinis, 25 - 2º; 5000 – 600 VILA REAL * fl.auditoria@gmail.com * Telef: 259 32 29 29 * Fax 259 32 29 29

António Fernando Ledo de Matos
Revisor Oficial de Contas
Economista
Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479
Contribuinte nº 144 315 157

3. Em consequência de todo o trabalho efetuado, concluímos que:

a) Os atos praticados pelo Conselho de Administração, que são do nosso conhecimento, enquadram-se no objeto da sociedade e respeitam o cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
b) A contabilidade e todos os documentos de prestação de contas (Demonstrações Financeiras) satisfazem os requisitos legais e estatutários;
c) O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício;
d) O Conselho de Administração ponderou sobre a problemática que decorre do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, sendo que a entidade se encontra nas condições previstas em tal artigo. Verificou-se que este Conselho assume que a resolução desse problema entronca na posição que os acionistas vierem a tomar no tocante à dívida à CP, inscrita no Balanço.

Parecer

4. Do exposto, somos de parecer que:

a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2025 apresentados pelo Conselho de Administração;
b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
c) Seja feita a apreciação da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Mirandela, 9 de abril de 2026

Assinado por: **ANTÓNIO FERNANDO LEDO DE MATOS**
Num. de Identificação: 05813920
Data: 2026.04.09 21:16:39+01'00'

_____
António Fernando Ledo de Matos – ROC nº 855

Av. D. Dinis, 25 - 2º; 5000 – 600 VILA REAL * fl.auditoria@gmail.com * Telef: 259 32 29 29 * Fax 259 32 29 29

António Fernando Ledo de Matos
Revisor Oficial de Contas
Economista
Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479
Contribuinte nº 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 310.764,59 € e um total de Capital Próprio negativo de 1.629.680,85 €, incluindo um resultado líquido de 14.650,43 €), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas Anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Atento o descrito na secção "Perspetivas" do Relatório de Gestão, bem como na alínea b) do ponto 15.4 do Anexo, referindo-se este último à aplicabilidade à entidade do disposto no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, atenta a perda verificada de metade do seu capital (no caso concreto, muito mais), está-se perante acontecimentos ou condições que indicam que existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade prosseguir em continuidade.
A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Ênfase

Av. D. Dinis, 25 - 2º; 5000 – 600 VILA REAL * fl.auditoria@gmail.com * Telef: 259 32 29 29 * Fax 259 32 29 29

António Fernando Ledo de Matos
Revisor Oficial de Contas
Economista
Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479
Contribuinte nº 144 315 157

Pela sua relevância, chamamos a atenção para o referido no ponto 9. do Anexo.
A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

Av. D. Dinis, 25 - 2º; 5000 – 600 VILA REAL * fl.auditoria@gmail.com * Telef: 259 32 29 29 * Fax 259 32 29 29

António Fernando Ledo de Matos
Revisor Oficial de Contas
Economista
Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479
Contribuinte nº 144 315 157

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de boas práticas de governo societário

Apreciámos o relatório de boas práticas de governo societário, elaborado pelo Conselho de Administração, tendo concluído que o mesmo satisfaz os requisitos legais aplicáveis, em conformidade com o que consta no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela legislação posterior associada.

Mirandela, 9 de abril de 2026

Assinado por: **ANTÓNIO FERNANDO LEDO DE MATOS**
Num. de Identificação: 05813920
Data: 2026.04.09 21:15:32+01'00'

António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855

Av. D. Dinis, 25 - 2º; 5000 – 600 VILA REAL * fl.auditoria@gmail.com * Telef: 259 32 29 29 * Fax 259 32 29 29

MIRANDELA



Relatório de Gestão

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM
Este documento faz parte
da Acta do CA n.º 3,
de 11/05/26
Rubrica: ...

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM
Este documento faz parte
da Acta do AG n.º 2,
de 14/05/26
Rubrica: ...

Resíduos do Nordeste

CUIDAMOS DO AMBIENTE!

RELATÓRIO E CONTAS 2025

PÁG. ÍNDICE

3 Relatório de Gestão Anual 2025
4 Enquadramento da Atividade da Sociedade
5 Atividades Desenvolvidas em 2025
6 1. Recolha Indiferenciada
9 2. Gestão do Aterro Sanitário
15 3. Recolha Seletiva
19 4. Gestão de Biorresíduos
22 5. Estudos e Projetos
25 6. Evolução da Gestão
29 7. Análise Económica e Financeira
32 8. Proposta de Aplicação dos Resultados
32 9. Perspetivas
33 10. Outras Informações
34 11. Acontecimentos subsequentes
35 12. Conclusão

36 Balanço
38 Demonstração dos Resultados por Naturezas
40 Demonstração dos Fluxos de Caixa
42 Demonstração de Alterações no Capital Próprio
45 Anexo
76 Relatório Anual e Parecer do Fiscal Único
79 Certificação Legal das Contas
84 Ata de aprovação

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2025

Exmos. Acionistas da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.:
Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso, Vinhais e Associação de Municípios do Douro Superior.

Cumprindo as disposições legais aplicáveis, designadamente o disposto na alínea e), do artigo 13º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro e 55/2011, de 15 de novembro, e na alínea g), do artigo 8º dos Estatutos da empresa, submetemos à V/ apreciação, o nosso Relatório de Gestão e a proposta de aplicação dos Resultados, tudo reportado ao exercício de 2025, elaborado em conformidade com a Lei n.º 50/2012.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE

Nas últimas duas décadas ocorreu uma significativa evolução ao nível dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU). Partindo-se de uma lógica de gestão predominantemente municipal, no período anterior a 1995, evoluiu-se para uma gestão plurimunicipal através da criação dos sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão de resíduos urbanos (RU).

Assim, no final de 2010, encontravam-se constituídos os atuais 23 SGRU responsáveis pelo serviço de tratamento e destino final adequado dos RU (alta) produzidos nos 278 municípios de Portugal Continental.

Os serviços de recolha de resíduos indiferenciados (baixa) mantiveram-se, na sua maioria, a ser prestados diretamente por serviços municipais, embora alguns municípios tenham vindo a contratualizar este serviço a entidades com participação privada, por delegação do serviço em empresas do sector empresarial local.

Nas Figuras 1 e 2 apresentam-se os modelos de gestão do serviço de RU em alta e em baixa em Portugal Continental, em 2025.

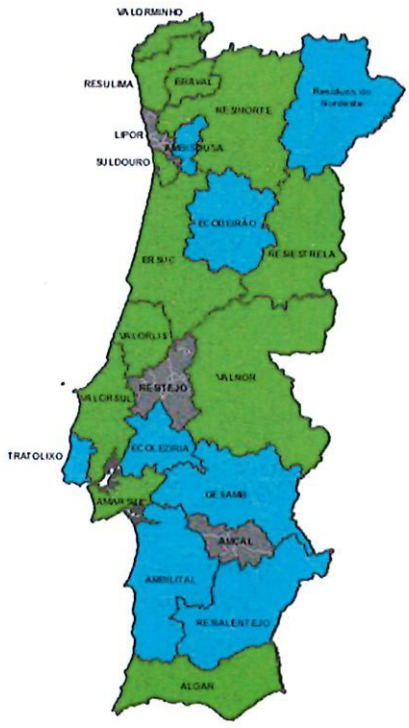


Figura 1 – EG com Serviço em Alta.

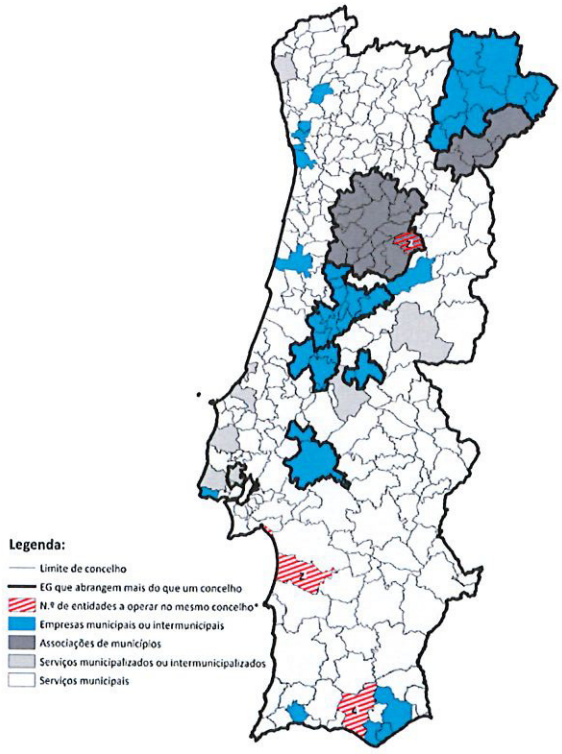


Figura 2 – EG com Serviço em Baixa.

De referir que a maior parte dos sistemas criados assumiu a responsabilidade de recolha seletiva dos resíduos urbanos na respetiva área de intervenção, exceção feita a 28

municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, Vale do Sousa e Alentejo Central.

Recentemente registaram-se alterações legais com impacte ao nível dos intervenientes do setor, de que se destacam as referentes ao acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas, permitindo a entrada de capital privado nas entidades gestoras de sistemas multimunicipais no setor dos resíduos, tendo nessa sequência sido alienado o capital social da EGF a uma entidade privada o que implicou a alteração da natureza jurídica das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, das quais a EGF era acionista maioritária, deixando estas de ser empresas públicas e passando a ser detidas, maioritariamente por uma empresa privada.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2025

Durante o ano de 2025 a empresa prosseguiu a consolidação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes dos municípios que o integram.

Descrevem-se, de seguida, as principais atividades desenvolvidas nos seguintes domínios:

1. Recolha Indiferenciada;
2. Gestão do Aterro Sanitário;
3. Recolha Seletiva;
4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis;
5. Estudos e Projetos;
6. Evolução da Gestão;
7. Análise Económica e Financeira.

Mais desenvolvimentos sobre estas e outras atividades estão descritas, entre outros, nos relatórios de sustentabilidade.



RECOLHA INDIFERENCIADA

1. RECOLHA INDIFERENCIADA

O serviço de recolha indiferenciada de RU e a exploração das estações de transferência, incluindo a respetiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, decorreu com normalidade.

Em novembro de 2019, a prestação de serviços da Terra Quente passou a ser realizada pelo Agrupamento Complementar de Empresas "Terra Quente Transmontana, ACE" que é constituído em partes iguais pelas empresas EcoAmbiente, S.A. e PA Residel, S.A.. Desta forma passou a estar em vigor o contrato de prestação de serviços em resultado do Concurso Público Internacional n.º 3/2017 "Serviços de gestão de recolha indiferenciada de resíduos urbanos da Terra Quente Transmontana".

A Prestação de Serviços de Gestão de Recolha Indiferenciada, Recolha Seletiva, Transporte de Resíduos e Limpeza Urbana nos Municípios da Terra Fria Transmontana foi adjudicada à empresa PreZero Portugal, S.A tendo o contrato entrado em exploração no dia 1 de janeiro de 2025, por um período de 10 anos.

No gráfico 1 pode ser analisada a evolução das quantidades recolhidas pelo serviço de recolha indiferenciada desde ao ano 2003 a 2025.

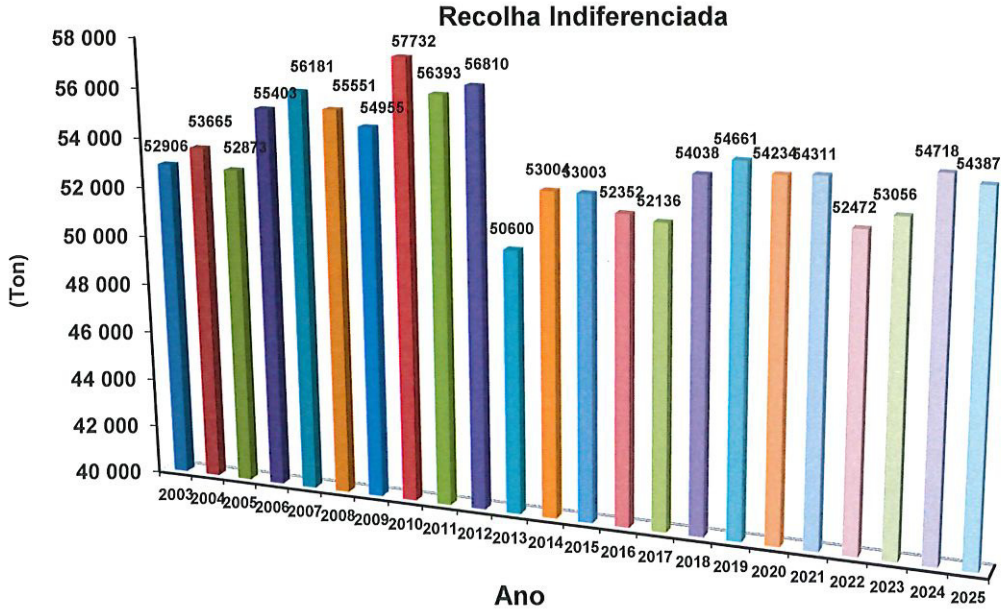


Gráfico 1 - Recolha Indiferenciada 2003 – 2025.

Em 2025 a recolha indiferenciada teve um decréscimo de **-0,60%** correspondente a **330,98 toneladas**.

Tabela 1 - Proveniência dos RU (2025).

Município	Toneladas 2024	Toneladas 2025	Variação
Alfândega da Fé	1828,86	1725,59	-5,65%
Bragança	15875,56	16013,76	0,87%
Carrazeda de Ansiães	2283,57	2194,03	-3,92%
Freixo de Espada à Cinta	1363,05	1345,33	-1,30%
Macedo de Cavaleiros	5652,84	5691,54	0,68%
Miranda do Douro	2611,54	2572,14	-1,51%
Mirandela	8545,91	8541,70	-0,05%
Mogadouro	3441,06	3396,33	-1,30%
Torre de Moncorvo	3082,77	3042,69	-1,30%
Vila Flor	2399,66	2421,66	0,92%
Vila Nova de Foz Côa	2987,08	2948,25	-1,30%
Vimioso	1731,36	1691,58	-2,30%
Vinhais	2915,10	2802,78	-3,85%
Resíduos do Nordeste	**54718,36**	**54387,38**	**-0,60%**
Particulares / Empresas	**410,10**	**954,38**	**132,72%**
RSU / Ecocentros / Trapezoidais	**2360,52**	**1901,97**	**-19,43%**
TOTAL	**57488,98**	**57 243,73**	**-0,43%**



GESTÃO DO ATERRO SANITÁRIO

2. GESTÃO DO ATERRO SANITÁRIO

A melhoria da gestão do aterro sanitário, foi uma das nossas principais preocupações, quando a Resíduos do Nordeste assumiu, em 2017, a gestão desta infraestrutura.

2.1. PRODUÇÃO DE RU

De acordo com os dados da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, a produção de resíduos continuará a superar o crescimento económico e os RU deverão continuar a crescer substancialmente nos próximos anos.

Por seu lado, a Agência Europeia do Ambiente[1] salienta que é imprescindível melhorar a gestão dos RU para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Em síntese, a Agência Europeia do Ambiente salienta:

- O aumento da recuperação de resíduos e o desvio de resíduos dos aterros desempenham um papel essencial para se fazer face ao impacte ambiental de um acréscimo permanente do volume de resíduos;
- A limitação ou prevenção do aumento do volume de resíduos reduziriam ainda mais as emissões de gases com efeito de estufa proveniente do setor dos resíduos e proporcionariam outros benefícios à sociedade e ao ambiente.

Sem prejuízo de uma evolução positiva, no sentido do cumprimento da hierarquia dos resíduos, verifica-se uma estabilização percentual da fração recolhida seletivamente para valorização material, face ao total de RU produzidos, tendência essa que vai no sentido inverso à estratégia comunitária e nacional para os RU. Embora sejam identificadas pelos SGRU diversas justificações para esta situação, julga-se que, como já referido, os investimentos realizados para ir ao encontro de um aumento da deposição seletiva não têm surtido os devidos efeitos no comportamento da população.

No que respeita ao encaminhamento direto de RU para as operações de gestão verifica-se que, em 2024, os RU tiveram o seguinte destino final:

[1] EEA Briefing 2008.01.

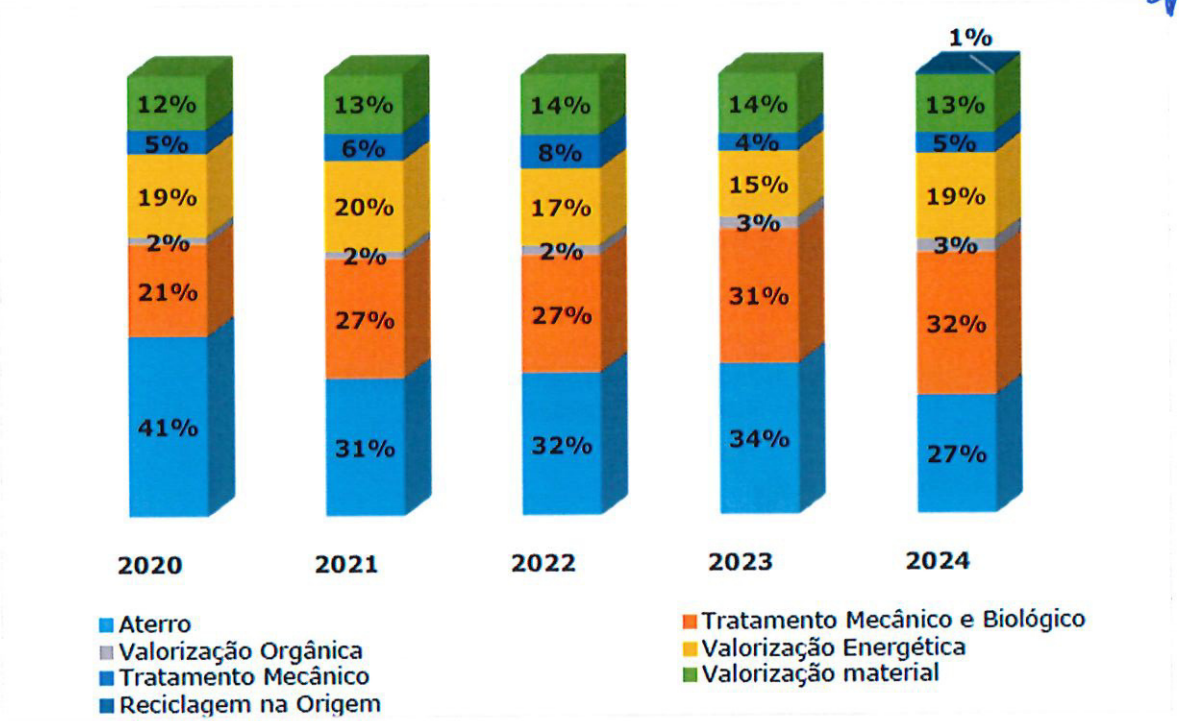


Gráfico 2 - Destino dos RU em Portugal. Fonte: RARU, 2024.

No que respeita à Região do Nordeste Transmontano, a produção de resíduos aumentou ao longo de vários anos, diminuindo significativamente em 2013. A partir daí têm-se registado uma tendência de ligeiro crescimento, com alguns decréscimos em resultado da evolução da economia portuguesa. No último ano registamos um ligeiro decréscimo da produção de resíduos recolhidos.

No aterro sanitário foram depositados: o refugo proveniente da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), resíduos equiparados a urbanos, o refugo proveniente do Centro de Triagem, assim como as quantidades provenientes de particulares, sendo:

Tabela 2 – Quantidades Depositadas em Aterro (2025).

Tipo de resíduos	Processo de Atividade	Quantidades (Ton)
Rejeitados/Refugos	Triagem Embalagens	331,12
Rejeitados/Refugos	Tratamento Mecânico	24 762,92
Rejeitados/Refugos	Valorização Orgânica	19 468,36
Outros	Valorização Orgânica	404,04
Deposição direta em aterro	Ecocentros	1901,97
Total		46 868,41

Em 2025 foram rececionados no Parque Ambiental do Nordeste Transmontano (PANT) **62.734,46** toneladas de resíduos, sendo a principal operação de gestão o tratamento mecânico e biológico.

No gráfico infra apresenta-se o destino dos resíduos urbanos recolhidos no SGRU - Resíduos do Nordeste, em 2025.

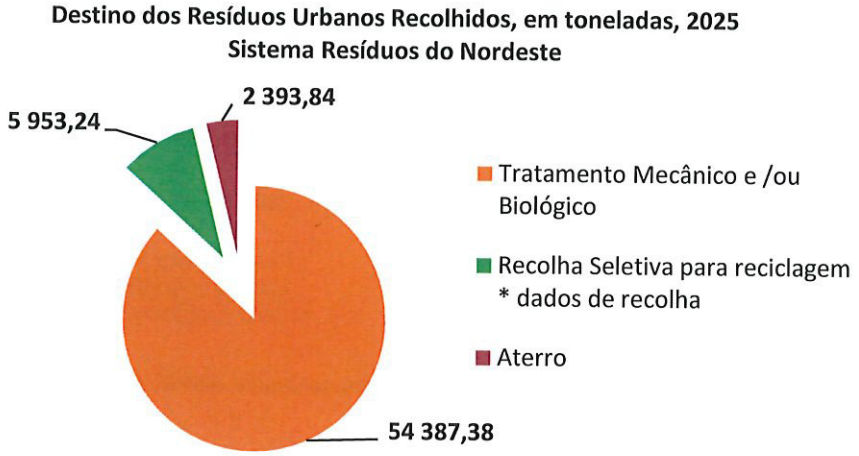


Gráfico 3 – Destino dos RU Recolhidos, (2025).

2.2. Monitorização e Controlo do Aterro Sanitário

A monitorização do aterro sanitário é efetuada de acordo com as normas legais e ambientais em vigor, incluindo a análise de águas superficiais, águas subterrâneas, lixiviados e biogás, não existindo dados significativos a mencionar no presente Relatório.

Ainda no que se refere ao aterro sanitário, são de registar as ações de controlo da respetiva exploração, verificações mensais e auditorias de conformidade legal. Em 2025 deu-se cumprimento à obrigação de verificação in situ do Relatório Ambiental Anual. O reporte foi feito em junho de 2025.

No âmbito da exploração do aterro são cada vez mais exigentes os requisitos alicerçados às licenças no âmbito do consumo de água, rejeição de efluentes e do título único ambiental. Os lixiviados, durante o ano 2025, foram tratados na Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL) do aterro sanitário, no sistema de Osmose Inversa. A monitorização foi efetuada de acordo com os parâmetros exigidos na legislação e as condições do TUA (Título Único Ambiental) e licenças anexas.

2.3. Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)

A ETAL do aterro sanitário encontra-se em funcionamento, efetuando o tratamento dos lixiviados. O sistema de tratamento compreende a receção, armazenamento e tratamento de lixiviados na osmose inversa.

A infraestrutura representou um novo investimento, efetuado no ano de 2024 no valor de 531.500,00€, suportados integralmente pela Resíduos do Nordeste.



Figura 3 – ETAL.

2.4. Aproveitamento Energético do Biogás

A nível nacional a atribuição de novas potências para produção de energias renováveis a partir de biogás constitui um passo importante para a concretização do objetivo a que Portugal se comprometeu no âmbito do Protocolo de Quioto para que, em 2010, 39% do consumo energético tenha origem em fontes de energia renovável.

O aproveitamento energético de biogás de aterros sanitários necessita de peritagem técnica e financeira para um correto planeamento, execução do projeto e operação dos sistemas, tendo a Resíduos do Nordeste obtido informação favorável da Direção-Geral de Geologia e Energia para uma ligação até 1246 Kva à rede do sistema elétrico público.
A valorização orgânica através da digestão anaeróbia produz biogás, o qual é transformado em energia elétrica. A potência do motor da central de biogás da UTMB é de 608 kw.
Atendendo à diminuição das taxas de produção de biogás do aterro sanitário, o mesmo está a ser reencaminhado para o motor da UTMB.

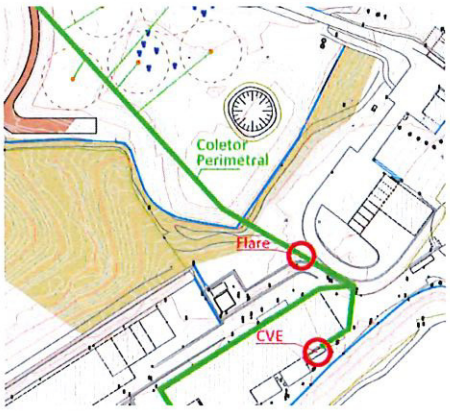


Figura 4 – Rede de Biogás.

2.5. CAPACIDADE ESTIMADA DO ATERRO

No que concerne à gestão do aterro encontra-se em fase final o enchimento da 3ª célula. A 4.ª célula, permitirá a deposição de resíduos até ao ano 2029. A referida célula terá uma capacidade de encaixe de cerca de 206.007 toneladas, o equivalente a 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses.



Figura 5 - Aterro Sanitário de Urjais – área selada.



RECOLHA SELETIVA

3. RECOLHA SELETIVA

Em 2025 a recolha seletiva seguiu a tendência de crescimento, apresentando as seguintes quantidades:

Tabela 3 – Evolução da Recolha Seletiva.

Quantidade (Ton)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Papel / Cartão	1057	1109	1389	1581	1797	1853	1902	2029	2055
Vidro	761	878	1022	1072	1214	1254	1267	1248	1317
Metal	198	229	248	305	271	239	231	255	299
Plásticos	612	601	770	868	984	1052	1006	1015	1068
Madeira	259	321	365	419	490	559	709	682	763
Pilhas	3	2	1	3	2	5	5	3	3
Óleos Minerais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REEE's	310	303	348	391	319	366	304	267	364
OAU	9	15	16	15	12	8	12	16	16
Biorresíduos	31	44	39	66	59	69	140	143	226
TOTAL	**3240**	**3502**	**4198**	**4720**	**5148**	**5407**	**5576**	**5658**	**6113**

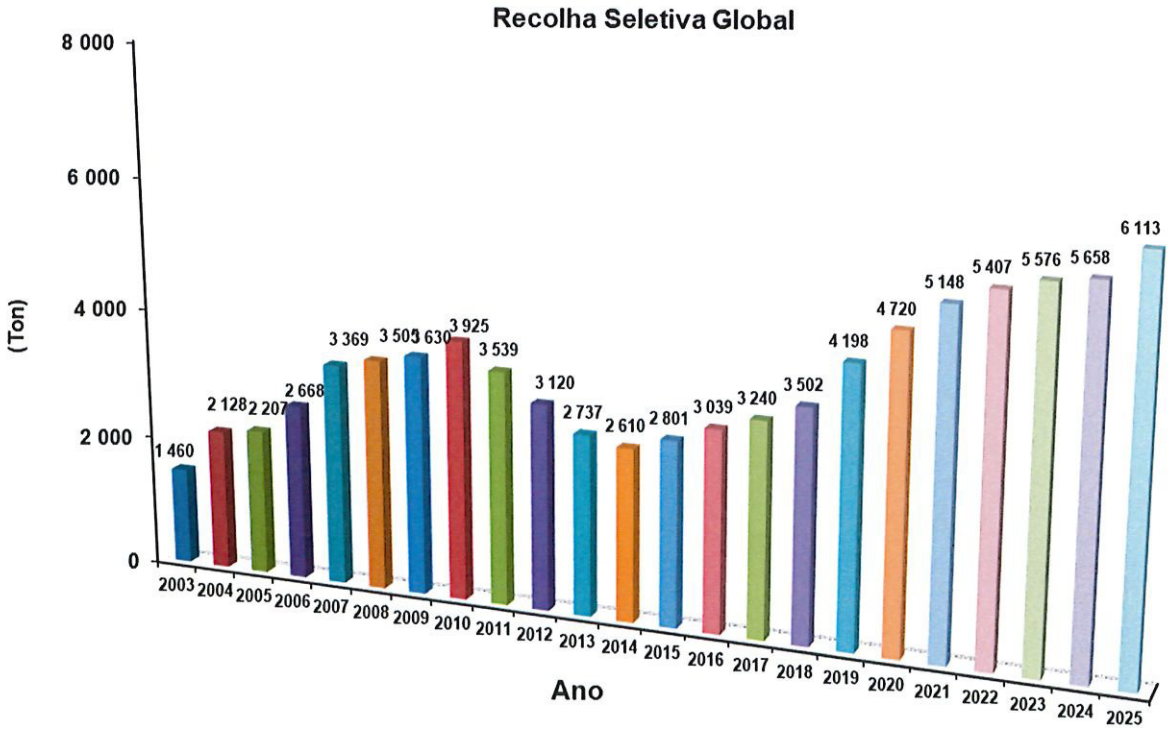


Gráfico 4 - Evolução da Recolha Seletiva no Sistema Resíduos do Nordeste.

Podemos verificar que houve um aumento na recolha seletiva global de cerca **8,04%,** em relação a 2024. Quanto à recolha seletiva multimaterial de papel / cartão, plástico e vidro o registou-se um crescimento de **3,45%.**

No nosso rácio (RS vs RI) obtemos um valor de **10,10%,** conforme se evidencia na figura seguinte:

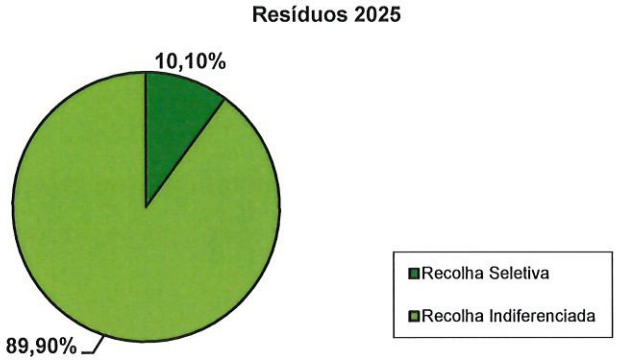


Gráfico 5 - Rácio Recolha Seletiva vs Recolha Indiferenciada.

3.1. ECOPONTOS

No que diz respeito aos ecopontos a rede atualmente instalada é a seguinte:

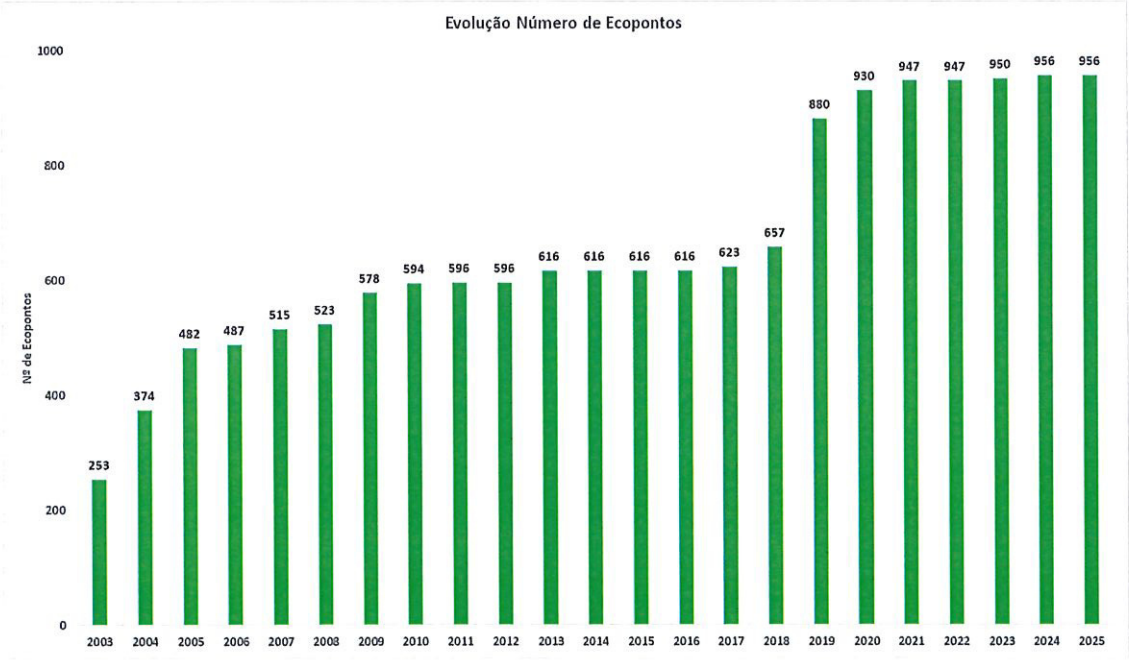


Gráfico 6 – Evolução do Número de Ecopontos.

Independentemente da necessidade de avaliar o aumento do número de ecopontos instalados na maioria dos municípios, o Sistema, em termos de acessibilidade, disponibiliza 1 ecoponto para 136 habitantes.

Importa referir que o reforço da recolha seletiva tem sido feito também através de recolha porta-a-porta segregada em função do público-alvo.

Acresce que a um alargamento da rede de ecopontos deverá corresponder um aumento da produção de recicláveis, caso contrário, podemos colocar em causa o equilíbrio financeiro e ambiental dos contratos existentes.

No domínio da recolha seletiva, onde ainda temos que progredir, temos procurado reciclar ou valorizar todos os resíduos.





GESTÃO DE BIORRESÍDUOS

4. GESTÃO DE BIORRESÍDUOS

UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO POR DIGESTÃO ANAERÓBIA

Com o objetivo de contribuir para a estratégia de valorização orgânica de biorresíduos, consignada no PERSU II, e enquadrada no compromisso nacional e comunitário de redução da matéria orgânica depositada em aterro, a implementação do projeto dotou o conjunto dos treze municípios dos meios necessários para a valorização de biorresíduos. Por outro lado, através da separação mecânica, permite a recuperação de resíduos recicláveis.



Figura 6 – Panorâmica Exterior da UTMB.

A UTMB constitui uma solução integrada para a valorização das cerca de 55.000 toneladas de RU produzidas anualmente no Sistema. Por ano permite desviar da deposição em aterro no mínimo 10.000 toneladas de biorresíduos provenientes da recolha seletiva.

O custo total da operação foi de **19.093.967,00€,** comparticipado em 85% pelo FEDER, ou seja **15.808.034,67€.**

A UTMB entrou em funcionamento no ano de 2013. Constitui uma mais-valia para a região de Trás-os-Montes, em termos económicos, ambientais e sociais, ao nível da criação de novos postos de trabalho, da criação de um mercado inovador de comercialização do composto orgânico Ferti Trás-os-Montes, e de produção de energia elétrica através da valorização do biogás gerado no sistema.



Figura 8– Linha de Alimentação da UTMB.



Figura 7 - Saída de Materiais Recicláveis.

C ntraram nos 13 municípios:

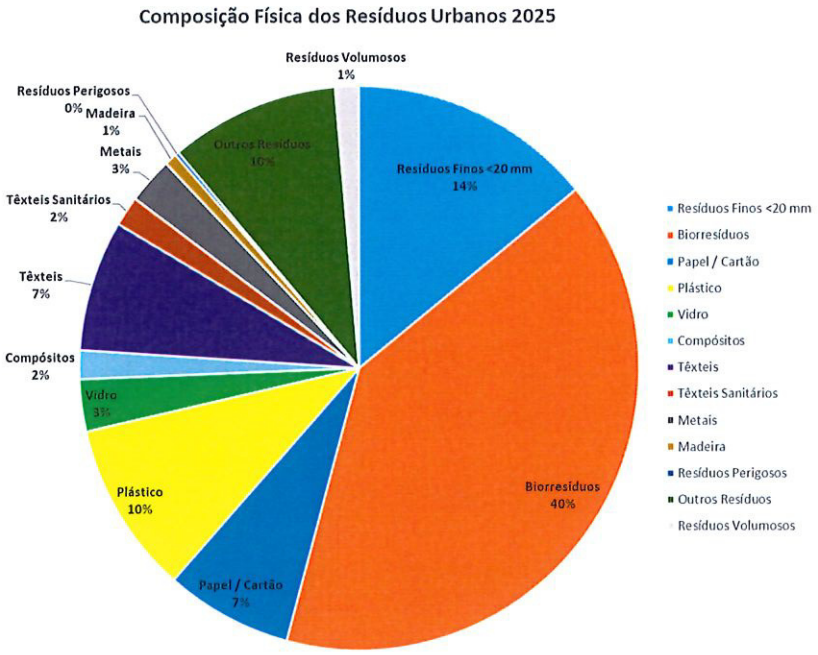


Gráfico 7 - Composição Física dos Resíduos Urbanos.

A Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico recebeu, em 2025, os RU provenientes das recolhas municipais e os resíduos verdes dos ecocentros onde existe este fluxo de resíduos separado em contentor, conforme a tabela seguinte:

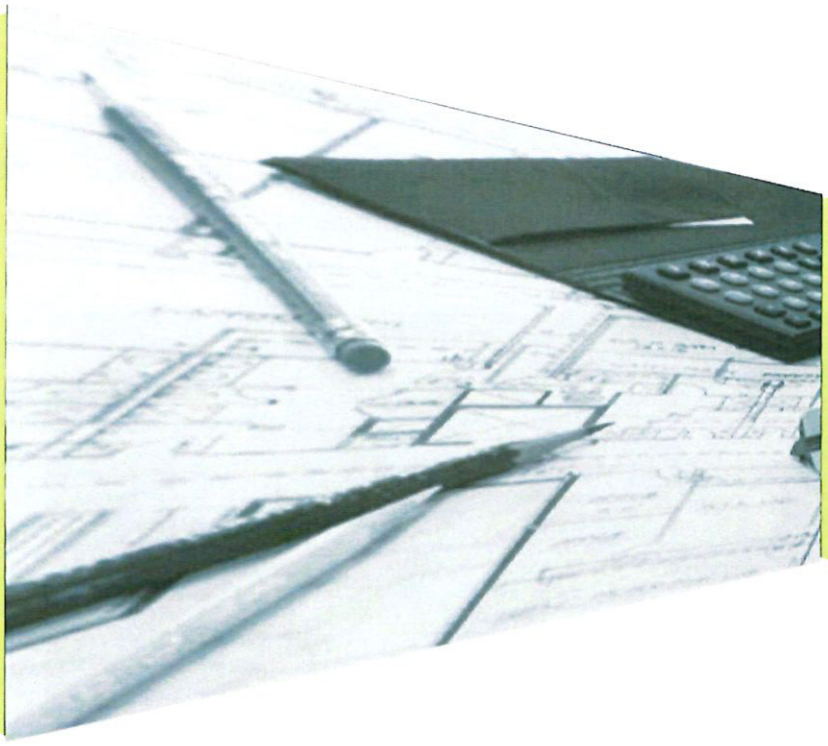
Tabela 4 – Proveniência dos RU tratados na UTMB.

Proveniência	Quantidade (Ton)
Recolha Indiferenciada	54 387,38
Recolha de Biorresíduos	225,98

Com a conclusão da UTMB ganhou forma o "Parque Ambiental do Nordeste Transmontano" (PANT) em contraponto com a anterior situação de apenas um aterro sanitário, como elucida a fotografia 9.



Figura 9 – Parque Ambiental do Nordeste Transmontano.



ESTUDOS E PROJETOS

5. ESTUDOS E PROJETOS

Neste domínio, encontra-se em execução o PAPERSU 2030 da Resíduos do Nordeste e dos 13 municípios da área de intervenção, que foi aprovado pelas entidades competentes, APA, ERSAR e CCDRN.

Para alcançar as metas estabelecidas será necessário implementar um conjunto de medidas e ações, organizadas em torno dos seguintes eixos e objetivos:

- Eixo I - Prevenção:
  - Objetivo I - Reduzir a produção e perigosidade dos RU.
- Eixo II - Gestão de Recursos:
  - Objetivo II – Promover a recolha seletiva e tratamento adequado;
  - Objetivo III – Assegurar a valorização dos resíduos resultantes do tratamento dos RU;
  - Objetivo IV – Reforçar os instrumentos económico-financeiros;
  - Objetivo V – Assegurar a sustentabilidade económica e a capacitação do sector;
  - Objetivo VI – Comunicar e monitorizar o plano.

As medidas seguidamente apresentadas pressupõem a articulação estreita com os municípios e a possibilidade de aceder a cofinanciamento através do NORTE 2030 e de outros instrumentos financeiros.

- Medida 1 – Constituição de uma rede de parceiros com vista à promoção de economia circular
- Medida 2 – Promoção da redução de desperdício alimentar
- Medida 3 – Promoção da prevenção da produção de recicláveis em eventos
- Medida 4 – Promoção da redução da produção de embalagens de bebidas
- Medida 5 – Campanhas de caracterização de resíduos urbanos
- Medida 6 – Requalificação de ecocentros
- Medida 7 – Incremento da compostagem doméstica e comunitária
- Medida 8 – Promoção da recolha seletiva de biorresíduos alimentares
- Medida 9 – Adaptação e construção de estações de transferência para biorresíduos
- Medida 10 – Promoção da recolha seletiva de resíduos verdes
- Medida 11 – Expansão da recolha seletiva porta-a-porta para os fluxos 3F
- Medida 12 – Expansão da atual rede de ecopontos
- Medida 13 – Promoção e expansão da recolha seletiva de resíduos têxteis

- Medida 14 – Promoção e expansão da recolha seletiva de óleos alimentares usados (OAU)
- Medida 15 – Promoção da recolha seletiva de pequenas quantidades de resíduos perigosos das habitações (PQRP)
- Medida 16 – Promoção da recolha seletiva de resíduos volumosos
- Medida 17 – Recolha de RCD de pequenas intervenções em habitações
- Medida 18 – Adaptação da atual unidade de TMB à valorização de biorresíduos recolhidos seletivamente
- Medida 19 – Modernização do TM com vista ao incremento da recuperação de materiais
- Medida 20 – Modernização do centro de triagem
- Medida 21 – Expansão do atual aterro e adaptação da ETAL
- Medida 22 – Sistemas de informação e gestão para a operacionalização e monitorização do sector
- Medida 23 – Preparação de recicláveis não-embalagem com vista ao seu escoamento
- Medida 24 – Implementação de projetos PAYT/RAYT
- Medida 25 – Promoção da capacitação dos recursos humanos
- Medida 26 – Reforço da fiscalização do cumprimento das regras do regulamento de serviços
- Medida 27 – Comunicação e sensibilização
- Medida 28 – Monitorização da implementação do PAPERSU

Para a execução deste plano será necessária a realização de investimentos num total de aproximadamente 31.120.000€, de acordo com o quadro seguinte:

Medidas	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	TOTAL
1 Constituição de uma rede de parceiros com vista à promoção de economia circular	0	0	370 000	200 000	0	0	0	0	570 000
2 Promoção da redução de desperdício alimentar	0	0	50 000	0	0	0	0	0	50 000
3 Promoção da prevenção da produção de recicláveis em eventos	0	0	0	50 000	0	0	0	0	50 000
4 Promoção da redução da produção de embalagens de bebidas	0	0	0	16 000	0	16 000	0	0	32 000
5 Campanhas de caracterização de resíduos urbanos	0	80 000	80 000	80 000	80 000	80 000	80 000	80 000	560 000
6 Requalificação de ecocentros	0	210 000	1 365 000	0	0	0	0	0	1 575 000
7 Incremento da compostagem doméstica e comunitária	0	0	205 000	25 000	0	0	0	0	230 000
8 Promoção da recolha seletiva de biorresíduos alimentares	0	125 000	4 816 000	4 750 000	0	0	0	0	9 691 000
9 Adaptação e construção de estações de transferência para biorresíduos	0	0	120 000	405 000	0	0	0	0	525 000
10 Promoção da recolha seletiva de resíduos verdes	0	0	866 000	0	0	0	0	0	866 000
11 Expansão da recolha seletiva porta-a-porta para os fluxos 3F	0	0	968 900	723 900	0	0	0	0	1 692 800
12 Expansão da atual rede de ecopontos	0	0	409 000	409 000	0	0	0	0	818 000
13 Promoção e expansão da recolha seletiva de resíduos têxteis	0	0	0	526 000	0	0	0	0	526 000
14 Promoção e expansão da recolha seletiva de óleos alimentares usados (OAU)	0	0	126 000	16 000	16 000	16 000	126 000	16 000	316 000
15 Promoção da recolha seletiva de pequenas quantidades de resíduos perigosos das habitações (PQRP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16 Promoção da recolha seletiva de resíduos volumosos	0	0	110 000	0	0	0	0	0	110 000
17 Recolha de RCD de pequenas intervenções em habitações	0	0	0	183 000	0	11 000	0	11 000	205 000
18 Adaptação da atual unidade de TMB à valorização de biorresíduos recolhidos seletivamente	144 000	0	500 000	0	0	530 000	0	0	1 174 000
19 Modernização do TM com vista ao incremento da recuperação de materiais	0	0	30 000	750 000	0	0	0	0	780 000
20 Modernização do centro de triagem	0	140 000	3 500 000	0	0	0	0	0	3 640 000
21 Expansão do atual aterro e adaptação da ETAL	1 000 000	75 000	1 600 000	2 100 000	0	0	0	0	4 775 000
22 Sistemas de informação e gestão para a operacionalização e monitorização do sector	0	0	200 000	100 000	10 000	10 000	10 000	10 000	340 000
23 Preparação de recicláveis não embalagem com vista ao seu escoamento	0	0	0	175 000	0	0	0	0	175 000
24 Implementação de projetos PAYT/RAYT	0	75 000	578 000	955 000	0	0	0	0	1 608 000
25 Promoção da capacitação dos recursos humanos	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000	200 000
26 Reforço da fiscalização do cumprimento das regras do regulamento de serviços	0	0	36 500	0	0	0	0	0	36 500
27 Comunicação e sensibilização	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	400 000
28 Monitorização da implementação do PAPERSU	0	75 000	0	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	175 000
TOTAL	1 219 000	855 000	16 005 400	11 558 900	201 000	758 000	311 000	212 000	31 120 300

Quadro 1 – Investimentos 2023-2030



EVOLUÇÃO DA GESTÃO E SITUAÇÃO FINANCEIRA

6. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

6. 1 Investimentos Realizados

No período de 2025 e de 2024 a Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., efetuou os seguintes investimentos em Ativos Fixos Tangíveis:

2025					
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Investimentos em Curso	Total
Adições	111 466,15	221 698,35	-	-	333 164,50
Alienações/ Correções/ NC	26 217,22	62 095,95	-	-	88 313,17
Total	**85 248,93**	**159 602,40**	**-**	**-**	**244 851,33**

2024					
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Investimentos em Curso	Total
Adições	694 843,03	541 830,88	27 200,00		1 263 873,91
Alienações/ Correções/ NC	56 297,99				56 297,99
Total	**638 545,04**	**541 830,88**	**27 200,00**	**-**	**1 207 575,92**

Ao longo dos últimos dois anos a empresa investiu valores muito significativos em ativos de exploração totalmente direcionados para a modernização e diversificação da sua atividade produtiva. O ano de 2025 fica marcado pelos investimentos associados à ampliação do Aterro Sanitário, nomeadamente na 4ª Célula, num montante de 111.466,15€ e com a aquisição de Ecopontos, num montante de 40.920,60€, investimentos financiados a 100% por capitais próprios.

Foram também realizados investimentos no âmbito da Recolha e Tratamento de Biorresíduos, financiados pelo Fundo Ambiental, nomeadamente na aquisição de Biotrituradores, num montante de 107.591,00€, Compostores Domésticos e Comunitários no montante de 24.620,20€ e 18.987,30€, respetivamente.

Os investimentos em ativos intangíveis não atingiram a mesma expressão material, tendo sido de € 0,00 em 2024 e € 20.724,75 em 2025, estando associado a um sistema de gestão inteligente de resíduos urbanos.

6.2 Estrutura de Rendimentos

Composição dos rendimentos em 2025 e 2024, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em céntimos de Euro 2025	2024	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	10 721 776,53	9 597 562,39	1 124 214,14	11,7%
Subsídios à exploração	23 877,38	3 395,14	20 482,24	603,3%
Variação nos inventários da produção	0,00	38 434,35	(38 434,35)	(100,0%)
Aumentos/reduções de justo valor	6 761,09	11 442,63	(4 681,54)	(40,9%)
Outros rendimentos	1 891 704,84	1 586 517,47	305 187,37	19,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	60 043,74	0,00	60 043,74	
Total da estrutura de rendimentos	**12 704 163,58**	**11 237 351,98**	**1 466 811,60**	**13,1%**

As "Vendas e Prestações de Serviços" apresentaram um aumento em relação ao ano anterior no valor de € 1.124.214,14 o que equivale a 11,7%, devendo-se essencialmente à atualização de preços.

Os juros e rendimentos similares obtidos aumentaram € 60.043,74 por comparação com 2024.

O Valor de € 1.891.704,84 apresentado na rubrica de "Outros Rendimentos" diz respeito, essencialmente, à imputação a rendimentos de subsídios atribuídos para a aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis na respetiva proporção das depreciações e amortizações registadas desses bens e à venda de ativos.

6.3 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2025 e 2024, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em céntimos de Euro 2025	2024	Variação	Variação (%)
Variação nos inventários da produção	3 575,72	0,00	3 575,72	
Fornecimentos e serviços externos	9 147 359,24	8 653 325,50	494 033,74	5,7%
Gastos com o pessoal	480 161,74	456 129,63	24 032,11	5,3%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	917 640,17	0,00	917 640,17	
Provisões (aumento/reduções)	0,00	12 306,00	(12 306,00)	(100,0%)
Outros gastos	94 803,97	37 599,92	57 204,05	152,1%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 834 076,92	1 847 853,53	(13 776,61)	(0,7%)
Juros e gastos similares suportados	5 393,95	10 188,55	(4 794,60)	(47,1%)
Imposto sobre o rendimento do período	217 403,55	31 125,62	186 277,93	598,5%
Total da estrutura de gastos	**12 700 415,26**	**11 048 528,75**	**1 651 886,51**	**15,0%**

Os fornecimentos e serviços externos aumentaram € 494.033,74 face ao ano transato, o que equivale a 5,71%, devendo-se essencialmente ao aumento dos gastos na recolha seletiva (mais subcontratação de pessoal, mais consumíveis, mais conservação e manutenção dos carros de recolha) e atualização de preços dos subcontratos com os prestadores de serviços.

Os gastos com o pessoal aumentaram € 24.032,11 face ao período homólogo devendo-se, essencialmente, às atualizações e valorizações salariais.

As imparidades de dívidas a receber apresentam o valor de € 917.640,17 referente ao reconhecimento da imparidade da dívida da Associação de Município da Terra Quente.

Os outros gastos aumentaram € 57.204,05 por comparação com 2024.

6.4 Pessoal

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Descrição	2025	2024	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	480 161,74	456 129,63	24 032,11
N.º médio de colaboradores	12	12	0
Gasto médio por colaborador	40 013,48	38 010,80	2 002,68

6.5 EBITDA e Resultado Líquido do Período

Do ponto de vista económico, o "EBITDA" e o "Resultado Líquido da Empresa", no período de 2025 e 2024, foram os seguintes:

Descrição	2025	2024	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	2 000 579,00	2 077 990,93	(77 411,93)	-3,7%
EBITDA/ Volume de negócios	18,7%	21,7%	-3,0	-13,8%
Resultado líquido do período	3 748,32	188 823,23	(185 074,91)	-98,0%
Resultado líquido do período / Volume de negócios	0,03%	2,0%	-1,9	-98,2%

O EBITDA diminuiu € 77.411,93 em relação ao período de 2024. Esta diminuição teve um reflexo superior no resultado líquido do período, majorada pelo aumento verificado no imposto sobre o rendimento do período no valor de € 186.277,93 em virtude de a imparidade de clientes reconhecida no período no valor de € 917.460,17 não ser aceite fiscalmente.

6.6 Autonomia Financeira e Endividamento

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2025	2024	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	63,13%	63,19%	-0,06%
Endividamento	36,87%	36,81%	0,06%

7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

7.1 Posição Financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

ATIVO	31-DEZ-2025	Peso %	31-DEZ-2024	Peso %	Variação 2025 - 2024
Ativo não corrente	10 770 159,00	54,1%	12 272 615,24	57,0%	(1 502 456,24)
Ativo corrente	9 152 808,16	45,9%	9 275 666,08	43,0%	(122 857,92)
Total Ativo	**19 922 967,16**	**100,0%**	**21 548 281,32**	**100,0%**	**(1 625 314,16)**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio	12 577 190,98	63,1%	13 617 169,93	63,2%	(1 039 978,95)
Passivo não corrente	3 136 680,04	15,7%	3 423 952,36	15,9%	(287 272,32)
Passivo corrente	4 209 096,14	21,1%	4 507 159,03	20,9%	(298 062,89)
Total Capital Próprio e Passivo	**19 922 967,16**	**100,0%**	**21 548 281,32**	**100,0%**	**(1 625 314,16)**

Analisando o quadro acima verifica-se uma diminuição do ativo corrente de € 122.857,92 referente, essencialmente, à diminuição das rubricas de "clientes", do "Estado" e de "Outros Créditos a Receber".

O ativo não corrente diminuiu € 1.502.456,24 derivado da diminuição dos Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis.

A variação no Capital Próprio é referente, em grande parte, à imputação dos subsídios a rendimentos de acordo com a utilização dos respetivos bens e à redução do Resultado Líquido.

Os financiamentos de médio e longo prazo diminuíram € 65.286,66 não existindo qualquer valor a 31-12-2025, as outras dívidas a pagar com prazo superior a 1 ano diminuíram 209.679,66 e as provisões diminuíram € 12.306,00 o que provocou uma diminuição do passivo não corrente no valor de € 287.272,32.

A diminuição do passivo corrente é referente, essencialmente, à diminuição dos "Fornecedores" e das "outras dívidas a pagar".

Salientamos ainda que não se reforçou o valor retido acumulado destinado a fazer face aos encargos decorrentes da selagem e monitorização do aterro, por se considerar que o valor já provisionado é suficiente. Nestes termos, não foi reforçada a Provisão respetiva.

7.2 Indicadores de Gestão

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2025 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2025	2024	Δ Absoluta	Δ em % face a 2024
Ativo Fixo Tangível (AFT)	10 371 336,58	11 805 981,77	(1 434 645,19)	(12,2 %)
Capital próprio	12 577 190,98	13 617 169,93	(1 039 978,95)	(7,6 %)
Capitais Permanentes	15 713 871,02	17 041 122,29	(1 327 251,27)	(7,8 %)
Equilibrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap.perm)	0,66	0,69	0,03	(4,7 %)

A variação nos Ativos Fixos Tangíveis resulta de novas aquisições líquidas no valor de € 306.947,28, abates no valor de € 62.095,95 que estavam totalmente amortizados e de depreciações no valor de € 1.741.592,47.

A variação nos capitais próprios resulta, essencialmente, da imputação dos subsídios relacionados com a aquisição de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis a rendimentos de acordo com a utilização dos respetivos bens e a venda de ativos fixos tangíveis.

A variação nos capitais permanentes resulta da alteração nos capitais próprios já explicada e na variação do passivo não corrente resultante da diminuição dos financiamentos obtidos, das provisões e das outras dívidas a pagar.

7.3 Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2025 e 2024:

Outros indicadores financeiros	2025	2024	Δ Absoluta	Δ em % face a 2024
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	171,2 %	171,7 %	0,5	(27,8 %)
Liquidez corrente (Ativo corrente - Passivo corrente) em Euros	4 943 712,02	4 768 507,05	175 204,97	3,7 %

Da análise ao quadro acima verificamos que o Capital próprio é bastante superior ao passivo e que o Ativo Corrente é superior em € 4.768.507,05 ao Passivo Corrente.

7.4 Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2025, comparativamente com o período de 2024:

Análise Económica	Fórmula simplificada	2025	2024	Δ Absoluta	Δ em % face a 2024
Rendibilidade Líquida das Vendas (%)	RL / Volume de negócios	0,03 %	2,0 %	1,9	(9 822,3 %)
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	EBITDA / Ativo	10,0 %	9,6 %	0,4	412,9 %
Rendibilidade do Capital Próprio (return on equity) (%)	RL / C. Próprio	0,03 %	1,4 %	1,4	(9 785,1 %)
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	Clientes / Volume negócios * 365	83	98	-15	(15,4 %)
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	Fornecedores / (CMVMC+FSE) * 365	40	49	-9	(18,5 %)

Da análise ao quadro acima verifica-se que a rentabilidade líquida das vendas e do capital próprio sofreram um decréscimo em consequência da diminuição do Resultado Líquido do Período.

O prazo médio de recebimentos diminuiu 15 dias e o prazo médio de pagamentos diminuiu 9 dias em relação ao ano anterior, continuando dentro dos parâmetros normais.

Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, a Empresa, apresenta uma estrutura sólida, garantida por uma gestão prudente e eficaz, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2025, com a exceção do reconhecimento da imparidade de clientes.

7.5 Situação Financeira

O nível de rentabilidade historicamente exibido pela empresa, aliada à retenção sucessiva dos resultados/lucros correspondentes, tem vindo, ano após ano, a contribuir para a sua solidez financeira.

Os meios libertos líquidos gerados pela atividade da empresa em 2025 cifraram-se em € 2.755.465,41, sendo que, em 2024, esse valor atingiu € 2.036.676,76. Portanto, estamos perante valores muito interessantes, que têm contribuído para o robustecimento da situação financeira da empresa.

A boa posição financeira da entidade reflete-se nos seus principais indicadores de gestão, como é o caso do seu rácio de Autonomia Financeira e Solvabilidade.

Face ao bom nível da rentabilidade observada em 2025, com a exceção do reconhecimento da imparidade de clientes, os indicadores de situação financeira da empresa continuam a registar níveis muito interessantes, não dando sinais de degradação.

Em resumo a situação financeira da empresa mostra-se perfeitamente equilibrada. A Resíduos do Nordeste está, portanto, em perfeitas condições de solver as suas responsabilidades atuais e futuras sem quaisquer constrangimentos, aqui se incluindo aquelas que derivam dos encargos a suportar com a selagem e monitorização das células já utilizadas e em utilização e que constituem o aterro sanitário/parque ambiental sob gestão da mesma. A este respeito, notar-se-á que tais encargos mostram-se adequadamente provisionados, em conformidade com as regras que regem as normas de caráter ambiental, bem como com aquelas que regem esta matéria ao nível contabilístico.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Empresa no período económico findo em 31 de dezembro de 2025, alcançou o resultado líquido de € 3.748,32. Propõe-se a sua aplicação para Outras Reservas.

A retenção destes resultados na empresa, por via da sua transferência para Outras Reservas, servirá para aumentar a sua capacidade de autofinanciamento para acorrer aos encargos futuros decorrentes da selagem e monitorização do aterro e para a realização dos investimentos não financiados por fundos comunitários.

9. PERSPETIVAS

9.1 Investimentos a realizar

Para o ano de 2026 perspetivamos um investimento total de € 4.540.110,00, com destaque para o Reforço da Recolha Seletiva Multimaterial e para a Recolha e Tratamento de Biorresíduos, investimentos financiados na sua maioria pelo NORTE 2030.

9.2 Gastos e Rendimentos previstos

As estimativas apresentadas no contexto do Plano e Orçamento/2026 apontam para um valor das Vendas e Prestações de Serviços à volta de € 10.525.824 (s/IVA), a que deverão corresponder Gastos com o Pessoal e FSE de € 652.338 € e € 8.346.295, respetivamente.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

10.1 Declara-se que não existem dívidas em mora para com a Segurança Social e Autoridade Tributária.
Do mesmo modo, não se registam quaisquer débitos em atraso para com os trabalhadores e com a Caixa Geral de Aposentações.

10.2 Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b), do nº 5, do Artº 66º do C.S.C., não ocorreram quaisquer factos que mereçam especial referência com impacto na atividade da entidade.

10.3 Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração, nos termos do artigo 397º do C.S.C. (alínea e) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.4 A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.5 No domínio da sua atividade principal, a entidade não corre especiais riscos de preço, considerando a forma como se processa a formação dos mesmos.
O risco de crédito que afeta a empresa é o normal de mercado para empresas com sólida estrutura económica e financeira e sem incidentes conhecidos e/ou registados.
Quanto aos riscos de liquidez e de fluxos de caixa, não se verificam aqui riscos elevados, considerando o facto de os principais clientes da empresa serem os Municípios que integram a área de influência da empresa, os quais, à semelhança de todos os outros, estão sujeitos ao controlo da despesa imposta por lei, na base da Lei dos compromissos (alínea h) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.6 No imposto apurado em 2025 foi utilizado o regime fiscal do incentivo à capitalização das empresas (ICE) que possibilita a dedução dos aumentos líquidos do capital próprio na determinação do lucro tributável, tratando-se de uma dedução ao lucro tributável em oposição aos outros benefícios que são uma dedução à coleta. Com este benefício a empresa obteve uma poupança de imposto de € 11.708,14.

11. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

11.1 Autorização para a Emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 11-05-2026. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

11.2 Autorização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acercas de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

11.3 Acontecimentos após a data do Balanço que não deram origem a ajustamentos

A administração não detetou acontecimentos após a data de encerramento das contas e até à data da prestação de contas que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequência na informação financeira futura.

Todavia, o facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras e, em particular, o mais recente ataque ao Irão, o qual desencadeou uma subida exponencial dos preços do petróleo e do gás com repercussões imediatas em todas as cadeias de abastecimento, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo tem-se traduzido em níveis de incerteza e instabilidade, com repercussão na atividade do comércio internacional.

Apesar do facto anteriormente descrito afetar a performance económico-financeira da entidade, a administração da sociedade não prevê que tal facto coloque em causa a continuidade das operações e o normal desenvolvimento das suas atividades.

12. CONCLUSÃO

Assim, como resulta da leitura do presente Relatório, entendemos que os objetivos fixados para o ano de 2025 foram, na sua generalidade, plenamente alcançados.

O Sistema concluiu o ciclo de infraestruturas básicas e deverá, no futuro, abrir uma nova etapa necessariamente marcada pela qualidade, nomeadamente com o incremento da recolha seletiva, a recolha e tratamento dos biorresíduos e a valorização dos rejeitados da UTMB.

O Conselho de Administração aproveita a oportunidade para agradecer a todos os que nos apoiaram no desempenho desta missão, nomeadamente:

Às Associações de Municípios;
Aos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais;
A todos os Membros da Assembleia Geral;
Ao Fiscal Único;
Aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia;
A todos os funcionários das Câmaras Municipais, em particular das Divisões de Ambiente;
Aos Operadores de Resíduos; e
Aos trabalhadores da Resíduos do Nordeste.

Resíduos do Nordeste, 11 de maio de 2026.

O Presidente do Conselho de Administração,

(João Gonçalves)

Os Vogais,

(Isabel Ferreira)

(António Pimentel)

BALANÇO

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

RUBRICAS	Notas	Datas 31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	10 371 336,58	11 805 981,77
Ativos intangíveis	6	17 303,09	89 062,79
Outros investimentos financeiros	10	255 519,33	251 570,68
Ativos por impostos diferidos	11	126 000,00	126 000,00
		10 770 159,00	12 272 615,24
Ativo corrente			
Inventários	7	135 900,15	139 475,87
Clientes	8	2 432 053,42	2 573 556,25
Estado e outros entes públicos	9	199 539,25	1 508 450,27
Outros créditos a receber	8	133 884,51	1 222 701,25
Diferimentos	12	25 654,32	23 247,15
Caixa e depósitos bancários	4	6 225 776,51	3 808 235,29
		9 152 808,16	9 275 666,08
Total do ativo		19 922 967,16	21 548 281,32
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	13	52 230,87	52 230,87
Outras reservas	13	6 336 243,91	6 147 420,68
Resultados transitados	13	- 19 511,78	-
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	13	6 154 479,66	7 178 695,15
Resultado líquido do período	13	3 748,32	188 823,23
Total do capital próprio		12 577 190,98	13 617 169,93
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	1 773 035,71	1 785 341,71
Financiamentos obtidos	15	-	65 286,66
Outras dívidas a pagar	17	1 363 644,33	1 573 323,99
		3 136 680,04	3 423 952,36
Passivo corrente			
Fornecedores	16	1 008 081,98	1 154 883,56
Adiantamentos de clientes	8	-	1 000,00
Estado e outros entes públicos	9	1 856 542,43	1 267 083,50
Financiamentos obtidos	15	65 286,67	126 884,81
Outras dívidas a pagar	17	1 178 095,58	1 840 718,54
Diferimentos	12	101 089,48	116 588,62
		4 209 096,14	4 507 159,03
Total do passivo		7 345 776,18	7 931 111,39
Total do capital próprio e do passivo		19 922 967,16	21 548 281,32

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado Nº 63736

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

Demostração Individual dos Resultados por Naturezas
Período Findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

Rendimentos e gastos	Notas	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	18	10 721 776,53	9 597 562,39
Subsídios à exploração	19	23 877,38	3 395,14
Variação nos inventários da produção	7	- 3 575,72	38 434,35
Fornecimentos e serviços externos	20	- 9 147 359,24	- 8 653 325,50
Gastos com pessoal	21	- 480 161,74	- 456 129,63
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	- 917 640,17	
Provisões (aumentos/reduções)	14		- 12 306,00
Aumentos/reduções de justo valor	22	6 761,09	11 442,63
Outros rendimentos	23	1 891 704,84	1 586 517,47
Outros gastos	24	- 94 803,97	- 37 599,92
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**2 000 579,00**	**2 077 990,93**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5;6	- 1 834 076,92	- 1 847 853,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**166 502,08**	**230 137,40**
Juros e rendimentos similares obtidos	26	60 043,74	-
Juros e gastos similares suportados	25	- 5 393,95	- 10 188,55
Resultado antes de impostos		**221 151,87**	**219 948,85**
Imposto sobre o rendimento do período	27	- 217 403,55	- 31 125,62
Resultado líquido do período		**3 748,32**	**188 823,23**

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado Nº 63736

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período Findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

RUBRICAS		Notas	Períodos 2025	Períodos 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes			13 646 562,73	12 163 058,72
Pagamentos a fornecedores			- 10 662 410,56	- 9 200 704,98
Pagamentos ao pessoal			- 273 994,23	- 257 618,04
Caixa gerada pelas operações			2 710 157,94	2 704 735,70
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			22 721,39	- 61 376,31
Outros recebimentos/pagamentos			- 219 666,36	- 1 348 074,26
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)		**2 513 212,97**	**1 295 285,13**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis			- 469 169,13	- 1 790 065,66
Ativos intangíveis			- 25 491,44	-
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis			19 130,19	-
Subsídios ao investimento			467 921,63	306 890,15
Juros e rendimentos similares			45 032,81	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)		**37 424,06**	**- 1 483 175,51**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos			- 126 884,80	- 122 120,87
Juros e gastos similares			- 6 211,01	- 10 974,95
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)		**- 133 095,81**	**- 133 095,82**
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		**2 417 541,22**	**- 320 986,20**
Caixa e seus equivalentes no início do período			3 808 235,29	4 129 221,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4	6 225 776,51	3 808 235,29

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado Nº 63736

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 2024

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024		50 000,00	52 230,87	5 785 032,81	8 320 695,89	362 387,87	14 570 347,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	362 387,87	- 1 142 000,74	- 362 387,87	- 1 142 000,74
		-	-	362 387,87	- 1 142 000,74	- 362 387,87	- 1 142 000,74
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						188 823,23	188 823,23
RESULTADO INTEGRAL						- 173 564,64	- 953 177,51
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	13	50 000,00	52 230,87	6 147 420,68	7 178 695,15	188 823,23	13 617 169,93

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado Nº 63736

Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 2025

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025		50 000,00	52 230,87	6 147 420,68	-	7 178 695,15	188 823,23	13 617 169,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	188 823,23	- 19 511,78	- 1 024 215,49	- 188 823,23	- 1 043 727,27
		-	-	188 823,23	- 19 511,78	- 1 024 215,49	- 188 823,23	- 1 043 727,27
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							3 748,32	3 748,32
RESULTADO INTEGRAL							- 185 074,91	- 1 039 978,95
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	13	50 000,00	52 230,87	6 336 243,91	- 19 511,78	6 154 479,66	3 748,32	12 577 190,98

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado Nº 63736

ANEXO

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.

ANEXO

Período 2025

Índice

1. Identificação da Entidade 5
2. Referencial Contabilístico 5
3. Principais Políticas Contabilísticas 5
3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras 5
3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis 5
3.1.2. Ativos Intangíveis 6
3.1.3. Outros Investimentos Financeiros 6
3.1.4. Inventários 7
3.1.5. Imparidade de ativos 7
3.1.6. Ativos e Passivos Financeiros 8
3.1.7. Clientes e outros créditos a receber 8
3.1.8. Estado e outros entes públicos 9
3.1.9. Acréscimos e Diferimentos 9
3.1.10. Caixa e depósitos bancários 9
3.1.11. Capital Subscrito 10
3.1.12. Reserva Legal 10
3.1.13. Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio 11
3.1.14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 11
3.1.15. Matérias ambientais 12
3.1.16. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento 12
3.1.17. Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar 13
3.1.18. Rédito 13
3.1.19. Subsídios atribuídos 14
3.1.20. Benefícios dos empregados 14
3.1.21. Imposto sobre o rendimento do período 15
3.1.22. Eventos Subsequentes 16

3.1.23. Juízos de valor do órgão de gestão 16
3.1.24. Principais pressupostos relativos ao futuro 17
3.1.25. Principais fontes de incerteza das estimativas 17
3.2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e correções de erros de períodos anteriores 18
4. Fluxos de Caixa 18
5. Ativos fixos tangíveis 18
6. Ativos Intangíveis 19
7. Inventários 20
8. Clientes e Outros Créditos a Receber 21
9. Estado e outros entes públicos 22
10. Outros Investimentos Financeiros 22
11. Ativos por Impostos Diferidos 22
12. Diferimentos 23
13. Capitais Próprios 23
14. Provisões 24
15. Financiamentos 24
16. Fornecedores 25
17. Outras Dívidas a Pagar 25
18. Vendas e serviços prestados 25
19. Subsídios à exploração 26
20. Fornecimentos e Serviços Externos 26
21. Gastos com o Pessoal 26
22. Aumentos/reduções do justo valor 27
23. Outros Rendimentos 27
24. Outros Gastos e Perdas 27
25. Juros e gastos similares suportados 28

26. Juros e rendimentos similares obtidos 28
27. Imposto sobre o rendimento do período 28
28. Acontecimentos após a data do Balanço 29
29. Outras divulgações exigidas por diplomas legais 29
30. Outras Informações 29

1. Identificação da Entidade

A RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A, contribuinte número 505 542 331, é uma empresa intermunicipal, com sede na Rua da Fundação Calouste Gulbenkian, concelho de Mirandela, e que tem como atividade principal a recolha e gestão de resíduos urbanos dos municípios que a integram.

A Administração assegura que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelos Acionistas, na reunião de 11 de maio de 2026.

2. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras), com as alterações introduzidas pela Portaria 41/2025/1, de 17 de fevereiro;
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro); e
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo).

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.3. Outros Investimentos Financeiros

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se mensurados pelo seu justo valor, dado pela cotação do fundo respetivo, no caso da titularidade de algumas unidades de participação (Up) no Fundo de Investimento "CXG Obrigações", e pelo modelo do custo, no caso das contribuições de caráter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho. A sua detenção tem caráter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendida no decurso normal das operações da entidade.

3.1.4. Inventários

Dadas as particulares circunstâncias que estão na origem da formação/obtenção dos inventários de produtos da entidade, tais inventários são valorizados a partir dos respetivos preços de mercado em vigor no final de cada exercício, tendo, também, em conta a evolução de tais preços no período compreendido entre a data a que se reportam as contas e a data da sua preparação. Portanto, é acautelado o valor de recuperação dos inventários, por via da venda respetiva.

3.1.5. Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção:

- Inventários (ver a NCRF 18 - Inventários);
- Ativos provenientes de contratos de construção (ver a NCRF 19 - Contratos de Construção);
- Ativos por impostos diferidos (ver a NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento);
- Ativos por benefícios de empregados (ver a NCRF 28 - Benefícios dos Empregados);
- Ativos financeiros que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor (ver a NCRF 11 - Propriedades de Investimento)
- Ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação (ver a NCRF 17 - Agricultura); ou
- Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda de acordo com a NCRF 8 - Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Assim neste âmbito, a empresa avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

3.1.6. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo seu custo amortizado, sendo igual ao seu custo.

3.1.7. Clientes e outros créditos a receber

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº 27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do

valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring sem recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do Balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring com recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos Clientes a empresa de factoring tem o direito de reclamar à Empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no Balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade.

Neste caso, os valores recebidos da empresa de factoring são reconhecidos na rubrica "Financiamentos obtidos", assim como, caso exista, as letras descontadas e não vencidas.

3.1.8. Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é expetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.1.9. Acréscimos e Diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber e Outras dividas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.1.10. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo ou custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de ''Caixa e equivalentes de caixa'' compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Financiamentos obtidos".

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.1.11. Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital, o valor nominal de cada título (ação) e os seus respetivos titulares. A parte do capital subscrito, mas ainda por realizar encontra-se registado na rubrica do ativo "Capital subscrito e não realizado".

3.1.12. Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

3.1.13. Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a rubrica "7883 - Imputação de subsídios para investimentos", à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio.

Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio (a registar a crédito da conta 5931 - Subsídios atribuídos, por débito de meios financeiros líquidos ou de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores), deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a registar a débito da conta 592 - Ajustamentos em subsídios, por crédito de uma subconta da conta 278 - Outros Dividas a Pagar). Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto, sendo, então, debitada a conta 5931 - Subsídios atribuídos por crédito da conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos e creditada a conta 592 - Ajustamentos em subsídios por débito da subconta da conta 278 – Outras dívidas a pagar.

3.1.14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no

balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.1.15. Matérias ambientais

As provisões de caráter ambiental reconhecidas no balanço da entidade respeitam aos dispêndios que se estima que venham a ser efetuados com a selagem e monitorização do aterro sanitário.

A estimativa efetuada tem por base a área a selar, bem como a vida útil das diferentes células a selar, a qual se relaciona com o ritmo de deposição de RU. A este respeito, foi, em tempo oportuno, efetuado o estudo prospetivo referente à selagem a realizar no futuro, com base no qual foi efetuada a Provisão respetiva.

3.1.16. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial (Em substância superior a 1, 2…. Anos), caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir "ativos que se qualificam":

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia);
- Ativos intangíveis; e
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.1.17. Fornecedores, adiantamentos de clientes e outras dívidas a pagar

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº 27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

3.1.18. Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na

medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.1.19. Subsídios atribuídos

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Conforme referido na FAQ n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 15/04/2013, não existe qualquer diferença temporária tributável no caso da contabilização em capitais próprios de subsídios não reembolsáveis, mas existe lugar à contabilização de uma obrigação (um passivo), isto é, um crédito na rubrica "Outras dividas a pagar – não corrente" e um débito na rubrica "Outras variações em capitais próprios". Em função do reconhecimento do subsídio ao rendimento, esta obrigação reverte por contrapartida da rubrica "Outras dividas a pagar – não corrente"

No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

3.1.20. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de

alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.21. Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento reconhecido como gasto dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2022 a 2025 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expetativa atual de recuperação futura.

3.1.22. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.23. Juízos de valor do órgão de gestão

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuadamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expetativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais do período findo em 31 de dezembro de 2025 incluem:

- Análise às perdas por imparidade dos ativos;
- Registo de provisões; e
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.1.24. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.25. Principais fontes de incerteza das estimativas

Com a exceção que se ilustra de seguida, não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

A referida exceção está associada à verba que se encontra provisionada para a selagem e monitorização das células seladas e a selar do aterro sanitário, verba essa cujo quantitativo se entende por adequado. Porém, por força da eventual alteração significativa de variáveis que a entidade não controla, a magnitude de tal Provisão pode revelar-se insuficiente ou excedentária. Essas variáveis prendem-se com a eventual alteração significativa dos preços dos materiais utilizados na selagem e monitorização do aterro sanitário e nos preços do fator trabalho.

Acresce que a Resíduos do Nordeste entende que todas as estimativas, metodologia e posições que assumiu com incidência contabilística e fiscal no domínio do processo de selagem e monitorização das áreas já utilizadas e em utilização para a deposição dos resíduos em aterro, estão em sintonia com as regras fiscais ínsitas no Código do IRC.

Estão aqui em causa, sobretudo, considerações respeitantes à duração do período de vida útil das células em uso do aterro sanitário e ao timing do início do encerramento da exploração das referidas células.

3.2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e correções de erros de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas, das estimativas e não existiram correções de erros de períodos anteriores de valor material.

4. Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, os valores de disponibilidades são os valores a seguir discriminados:

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	625,77	200,04
Depósitos à ordem	2 440 849,87	2 223 734,38
Depósitos a prazo	3 784 300,87	1 584 300,87
Total de caixa e depósitos bancários	6 225 776,51	3 808 235,29

O Depósito bancário a prazo não mobilizável, cujo montante ascende, em 31/12/2025, a 84.300,87 €, foi dado como caução da garantia bancária prestada, associada à provisão de carácter ambiental.

5. Ativos fixos tangíveis

De seguida apresentamos a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações e as depreciações no início e no fim do período:

2025									
Descrição	**Terrenos e recursos naturais**	**Edifícios e outras construções**	**Equipamento básico**	**Equipamento de transporte**	**Equipamento administrativo**	**Equipamentos biológicos**	**Outros ativos fixos tangíveis**	**Investimentos em curso**	**Total**
Saldo em 01.01.2025	**128 454,37**	**5 500 503,38**	**5 297 237,34**	**857 120,92**	**22 665,76**	**-**	**-**	**-**	**11 805 981,77**
Adições	-	111 466,15	221 698,35	-	-	-	-	-	333 164,50
Alienações/correções/NC	-	26 217,22	62 095,95	-	-	-	-	-	88 313,17
Depreciações acumuladas									
Adições	-	603 133,14	951 650,85	182 274,24	4 534,24	-	-	-	1 741 592,47
Alienações	-	-	62 095,95	-	-	-	-	-	62 095,95
Saldo em 31.12.2025	**128 454,37**	**4 982 619,17**	**4 567 284,84**	**674 846,68**	**18 131,52**	**-**	**-**	**-**	**10 371 336,58**

2024									
Descrição	**Terrenos e recursos naturais**	**Edifícios e outras construções**	**Equipamento básico**	**Equipamento de transporte**	**Equipamento administrativo**	**Equipamentos biológicos**	**Outros ativos fixos tangíveis**	**Investimentos em curso**	**Total**
Saldo em 01.01.2024	**128 454,37**	**5 424 515,14**	**5 747 887,77**	**1 042 685,31**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12 343 542,59**
Adições	-	694 843,03	541 830,88	-	27 200,00	-	-	-	1 263 873,91
Alienações/correções/NC	-	56 297,99	-	-	-	-	-	-	56 297,99
Depreciações acumuladas									
Adições	-	562 556,80	992 481,31	185 564,39	4 534,24	-	-	-	1 745 136,74
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	**128 454,37**	**5 500 503,38**	**5 297 237,34**	**857 120,92**	**22 665,76**	**-**	**-**	**-**	**11 805 981,77**

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar. As depreciações no período de 2024 e de 2025 foram as seguintes:

	Depreciações do período	
Classe de ativos fixos tangíveis	2025	2024
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	603 133,14	562 556,80
Equipamento básico	951 650,85	992 481,31
Equipamento de transporte	182 274,24	185 564,39
Equipamento administrativo	4 534,24	4 534,24
Equipamento biológicos		
Total	1 741 592,47	1 745 136,74

6. Ativos Intangíveis

De seguida apresentamos a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

2025					
Descrição	**Programas de computador/ software informático**	**Propriedade industrial**	**Outros ativos intangíveis**	**Investimentos em curso**	**Total**
Saldo em 01.01.2025	**91 109,65**	**- 6 536,61**	**4 489,75**	**-**	**89 062,79**
Adições	20 724,75	-	-	-	20 724,75
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	- 6 536,61	6 536,61	-	-	
Amortizações acumuladas	-	-	-	-	
Adições	92 484,45	-		-	92 484,45
Alienações	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2025	**12 813,34**	**-**	**4 489,75**	**-**	**17 303,09**

2024					
Descrição	**Programas de computador/ software informático**	**Propriedade industrial**	**Outros ativos intangíveis**	**Investimentos em curso**	**Total**
Saldo em 01.01.2024	**181 708,59**	**5 581,24**	**4 489,75**	**-**	**191 779,58**
Adições	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas					
Adições	90 598,94	12 117,85		-	102 716,79
Alienações/ajustamentos	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	**91 109,65**	**- 6 536,61**	**4 489,75**	**-**	**89 062,79**

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a amortização é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Classificação das rubricas de inventários	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	135 900,15	139 475,87
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-
	135 900,15	139 475,87
Perdas por imparidade	-	-
Total	135 900,15	139 475,87

A Variação da Produção no exercício de 2024 e 2025 foi a seguinte:

Descrição	2025 Subprodutos, despredícios, residuos e refugo	2025 Total	2024 Subprodutos, despredícios, residuos e refugo	2024 Total
Inventário inicial	139 475,87	**139 475,87**	101 041,52	**101 041,52**
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Inventário final	135 900,15	**135 900,15**	139 475,87	**139 475,87**
Variação nos inventários na Produção	**-3 575,72**	**-3 575,72**	**38 434,35**	**38 434,35**

8. Clientes e Outros Créditos a Receber

Os clientes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentavam a seguinte decomposição:

Clientes	Períodos 31/12/2025	Períodos 31/12/2024
Clientes c/c - saldos devedores	2 432 053,42	2 573 556,25
Clientes de cobrança duvidosa	1 402 856,70	465 704,75
Total de clientes (valor antes das imparidades)	3 834 910,12	3 039 261,00
Perdas por imparidade acumuladas	- 1 402 856,70	- 465 704,75
Total líquido de clientes	**2 432 053,42**	**2 573 556,25**

Adiantamentos de Clientes	Períodos 31/12/2025	Períodos 31/12/2024
Adiantamento de Clientes		1 000,00
Total de adiantamentos	-	1 000,00

Em 2025 reconheceu-se a imparidade da dívida da Associação de Municípios da Terra Quente num montante de 937.151,95 €. Neste momento está a ser equacionado a entrada de um processo judicial tendo em vista a sua cobrança.

Os Outros Créditos a Receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentavam a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber	31/12/2025 Não corrente	31/12/2025 Corrente	31/12/2025 Total	31/12/2024 Não corrente	31/12/2024 Corrente	31/12/2024 Total
Devedores por acréscimos de rendimentos		950,31	**950,31**		777 102,50	**777 102,50**
Outros		132 934,23	**132 934,23**		445 598,75	**445 598,75**
Perdas por imparidade acumulada	-	**133 884,54**	**133 884,54**	-	**1 222 701,25**	**1 222 701,25**
Total	-	**133 884,54**	**133 884,54**	-	**1 222 701,25**	**1 222 701,25**

9. Estado e outros entes públicos

O Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2025			31/12/2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ativo:						
Imposto sobre o valor acrescentado		199 539,25	199 539,25		1 458 497,89	1 458 497,89
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		0,00	0,00		49 952,38	49 952,38
Total ativo	-	**199 539,25**	**199 539,25**	-	**1 508 450,27**	**1 508 450,27**
Passivo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		175 161,62	175 161,62	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		5 876,44	5 876,44		4 859,43	4 859,43
Caixa Geral de Aposentações		1 011,47	1 011,47		990,18	990,18
Contribuições para a segurança social		7 664,25	7 664,25		7 501,99	7 501,99
Outros		1 666 828,65	1 666 828,65		1 253 731,90	1 253 731,90
Total do passivo	-	**1 856 542,43**	**1 856 542,43**	-	**1 267 083,50**	**1 267 083,50**

10. Outros Investimentos Financeiros

A rubrica de Outros Investimentos Financeiros apresenta a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

Descrição dos investimentos financeiros	Saldo inicial em 01.01.2025	Aumentos			Diminuições			Saldo final em 31.12.2025
		Aquisições	Variações de justo valor	Total dos aumentos	Alienações e/ou Imparidades	Variações de justo valor	Total dos diminuições	
Fundos - CXG Rendimento	248 758,24	0,00	6 761,09	6 761,09			0,00	255 519,33
Fundo de Compensação no Trabalho	2 812,44			0,00			0,00	2 812,44
Total ao modelo do custo	**251 570,68**	**0,00**	**6 761,09**	**6 761,09**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**258 331,77**

Descrição dos investimentos financeiros	Saldo inicial em 01.01.2024	Aumentos			Diminuições			Saldo final em 31.12.2024
		Aquisições	Variações de justo valor	Total dos aumentos	Alienações e/ou Imparidades	Variações de justo valor	Total dos diminuições	
Fundos - CXG Rendimento	237 315,61	0,00	11 442,63	11 442,63			0,00	248 758,24
Fundo de Compensação no Trabalho	2 812,44	0,00		0,00			0,00	2 812,44
Total ao modelo do custo	**240 128,05**	**0,00**	**11 442,63**	**11 442,63**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**251 570,68**

Em 31 de dezembro de 2025 o Fundo de Compensação no Trabalho foi reconhecido na rubrica de "Outros Créditos a Receber" no ativo corrente de acordo com a recomendação da Comissão de Normalização Contabilística.

11. Ativos por Impostos Diferidos

A rubrica de Ativos por Impostos Diferidos apresenta a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

Ativos por impostos diferidos	Movimentos			
	31/12/2024	Aumentos	Reduções	31/12/2025
Provisões	126 000,00	-	-	**126 000,00**
Total	**126 000,00**	**-**	**-**	**126 000,00**

Ativos por impostos diferidos	Movimentos			
	31/12/2023	Aumentos	Reduções	31/12/2024
Provisões	126 000,00	-	-	**126 000,00**
Total	**126 000,00**	**-**	**-**	**126 000,00**

12. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos apresenta a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	24 139,34	21 890,77
Outros	1 514,98	1 356,38
Total	25 654,32	23 247,15
Passivos:		
Outros	101 089,48	116 588,62
Total	101 089,48	116 588,62

13. Capitais Próprios

O Capital Social subscrito e totalmente realizado ascende a 50.000,00€ e é detido pelos Municípios que compõem as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT), da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT) e pela Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS).

As Reservas Legais cumprem o disposto no art.º 295, nº1 do CSC e apresentam o valor de 52.230,87€.

De seguida apresentamos as variações ocorridas nas rubricas de Capital Próprio em 2025 e 2024:

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	50 000,00	52 230,87	6 147 420,68	-	7 178 695,15	188 823,23	13 617 169,93
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	188 823,23	- 19 511,78	- 1 024 215,49	- 188 823,23	- 1 043 727,27
	-	-	188 823,23	- 19 511,78	- 1 024 215,49	- 188 823,23	- 1 043 727,27
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						3 748,32	3 748,32
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	50 000,00	52 230,87	6 336 243,91	- 19 511,78	6 154 479,66	3 748,32	12 577 190,98

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	50 000,00	52 230,87	5 785 032,81	8 320 695,89	362 387,87	14 570 347,44
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	362 387,87	- 1 142 000,74	- 362 387,87	- 1 142 000,74
	-	-	362 387,87	- 1 142 000,74	- 362 387,87	- 1 142 000,74
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	188 823,23	188 823,23
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	50 000,00	52 230,87	6 147 420,68	7 178 695,15	188 823,23	13 617 169,93

14. Provisões

Em 31 de dezembro 2024 e de 2025 a rubrica de "provisões" apresentava a seguinte composição:

Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Utilização	Reversão	Saldo final
Processos judiciais em curso	12 306,00	-	-12 306,00	-	-
Matérias ambientais	1 773 035,71	-	-	-	1 773 035,71
Total	1 785 341,71	-	-12 306,00	-	1 773 035,71

Este valor é referente aos dispêndios que se estima que venham a ser efetuados com a selagem e a monitorização do aterro sanitário. De referir que esta estimativa foi integralmente provisionada até ao período de 2016 uma vez que se estima que este montante seja o suficiente para fazer face aos futuros encargos. Por fim, de notar que deste montante total existe um valor de € 600.000,00 que não foi fiscalmente aceite pela AT o que deu origem ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos de € 126.000,00 no ano de 2018.

15. Financiamentos

Em 31 de dezembro 2024 e de 2025 a rubrica de "financiamentos" apresentava a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos (ADC)	-	65 286,67	65 286,67	65 286,66	126 884,81	192 171,47
Totais	-	65 286,67	65 286,67	65 286,66	126 884,81	192 171,47

16. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores apresenta a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores c/c	855 201,03	1 005 204,06
Fornecedores - Retenção Garantia	152 880,95	149 679,50
Totais	**1 008 081,98**	**1 154 883,56**

17. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica de Outras Dívidas a Pagar apresenta a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Fornecedores de investimento		100 319,54	100 319,54		209 737,76	209 737,76
Remunerações a liquidar (previsões)		64 288,89	64 288,89		61 881,01	61 881,01
Juros a liquidar		420,42	420,42		1 237,48	1 237,48
Outros acréscimos de gastos		736 358,93	736 358,93		1 236 827,89	1 236 827,89
Imposto relacionado com os subsídios	1 363 644,33	272 415,98	1 636 060,31	1 573 323,99	319 253,28	1 892 577,27
Saldos credores de clientes		4 286,14	4 286,14		11 772,07	11 772,07
Outros		5,68	5,68		9,05	9,05
Totais	**1 363 644,33**	**1 178 095,58**	**2 541 739,91**	**1 573 323,99**	**1 840 718,54**	**3 414 042,53**

18. Vendas e serviços prestados

No exercício da sua atividade corrente/normal, a Resíduos do Nordeste presta serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos aos municípios que integram aquelas Associações de Municípios, os quais representam boa parte de tal atividade.

As rubricas de vendas e serviços prestados apresentam a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	31/12/2025				31/12/2024			
	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo	Total
Vendas								
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P.Acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos	2 314 613,61	0,00	0,00	2 314 613,61	1 363 199,14	0,00	0,00	1 363 199,14
Total	**2 314 613,61**	**0,00**	**0,00**	**2 314 613,61**	**1 363 199,14**	**0,00**	**0,00**	**1 363 199,14**
Prestação de serviços	8 407 162,92	0,00	0,00	8 407 162,92	8 234 363,25	0,00	0,00	8 234 363,25
Volume de negócios	**10 721 776,53**	**0,00**	**0,00**	**10 721 776,53**	**9 597 562,39**	**0,00**	**0,00**	**9 597 562,39**
Juros				0,00				0,00
Royalties				0,00				0,00
Dividendos				0,00				0,00
Rédito	**10 721 776,53**	**0,00**	**0,00**	**10 721 776,53**	**9 597 562,39**	**0,00**	**0,00**	**9 597 562,39**

19. Subsídios à exploração

A rubrica de subsídios à exploração apresenta a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

Descrição	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
POCTEP - Valorcomp	1 573,88	-
POSEUR - Recolha Seletiva PaP	-	1 291,15
POSEUR - Recolha Seletiva de Biorresíduos	-	1 705,70
Projeto GREENValue	22 303,50	398,29
Total	**23 877,38**	**3 395,14**

20. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos	8 381 785,49	7 892 028,96
Serviços especializados	328 192,76	333 521,48
Materiais	38 064,85	39 085,16
Energia e fluidos	312 982,59	291 859,38
Deslocações, estadas e transportes	7 156,82	4 982,18
Serviços diversos	79 176,73	91 848,34
Total	**9 147 359,24**	**8 653 325,50**

21. Gastos com o Pessoal

A rubrica de Gastos com o Pessoal apresenta a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração do pessoal	370 869,14	354 894,99
Encargos sobre remunerações	84 260,49	81 020,15
Seguros	6 823,58	6 385,38
Outros gastos com pessoal	18 208,53	13 829,11
Total	**480 161,74**	**456 129,63**

No período a que se referem as demonstrações financeiras a empresa teve 12 trabalhadores em média.

22. Aumentos/reduções do justo valor

A rubrica de Aumentos/reduções do justo valor apresenta a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Ganhos por aumento de justo valor:	6 761,09	11 442,63
Total dos ganhos	6 761,09	11 442,63
Perdas por redução de justo valor:		
Em investimentos financeiros		
Total das perdas	0,00	0,00
Total dos aumentos menos as reduções de justo valor	6 761,09	11 442,63

23. Outros Rendimentos

A rubrica de Outros Rendimentos apresenta a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos suplementares	6 397,68	27 957,42
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	15 553,00	4 351,83
Subsídios não reembolsáveis	1 433 768,29	1 520 253,70
Outros	435 985,87	33 954,52
Total	1 891 704,84	1 586 517,47

O valor mais relevante nesta rubrica (€ 1.433.768,29) diz respeito à imputação dos subsídios atribuídos para a aquisição de ativos fixos e intangíveis depreciáveis a rendimentos do exercício, na proporção das depreciações/amortizações efetuadas no próprio exercício relativas aos ativos financiados.

24. Outros Gastos e Perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 2025 é conforme se segue:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	9 973,02	8 853,07
Correções relativas a períodos anteriores	-	381,02
Donativos	1 500,00	1 500,00
Quotizações	17 244,36	16 748,36
Outros	66 086,59	10 117,47
Total	94 803,97	37 599,92

25. Juros e gastos similares suportados

A decomposição da rubrica de "Juros e gastos similares suportados" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 2025 é conforme se segue:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Juros suportados	5 393,95	10 188,55
Total	5 393,95	10 188,55

26. Juros e rendimentos similares obtidos

A decomposição da rubrica de "Juros rendimentos similares obtidos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 2025 é conforme se segue:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Juros obtidos	60 043,74	-
Total	60 043,74	-

27. Imposto sobre o rendimento do período

A rubrica de "imposto sobre o rendimento do período" apresenta a seguinte estimativa de imposto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 2025:

Imposto	Períodos	
	31/12/2025	31/12/2024
Estimativa de imposto	217 403,55	31 125,62
Total	217 403,55	31 125,62

28. Acontecimentos após a data do Balanço

A administração não detetou acontecimentos após a data de encerramento das contas e até à data da prestação de contas que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequência na informação financeira futura.

Todavia, o facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras e, em particular, o mais recente ataque ao Irão, o qual desencadeou uma subida exponencial dos preços do petróleo e do gás com repercussões imediatas em todas as cadeias de abastecimento, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo tem-se traduzido em níveis de incerteza e instabilidade, com repercussão na atividade do comércio internacional.

Apesar do facto anteriormente descrito afetar a performance económico-financeira da entidade, a administração da sociedade não prevê que tal facto coloque em causa a continuidade das operações e o normal desenvolvimento das suas atividades.

29. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

1 - Os honorários do Fiscal único nos anos de 2025 e 2024 foram de 5.136,00€ e € 5.016,00, respetivamente.

2 – À data de 31 de dezembro de 2025 não existiam quaisquer dívidas às Finanças, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e trabalhadores.

3 - No imposto apurado em 2025 foi utilizado o regime fiscal do incentivo à capitalização das empresas (ICE) que possibilita a dedução dos aumentos líquidos do capital próprio na determinação do lucro tributável, tratando-se de uma dedução ao lucro tributável em oposição aos outros benefícios que são uma dedução à coleta. Com este benefício a empresa obteve uma poupança de imposto de € 11.708,14.

30. Outras Informações

A entidade no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 alcançou o Resultado Líquido positivo de € 3.748,32 o qual se propõe a ser aplicado na rubrica de "Outras Reservas".

A Administração e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2025, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros.

Mirandela, 11 de maio de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO Nº

63736

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

EXERCÍCIO DE 2025

Ex.mos Senhores Acionistas

Introdução

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A.** relativamente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Trabalhos Efetuados

2. No decurso do exercício prosseguiu o Fiscal Único com a periodicidade julgada necessária e conveniente, por amostragem, à análise e apreciação dos registos e procedimentos contabilísticos inteirando-se da evolução da gestão social.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas, em anexo, bem como o Relatório de Acompanhamento e Recomendações da Auditoria, endereçado ao Conselho de Administração e aos acionistas, nos termos das obrigações de vigilância e fiscalização previstas no Código das Sociedades Comerciais.

Âmbito

4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
   i) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
   ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
   iii) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos; e
   iv) A proposta de aplicação de resultados tem claro fundamento.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

Parecer

5. Tudo devidamente ponderado, designadamente o que contém a Certificação Legal de Contas, somos de parecer favorável que a Assembleia:
   a) Delibere sobre a aprovação do Relatório de Gestão, do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração de Alterações no Capital Próprio, da Demonstração de Fluxos de Caixa e do Anexo relativos ao exercício de 2025 apresentados pelo Conselho de Administração;
   b) Delibere sobre a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido apresentada pelo Conselho de Administração; e
   c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

O Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e a todos os serviços da empresa a colaboração prestada.

Bragança, 11 de maio de 2026

O FISCAL ÚNICO

Fernando Peixinho & Associado, S.R.O.C., Lda.
(n.º 92 e registada na CMVM com o n.º 2016-1419)
Representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues
(ROC n.º 1047 e registado na CMVM com o n.º 2016-0660)

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 19.922.967 euros e um total de capital próprio de 12.577.191 euros, incluindo um resultado líquido de 3.748 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Apesar da divulgação na nota 8 do anexo, a perda por imparidade que foi reconhecida este ano, no valor global de € 937.151,95, diz respeito a uma dívida da Associação de Municípios da Terra Quente e é relativa a juros moratórios debitados no período de 2011 a 2016. Apesar de não haver alterações no total do capital próprio, por se tratar de resultados gerados em períodos anteriores ao de relato, a mesma deveria ter sido reconhecida em resultados transitados.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016 - 1419

O facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras e, em particular, o mais recente ataque ao Irão, o qual desencadeou uma subida exponencial dos preços do petróleo e do gás com repercussões imediatas em todas as cadeias de abastecimento, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo tem-se traduzido em níveis de incerteza e instabilidade, com repercussão na atividade do comércio internacional. Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo, no entanto, possível prever o impacto nas demonstrações financeiras da entidade para o ano em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016 - 1419

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016 - 1419

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Bragança, 11 de maio de 2026

Fernando Peixinho & Associado, S.R.O.C., Lda.
(n.º 92 e registada na CMVM com o n.º 2016-1419)
Representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues
(ROC n.º 1047 e registado na CMVM com o n.º 2016-0660)

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016 - 1419

ATA DE APROVAÇÃO

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A., REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2026.....

No dia 11, do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e seis, pelas 14 horas e trinta minutos, na Sede da resíduos do Nordeste, em Mirandela, realizou-se a reunião n.º 3/2026 do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal, S.A., com o número de Identificação de Pessoa Coletiva 505 542 331, e sede social sita na Rua Fundação Calouste Gulbenkian, em Mirandela, estando presentes o Presidente do Conselho de Administração, João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves, e os Vogais Isabel Cristina Fernandes Rodrigues Ferreira e António Joaquim Pimentel. Esteve ainda presente o Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., Paulo José Gomes Monteiro Praça.....

A reunião foi convocada pelo Ofício n.º 17, de 07.05.2026. .....

Iniciada a reunião à hora prevista, foi lida a Ordem de Trabalhos, aprovada por unanimidade:...

Ponto único: Apreciação e deliberação do Relatório e Contas 2025.....

Passou-se de seguida à discussão da Ordem de Trabalhos: .....

APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS 2025: .....

O Conselho de Administração tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório e Contas 2025, da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. .....

E não havendo mais nada a tratar, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, a qual vai ser assinada nos termos legais pelos membros presentes e pelo Diretor-Geral. .....

O Presidente do Conselho de Administração,

(João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves)

Os Vogais,

(Isabel Cristina Fernandes Rodrigues Ferreira)

(António Joaquim Pimentel)

O Diretor Geral,

(Paulo José Gomes Monteiro Praça)

Resíduos do Nordeste, EIM

Rua Fundação Calouste Gulbenkian • 5370-340 MIRANDELA

Tel.: 278 201 570 • Fax: 278 261 897 • E-mail: geral@residuosdonordeste.pt

WWW.residuosdonordeste.pt

Sócio fundador:

ESGRA
Associação para a Gestão de Resíduos

MIRANDELA



Relatório de Gestão

Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A.

e

Matadouro Industrial do Cachão, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

"Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M., S.A."

2025



Conselho de Administração

2026-04-29

ÍNDICE

Introdução 3

Estrutura Acionista, Empresas Participadas e Corpos Sociais da A.I.N..... 4

Atividade da A.I.N..... 5

Indicadores financeiros..... 6

Recursos Humanos da A.I.N.:..... 10

O Futuro da AIN..... 10

Conclusão..... 11

Participação de Acionistas.....12

Introdução

O Complexo Agro-Industrial do Cachão situa-se na Terra Quente Transmontana, na aldeia do Cachão, concelho de Mirandela, na confluência com o concelho de Vila Flor, a cerca de 11 Km da cidade de Mirandela e a 9 Km de Vila Flor. O acesso ao Complexo faz-se pela EN 213 e está próximo do IC5 e dos nós do IP2 e da A4.

O desenvolvimento de um concelho depende, em grande escala, da sua estrutura económica. Uma economia local dinâmica, geradora de emprego e riqueza promove igualmente o desenvolvimento social e cultural. A promoção do desenvolvimento local é uma das atribuições dos municípios, que deverão implementar políticas que levem à melhoria das condições de vida dos munícipes, designadamente, incentivando atividades geradoras de riqueza, que criem postos de trabalho que fixem as populações no seu território.

É neste contexto que a A.I.N. – Agro - Industrial do Nordeste EIM, SA contínua, enquanto empresa participada dos municípios de Mirandela e de Vila Flor, a ter um papel fundamental no apoio às empresas instaladas no Complexo Agro - Industrial do Cachão, bem como na gestão do espaço.

A realidade empresarial atual, marcada pela competitividade, por mercados globais e pela rápida evolução tecnológica, é cada vez mais exigente e procura fixar-se onde haja condições para o desenvolvimento da atividade empresarial sem o mínimo de constrangimentos. Cabe à Administração da A.I.N. – Agro - Industrial do Nordeste EIM, SA evoluir no sentido de continuar a definir estratégias que criem condições para atrair mais empresas, para que o tecido empresarial se fixe, se desenvolva e volte a pulsar o que foi outrora o Complexo Agro - Industrial do Cachão.

Considerando o disposto no artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), que determina que os membros da administração devem submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos ao exercício anual, com o encerramento do exercício de 2025 devem ser elaborados os seus relatórios e contas. Uma das peças que compõe o relatório de contas é o relatório de gestão.

O Conselho de Administração é o órgão que reúne melhores condições de conhecer a atividade da empresa bem como os objetivos e limitações futuras, pelo que lhe cabe exclusivamente a responsabilidade da elaboração do relatório de gestão.

Dando cumprimento à obrigatoriedade de reporte aos acionistas em Assembleia Geral de Prestação de Contas, e como forma de descrever algumas situações vertidas nas demonstrações financeiras e outras que nelas não constam, é elaborado o presente relatório.

Com o presente documento pretende-se efetuar um relato de suporte à análise das demonstrações financeiras de forma a relevar as principais incidências dignas de registo.

Estrutura Acionista, Empresas Participadas e Corpos Sociais da A.I.N.

O Conselho de Administração é constituído por:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Manuel António Alves Miranda

Secretário – José Manuel Teixeira Alexandre

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – Orlando Ferreira Pires

Vogal – Michel Lima Monteiro

Vogal – Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS FERNANDO PEIXINHO & ASSOCIADO – SROC, LDA

Representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues

ROC n.º 1047. NIF: 176754997

Fiscal único

José Alberto Figueira da Fonseca Lima

ROC n.º 1075. NIF: 115408282

Fiscal único suplente

A estrutura acionista da A.I.N. – Agro - Industrial do Nordeste EIM, S.A., mantém-se com as Câmaras Municipais de Mirandela e Vila Flor a deter igualmente 49,10% cada, sendo detentoras da quase totalidade do capital social da sociedade.

Acionistas	Ações	Valor	Percentagem
Câmara Municipal de Mirandela	1021360	1.021.360,00	49,1038
Câmara Municipal de Vila Flor	1021360	1.021.360,00	49,1038

IDARN	29776	29.776,00	1,4315
Aucama	4010	4.010,00	0,1928
Agência de Viagens 2000	1655	1.655,00	0,0796
José Manuel Carreira Vivas	897	897,00	0,0431
Rolvenor	26	26,00	0,0013
Alberto Marcolino Pires Prada	212	212,00	0,0102
Felisberto Fernandes Marrão	115	115,00	0,0055
Augusto Lopes Fidalgo	589	589,00	0,0283
TOTAL	2.080.000	2.080.000,00	100,00

A A.I.N. – Agro - Industrial do Nordeste, mantém a participação de 100% do Matadouro Industrial do Cachão.

Análise da Atividade

A atividade da A.I.N. – Agro - Industrial do Nordeste EIM, S.A., cada vez mais limitada, tem como principal missão gerir o condomínio empresarial, já que, as condições atuais não permitem a fixação de mais empresas.

Na promoção do património imobiliário para atividades económicas, existem alguns constrangimentos na regularização das vendas com celebração de contrato promessa, concretamente:

- Lote 3: Bionordeste, ficou totalmente destruído pelo incêndio. Atualmente só existem partes da estrutura original, tais como os pilares e pavimento. O atual estado do imóvel não reúne quaisquer condições para formalizar a venda pelos valores acordados à data. Uma das soluções já analisadas é o possível regresso da propriedade à AIN – Agro - Industrial do Nordeste, para que se possa proceder à limpeza do espaço e posterior disponibilização a eventuais investidores.

- Lote 12: Soduol, a edificação existente neste espaço foi a cargo da própria sociedade, que nunca escriturou a compra do terreno. Os sócios mostraram interesse em regularizar a situação e, para este efeito, foi pedido uma reavaliação do Valor Patrimonial Tributário. Inicialmente o VPT era de aproximadamente 224.000 euros e, após o deferimento da reavaliação, passou para 21.650 euros. O único constrangimento neste momento é a hipoteca existente sobre este imóvel, que já foi impugnada pelos sócios gerentes da Soduol.

- Lote 17: Restaurante Fontes, a fração B deste lote continua a ser negociada. Foi definido um prazo para

regularização da situação, que foi ultrapassado e sem qualquer decisão. É necessário avaliar de que forma de procede ao regresso da propriedade à AIN – Agro - Industrial do Nordeste.

- Lote 18, LRTM Lda, ainda que o laboratório tenha a sua atividade suspensa, o contrato de arrendamento continua válido e as rendas a serem pagas.

- Lote 20: STABLE4EVER, LDA, uma sociedade que se dedica à transformação do bagaço de azeitona em biomassa, para caldeiras industriais. Também realizou investimentos na cobertura e limpeza do espaço. Em finais de 2023 elaborou uma candidatura, a fundos públicos, para a renovação dos equipamentos e aumento da capacidade produtiva. No exercício de 2025 constatou-se que a candidatura não foi submetida e não há sinais de qualquer atividade a decorrer. Por existirem rendas em atraso, irá ser formalizada a rescisão do contrato.

- Lote 27, rés do chão, MPAIVA, LDA, uma sociedade que se dedica à construção de condutas de ar para espaços industriais, bem como componentes de aparelhos de ar condicionado. Emprega 15 funcionários a tempo inteiro e, investiu aproximadamente 14.000 €, em 2022, na requalificação do espaço. As benfeitorias, no término do contrato, passam a constituir parte integrante do locado, sem a possibilidade de o locatário exigir qualquer indemnização ou retenção.

- Lote 28, que é explorado há muitos anos pela sociedade Lanor, Lda., e que mantém a atividade de lavagem da lã.

Em 2025, a AIN – Agro - Industrial do Nordeste manifestou um desempenho económico inferior ao obtido no período de 2024, ainda assim, consolidando os objetivos estratégicos de redução dos custos operacionais.

A atividade operacional da sua participada MIC – Matadouro Industrial do Cachão, continua a estar materializada na AIN – Agro - Industrial do Nordeste, por força das penhoras acionadas pelo principal credor, Pedro Barradas. Houve contactos com o credor, que pretende reunir para avaliar a resolução da dívida.

Indicadores Financeiros

O exercício de 2025 registou um nível de EBITDA negativo. O comportamento registado em 2024 e 2025 foi o seguinte:

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, S.A.

Unit Euro — Real

Profit & Loss	Janeiro 24	Fevereiro 24	Março 24	Abril 24	Maio 24	Junho 24	Julho 24	Agosto 24	Setembro 24	Outubro 24	Novembro 24	Dezembro 24	Espec/Regularizações	Acumulado 24
EBITDAR	911	(32 369)	3 918	(18 052)	1 972	(34 426)	14 657	(4 462)	(28 773)	4 348	(41 471)	(2 928)	5 349	(131 325)
Provisões / (Reversões)														
Subsídio à Exploração												200 000		68 675
Adjusted EBITDA														68 675

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, S.A.

Unit: Euro — Real

Profit & Loss	Janeiro 25	evereiro 2	Março 25	Abril 25	Maio 25	Junho 25	Julho 25	Agosto 25	Setembro 25	Outubro 25	ovembro 2	Dezembro 25	Espec/Reg. 25	Acumulado 25
EBITDAR	(38 392)	(25 202)	(10 217)	(14 546)	(9 873)	(44 842)	(7 757)	(18 285)	(5 728)	(50 384)	(40 530)	(10 601)	9 374	(266 984)
Provisões / (Reversões)														
Subsídio à Exploração	200 000													200 000
Adjusted EBITDA														(66 984)

O EBITDA registado em 2024 foi de 68.675 euros. Para 2025 o EBITDA fixou-se em - 66.984 euros.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o volume de negócios e outros rendimentos é detalhado conforme se segue:

2025

Unit: Euro

Rendimentos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
Vendas	3 050	5 880	8 608	8 515	8 664	9 000	10 114	3 341	8 458	8 688	2 215	6 764	83 297
Prestação de Serviços	12 847	29 797	44 554	48 586	43 524	44 912	48 934	61 084	45 010	37 132	43 109	51 408	510 896
Outros Rendimentos e Ganhos	4 298	3 684	3 186	3 100	2 815	2 756	4 044	2 679	2 814	3 528	4 950	4 736	42 590
Total Rendimentos	**20 195**	**39 362**	**56 348**	**60 201**	**55 003**	**56 668**	**63 091**	**67 104**	**56 281**	**49 347**	**50 274**	**62 909**	**636 783**

2024

Unit Euro

Rendimentos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
Vendas	12 836	10 793	14 036	13 866	13 798	10 140	14 238	9 843	7 691	11 437	10 087	8 835	137 599
Prestação de Serviços	37 297	33 425	50 458	43 539	47 811	43 506	61 546	52 452	45 883	48 728	44 197	56 419	565 261
Outros Rendimentos e Ganhos	3 274	3 274	3 274	3 274	3 369	3 134	3 120	2 885	3 120	5 937	8 227	6 253	49 141
Total Rendimentos	**53 406**	**47 492**	**67 768**	**60 679**	**64 978**	**56 780**	**78 904**	**65 180**	**56 693**	**66 102**	**62 511**	**71 507**	**752 001**

O exercício de 2025 registou um total de vendas e prestação de serviços de € 594.193, valor muito inferior ao de 2024, concretamente, de € 702.860. No que tange às rendas, o rédito total foi de € 30.281 em 2025 e de € 37.770 em 2024, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Acumulado	2025		2024					
Descrição	Qnt. Cabeça	Peso Frio	Qnt. Cabeça	Peso Frio	Valor 2025	Valor 2024	Diferença	Variação
Rendas - AIN					30 281,14	37 770,70	-7 489,56	-19,83%
Água -AIN					8 318,69	8 094,62	224,07	2,77%
Taxa Circa					46 929,71	55 978,03	-9 048,32	-16,16%
Peles e Couros					66 487,68	102 721,61	-36 233,93	-35,27%
Desmancha e Embal					7 456,94	9 300,19	-1 843,25	-19,82%
Subprodutos M3					29 889,60	33 223,74	-3 334,14	-10,04%
Bovinos	5345	1 269 352	7087	1 626 804	387 710,05	410 415,15	-22 705,10	-5,53%
Ovinos Cordeiros	2677	16923	6578	40 221	10 102,48	25 741,44	-15 638,96	-60,75%
Ovinos Borregos	6631	49165	4895	40 665	29 204,01	27 251,65	1 952,36	7,16%
Ovinos Ovelhas					0,00	0,00	0,00	
Caprinos Cabritos	2295	11983	2191	11 328	8 939,32	9 050,91	-111,59	-1,23%
Leitões	2508	18307	2505	17 969	11 468,40	11 459,28	9,12	0,08%
Suínos	0	0	300	48 278	0,00	16 771,12	-16 771,12	-100,00%
					636 788,02 €	747 778,44 €	-107 996,12 €	-14,50%

No quadro apresentando é possível verificar que em 2025 houve uma considerável diminuição na receita com as peles de bovinos, que resulta da constante desvalorização do produto e, com a receita do abate de bovinos, tendo-se verificado uma diminuição de efetivos para abate em 1742 unidades.

Em 2025, prosseguiu-se o esforço de otimizar toda a estrutura da empresa, no entanto, verificamos que o défice de exploração é cada vez maior e, inevitável, face à conjuntura presente. Foi possível ao longo do exercício de 2025 melhorar o controlo e a eficiência dos custos de produção, que se traduziu numa significativa redução dos mesmos. Não obstante, por força da rubrica de "Outros Gastos e Perdas" o total da classe de gastos, foi superior ao verificado em 2024. O seguinte quadro apresenta os gastos e os rendimentos, a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, conforme:

AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, EIM, SA

2025

Profit & Loss	Janeiro 25	evereiro 2!	Março 25	Abril 25	Maio 25	Junho 25	Julho 25	Agosto 25	Setembro 25	Outubro 25	lovembro 2	Dezembro 25	Espec/Reg. 25	Acumulado 25
Vendas	3 050	5 880	8 608	8 515	8 664	9 000	10 114	3 341	8 458	8 688	2 215	6 764		83 297
Prestação de Serviços	12 847	29 797	44 554	48 586	43 524	44 912	48 934	61 084	45 010	37 132	43 109	51 408		510 896
Outros Rendimentos e Ganhos	4 298	3 684	3 186	3 100	2 815	2 756	4 044	2 679	2 814	3 528	4 950	4 736		42 590
Contrato Programa	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667		200 000
Total Rendimentos	36 861	56 028	73 014	76 868	71 670	73 335	79 758	83 770	72 948	66 014	66 941	79 576		836 783
Growth Rate	-34,97%	-12,67%	-13,53%	-0,62%	-12,22%	-0,15%	-16,55%	2,35%	-0,56%	-20,24%	-15,46%	-10%		
Fornecimento e Serviços Externos	11 406	26 347	28 843	28 691	26 176	30 009	29 631	28 340	21 580	25 361	29 367	32 223		317 973
Trabalhos Especializados	1 946	1 853	2 734	3 417	3 838	5 623	4 590	3 090	3 289	1 513	3 557	5 329		40 779
Conservação e Reparação	3 501	10 084	6 204	5 974	863	2 673	1 696	4 814	639	5 065	8 204	3 061		52 777
Serviços Bancários	16	16	16	16	16	16	17	16	16	16	16	16		193
Materiais	1 990	1 334	1 094	159	3 170	2 504	6 154	2 496	2 273	3 300	2 299	1 342		28 116
Energia e Fluidos		9 573	16 525	16 156	13 712	16 108	14 315	14 245	12 248	12 568	12 698	19 208		157 355
Eletricidade		5 481	9 392	5 730	5 459	6 680	6 098	6 916	5 700	5 655	6 690	12 205		76 005
Combustíveis		1 788	2 053	2 958	1 154	2 911	2 404	2 317	2 197	1 983	1 077	2 583		23 425
Gás		2 305	5 080	7 469	7 099	6 517	5 813	5 012	4 351	4 930	4 930	4 420		57 925
Deslocações e Estadas	5	753	513	613	451	463	810	738	462	500	657	1 044		7 006
Serviços Diversos	3 948	2 734	1 757	2 356	4 126	2 623	2 049	2 942	2 653	2 399	1 936	2 224		31 747
														-
Gastos com Pessoal	47 045	37 961	37 722	38 135	38 051	70 042	37 662	44 737	40 429	63 997	61 364	33 671	(11 547)	517 145
AIN	7 817	7 478	7 401	7 814	7 627	13 329	8 448	7 401	8 065	15 391	6 364	3 281	(11 547)	88 869
MIC	39 228	30 483	30 320	30 320	30 424	56 713	29 214	37 335	32 365	48 606	55 000	30 390		450 399
														-
Outros Gastos e Perdas	136	256	0	7 922	649	1 460	3 555	12 313	-	10 373	72	7 617	2 173	46 454
Impostos e Taxas	136	256	0	7 922	649	91	3 492	8 848		9 714	55	4 115		35 278
Multas e Penalidades	-					1 368	64	34		659	18		129	2 142
Correção exercícios anteriores	-							3 431				3 502	2 044	8 977
Total Gastos	58 587	64 564	66 565	74 748	64 876	101 510	70 848	85 389	62 009	99 731	90 804	73 510	(9 374)	903 767
EBITDAR	(21 726)	(8 536)	6 449	2 120	6 794	(28 175)	8 909	(1 618)	10 938	(33 717)	(23 863)	6 066	9 374	(66 984)
Provisões / (Reversões)														
Adjusted EBITDA														(66 984)
Juros e Gastos Similares														2 097
Depreciações														27 136
EAI														(96 218)
Imposto Sobre Rendimento Período														(2 946)
RLE														(99 164)

2024

Unit: Euro

Profit & Loss	Janeiro 24	Fevereiro 24	Março 24	Abril 24	Maio 24	Junho 24	Julho 24	Agosto 24	Setembro 24	Outubro 24	Novembro 24	Dezembro 24	ajust/Regularização	Acumulado 24
Vendas	12 836	10 793	14 036	13 866	13 798	10 140	14 238	9 843	7 691	11 437	10 087	8 835		137 599
Prestação de Serviços	37 287	38 425	50 458	43 539	47 811	43 506	61 546	52 452	45 883	48 728	44 197	56 418		565 261
Outros Rendimentos e Ganhos	3 274	3 274	3 274	3 274	3 369	3 134	3 120	2 885	3 120	5 937	8 227	6 253		49 141
Contrato Porgrama	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667	16 667		200 000
Total Rendimentos	**70 073**	**64 159**	**84 435**	**77 345**	**81 645**	**73 446**	**95 571**	**81 847**	**73 360**	**82 768**	**79 178**	**88 173**		**952 001**
Growth Rate	6%	-6%	0%	-6%	-15%	4%	7%	-10%	13%	12%	15%			
														-
Fornecimento e Serviços Externos	**15 119**	**43 458**	**25 743**	**29 516**	**22 653**	**21 775**	**29 477**	**33 695**	**37 992**	**24 374**	**28 457**	**35 490**	-	**347 748**
Trabalhos Especializados	3 637	3 232	4 955	1 619	4 220	4 671	7 786	9 299	7 654	2 327	4 423	13 012		66 836
Conservação e Reparação	1 600	1 196	594	2 984	472	1 151	384	372	9 569	3 384	5 097	2 703		29 504
Serviços Bancários	16	24	16	16	16	16	16	-	16	18	16	16		186
Materiais	3 833	958	2 677	4 077	1 652	1 689	2 224	1 998	1 120	1 245	1 614	2 235		25 323
Energia e Fluidos	**2 785**	**17 922**	**14 564**	**15 523**	**11 663**	**10 685**	**14 151**	**16 130**	**14 042**	**14 312**	**13 812**	**15 081**	-	**160 669**
Eletricidade	438	7 015	5 425	3 777	3 234	3 740	5 503	7 948	7 029	7 463	5 814	6 957		64 343
Combustíveis	2 347	1 761	1 202	3 124	2 297	1 216	3 187	2 598	1 920	1 268	2 003	3 325		26 248
Gás	-	9 145	7 937	8 622	6 133	5 729	5 460	5 584	5 094	5 581	5 995	4 799		70 079
Deslocações e Estadas	415	455	1 199	423	717	1 116	837	788	488	724	678	773		8 610
Serviços Diversos	2 833	19 672	1 738	4 875	3 913	2 446	4 081	5 106	5 102	2 365	2 818	1 671		56 619
														-
Gastos com Pessoal	**97 277**	**36 356**	**37 569**	**46 563**	**37 967**	**67 588**	**34 555**	**35 342**	**47 069**	**37 287**	**75 520**	**36 538**	**(4 930)**	**524 702**
AIN	8 000	7 468	7 401	8 103	7 413	14 036	7 794	7 470	8 039	8 182	14 594	7 526	2 066	108 084
MIC	29 277	28 887	30 168	38 460	30 554	53 552	26 761	27 872	39 031	29 105	60 926	29 022	(6 996)	416 618
														-
Outros Gastos e Perdas	**100**	**47**	**538**	**2 652**	**2 386**	**1 842**	**215**	**606**	**405**	**93**	**5**	**2 406**	**(419)**	**10 875**
Impostos e Taxas	100	47		2 652	389		215		405	93	5	1 159	(419)	4 646
Multas e Penalidades					1 997	1 842		606				1 247		5 692
Correção exercícios anteriores			538											538
														-
Total Gastos	**52 496**	**79 861**	**63 850**	**78 731**	**63 006**	**91 206**	**64 247**	**69 642**	**85 466**	**61 753**	**103 982**	**74 434**	**(5 349)**	**883 926**
EBITDAR	**17 577**	**(15 702)**	**20 585**	**(1 385)**	**18 639**	**(17 759)**	**31 324**	**12 205**	**(12 106)**	**21 015**	**(24 804)**	**13 739**	**5 349**	**68 675**
Provisões / (Reversões)														
Adjusted EBITDA														**68 675**
Juros e Gastos Similares														**634**
Depreciações														**27 373**
RAI														**40 668**
Imposto Sobre Rendimento Período														**3 325**
RLE														**37 343**

Loteamento do Complexo:

EMPRESAS	LOTES	OBSERVAÇÕES
AIN	1 – Preparados – Cubas de fermentação	
AIN	2 – Preparados – Candidatura	
Bio Nordeste	3 – Bio Nordeste (incêndio)	Contrato promessa
AIN	4 – Multiusos (esqueleto)	
Sodosa	5 – Sodosa	Vendido
AIN	6 – Portaria	
A. Pinto	7 – Balneários	Vendido

P. G. Comércio de Gases	8 – Combustíveis	Vendido
Biosonega	9 - Castanha	Vendido
AIN	10 – Depósito de nafta	
AIN	11 – Central de vapor	
Soduol	12 – Extração bagaço de azeitona	Contrato promessa
António Júlio Gomes	13 – Ar comprimido	Vendido
Biosonega	14 – Gás Castanha	Vendido
Carpintaria Martins	15 – Eletricidade	Vendido
Carpintaria Martins	16 – Carpintaria	Vendido
AIN	17 - Laticínios (fração A)	Renda
Restaurante Fontes	17 – Restaurante (fração B)	Contrato promessa
LRTM, Lda.	18 – Laboratório de análises	Renda
AIN	19 - Adega	
AIN	20 - Destilaria	Renda
Associação de Apicultores	21 – Apicultores (fração A – incendio)	S/ renda
Mirapapel	21 - Mirapapel (fração B)	Vendido
Mirapapel	21 - Mirapapel (fração C)	Vendido
Prodimontes	22 – Lagar de azeite	Vendido
AIN	23 – Fábrica de rações	
Associação de Apicultores	24 – Armazém 1.º andar	S/ renda
AIN	24 – Armazém R/C	
Morgadinho	25 – Armazém 1.º andar	Contrato promessa
Leicras	25 – Leicras R/C	Renda
AIN	26 – Silos	
AIN	27 – R/C armazém geral	Renda
Misericórdia, AIN, Tua Doce e Cistua	27 – Escritórios 1.º andar	S/ renda
Lanor, Lda.	28 – Lavagem de lãs	Renda
Mirapapel	29 – Mirapapel - logradouro	Contrato promessa

Recursos Humanos da A.I.N.

Para além dos corpos sociais, a sociedade é apoiada por um funcionário, diretor de serviços que também desempenha funções nos trabalhos da sua participada M.I.C Matadouro Industrial do Cachão.

Neste relatório e, atentos à materialidade, tivemos o cuidado de referenciar os gastos com pessoal da participada MIC, retirando dos FSE e transportando para uma rubrica que seja mais fácil mensurar o gasto efetivo.

O Futuro da A.I.N.

O projeto da Agro - Industrial do Nordeste ainda pode ser, em nosso entender, estratégico para os concelhos de Mirandela e Vila Flor e consequentemente para a região.

As condições dos imoveis existentes não oferecem as melhores condições para a implementação de empresas industriais, fruto do elevado estado de degradação.

O facto de os imóveis se encontrarem hipotecados a favor do fundo Ares Lusitani, e esta execução já estar a correr no tribunal, tem sido fator limitador na implementação de novas ações que possam acrescentar valor no Complexo Industrial do Cachão.

Um dos grandes desafios para o futuro da A.I.N. é a concretização do projeto de fusão por incorporação do MIC na AIN. Atento ao facto de nesta operação serem transmitidos todos os direitos e obrigações, entendemos, por prudência, que é imperioso negociar a dívida com o maior credor do MIC Matadouro Industrial do Cachão, para que este possa retirar as penhoras dos saldos do banco, e não comprometer deste modo a atividade operacional da A.I.N.

Sublinhar, igualmente, o licenciamento do complexo como loteamento industrial, que por si só permite também, associado à disponibilidade de edifícios, a rápida instalação de indústrias e/ou outras empresas de diferentes setores de atividade.

Acontecimentos subsequentes

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acercas de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.
Não obstante, importa salientar que o contexto externo em 2026 continuará sujeito a fatores de incerteza geopolítica e económica. A persistência do conflito na Ucrânia, a instabilidade no Médio Oriente e o agravamento de tensões comerciais entre grandes blocos económicos, designadamente entre EUA, China e União Europeia, poderão ter efeitos adversos sobre o tecido empresarial europeu e mundial.

Adicionalmente, eventuais alterações em políticas comerciais internacionais, nomeadamente ao nível de tarifas e medidas protecionistas, poderão impactar as cadeias de abastecimento, os custos logísticos e o preço de matérias-primas estratégicas. Estes fatores poderão influenciar negativamente as condições de funcionamento, investimento e financiamento das empresas, exigindo uma gestão prudente e capacidade de adaptação contínua ao enquadramento

Cumprimento de obrigações legais e regulamentares

- A Entidade não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro;

- Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás a Entidade não é detentora de ações próprias;
- A Entidade não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e no artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo);
- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Entidade em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Entidade, entende que a Entidade tem capacidade de prosseguir em continuidade;
- Todas as transações que envolvem a Entidade, e no que lhe é aplicável, respeitam as obrigações impostas pela Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (assim como, as obrigações impostas pelas atualizações posteriores a este diploma), o qual estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.

Conclusão

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2025 é negativo, no valor de 98.563,50 €, conforme documento de Demonstrações Financeiras apenso ao presente relatório, assume a Administração da A.I.N., como desiderato, continuar a procurar soluções que possam melhorar os resultados líquidos e, acima de tudo, o compromisso na recuperação e promoção do Complexo Industrial do Cachão.

A Administração da A.I.N. considera que o projeto A.I.N., ainda que com alguns constrangimentos, tem espaço para evoluir e acrescentar valor à região.

Propõe-se assim aos senhores acionistas a aprovação do presente relatório de gestão e demonstrações financeiras apresentadas, levando o resultado líquido do exercício no valor de -98.563,50 €, para a conta de resultados transitados.

Cachão, 29 de abril de 2025

O Conselho de Administração,

Presidente,

Orlando Ferreira Pires

Vogal,

Michel Lima Monteiro

Vogal,

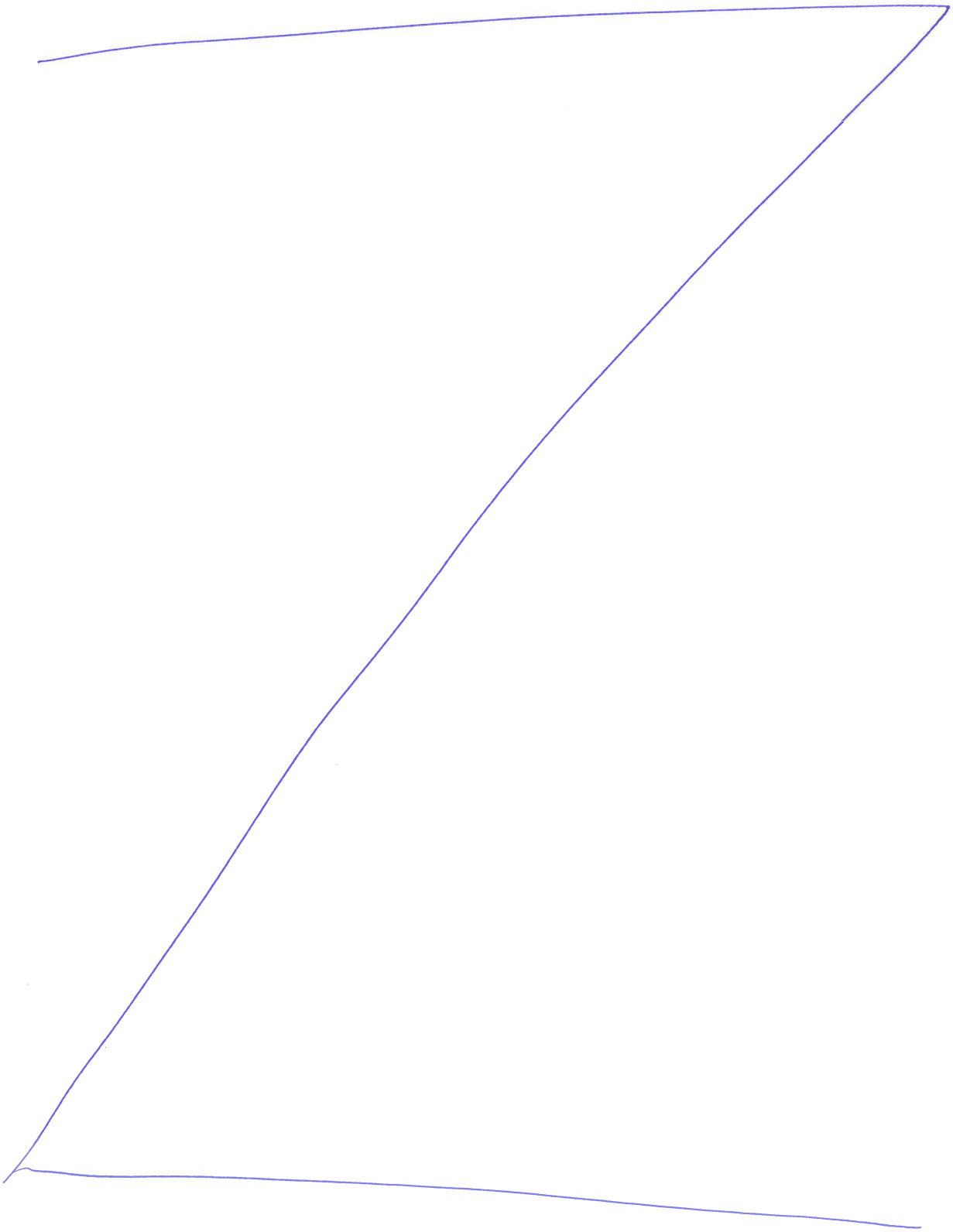
Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos

PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS

Os Acionistas abaixo referenciados estão nas condições do nº4 do Artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais.

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA – 1.021.360 ações – 49.10%

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR – 1.021.360 ações – 49,10%



Demonstrações Financeiras

Notas às Contas | Anexos às Demonstrações Financeiras

2025

ENTIDADE: AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M., S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	Notas	31.12.25	31.12.24
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	283 515,70	310 651,97
Total do ativo não corrente		**283 515,70**	**310 651,97**
Ativo corrente			
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	219 883,89	254 583,21
Estado e outros entes públicos	18.1	6 991,95	6 012,67
Outras contas a receber	18.1	1 831 686,55	1 821 496,09
Diferimentos	18.1	1 343,80	8 261,79
Ativos financeiros detidos para negociação	8	2 165 557,39	2 165 557,39
Caixa e depósitos	1	26 979,71	3 822,70
Total do ativo corrente		**4 252 443,29**	**4 259 733,85**
Total do ativo		**4 535 958,99**	**4 570 385,82**
PRÓPRIO LIQUIDO			
Património líquido			
Património/Capital	18.4	2 080 000,00	2 080 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18.4	295 914,14	295 914,14
Reservas	18.4	78 903,58	78 903,58
Resultados transitados	18.4	425 557,29	32 497,45
Ajustamentos em ativos financeiros	18.4	-433 613,53	-433 613,53
Excedentes de revalorização	18.4	1 097 340,91	1 097 340,91
Outras variações no património líquido	18.4	600 877,90	600 877,90
		4 144 980,29	**3 751 920,45**
Resultado líquido do período	18.4	**-98 563,50**	**37 342,96**
Total do património líquido		**4 046 416,79**	**3 789 263,41**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	423 072,26	423 072,26
Outras contas a pagar	7	0,00	262 820,18
Total do passivo não corrente		**423 072,26**	**685 892,44**
Passivo corrente			
Fornecedores	18.2	42 158,09	45 037,70
Estado e outros entes públicos	18.2	11 501,27	32 095,92
Outras contas a pagar	18.2	12 810,58	18 096,35
Total do passivo corrente		**66 469,94**	**95 229,97**
Total do passivo		**489 542,20**	**781 122,41**
Total do património líquido e passivo		**4 535 958,99**	**4 570 385,82**

A Administração:

O Contabilista Certificado:

ENTIDADE: AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.12.25	31.12.24
Vendas	13	83 297,08	137 599,02
Prestações de serviços	13	510 895,99	565 268,17
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	200 000,00	200 000,00
Fornecimentos e serviços externos	23	-735 888,20	-745 793,92
Gastos com o pessoal	19	-123 450,18	-126 666,07
Outros rendimentos e ganhos	23	42 589,79	49 143,20
Outros gastos e perdas	23	-44 428,22	-10 875,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		**-66 983,74**	**68 674,98**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-27 136,27	-27 372,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		**-94 120,01**	**41 302,01**
Juros e gastos similares suportados	23	-2 097,32	-633,60
Resultado antes de impostos		**-96 217,33**	**40 668,41**
Imposto sobre o rendimento do período	23	-2 346,17	-3 325,45
Resultado líquido do período		**-98 563,50**	**37 342,96**

A Administração:

O Contabilista Certificado:

ENTIDADE: AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M., S.A.

DEMONSTRAÇAO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	Notas	31.12.25	31.12.24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	18.1	630 044,51	666 740,79
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	18.2	-742 079,12	-770 484,44
Pagamentos ao pessoal	19	-132 085,66	-125 519,03
Caixa gerada pelas operações		**-244 120,27**	**-229 262,68**
Outros recebimentos/pagamentos	18.1/18.2	269 374,60	26 364,62
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**25 254,33**	**-202 898,06**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	-1 028,46
Activos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	20 501,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**0,00**	**19 472,54**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	180 432,26
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-1 060,16
Juros e gastos similares	23	-2 097,32	-633,60
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros intrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**-2 097,32**	**178 738,50**
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**23 157,01**	**-4 687,02**
Efeito das diferenças de câmbio		**0,00**	**0,00**
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	1	**3 822,70**	**8 509,72**
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	1	**26 979,71**	**3 822,70**

A Administração: O Contabilista Certificado:

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Diferença de consolidação	Total	
POSIÇÃO NO INICIO DO PERIODO N	1	2 080 000,00	295 914,14	0,00	0,00	78 903,58	32 497,45	-433 613,53	1 097 340,91	600 877,90	37 342,96	0,00	3 789 263,41	0,00	3 789 263,41
ALTERAÇÕES NO PERIODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respectivas variações															
Outras alterações reconhecidas no património líquido							393 059,84				-37 342,96				
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393 059,84	0,00	0,00	0,00	-37 342,96	0,00	355 716,88	0,00	355 716,88
RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO	3										-98 563,50	0,00	-98 563,50	0,00	-98 563,50
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										-135 906,46		-135 906,46		-135 906,46
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO															
Realizações de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações	5														
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERIODO N	6=1+2+3+5	2 080 000,00	295 914,14	0,00	0,00	78 903,58	425 557,29	-433 613,53	1 097 340,91	600 877,90	-98 563,50	0,00	4 046 416,79	0,00	4 046 416,79

A Administração:

O Contabilista Certificado:

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da entidade-mãe												Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Diferença de consolidação	Total		
POSIÇÃO NO INICIO DO PERIODO N-1	1	2 080 000,00	115 481,88	0,00	0,00	78 903,58	284 509,75	-433 613,53	1 097 340,91	600 877,90	-185 368,28	0,00	3 638 132,21	0,00	3 638 132,21
ALTERAÇÕES NO PERIODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas							-252 012,30				185 368,28				
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-252 012,30	0,00	0,00	0,00	185 368,28	0,00	-66 644,02	0,00	-66 644,02
Realização de excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respectivas variações											37 342,96	0,00	37 342,96	0,00	37 342,96
Outras alterações reconhecidas no património líquido	2														
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	3										37 342,96	0,00	37 342,96	0,00	37 342,96
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						-252 012,30				222 711,24		222 711,24		222 711,24
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO															
Realizações de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas			180 432,26												
Outras operações	5														
		0,00	180 432,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180 432,26	0,00	180 432,26
POSIÇÃO NO FIM DO PERIODO N-1	6=1+2+3+5	2 080 000,00	295 914,14	0,00	0,00	78 903,58	32 497,45	-433 613,53	1 097 340,91	600 877,90	37 342,96	0,00	3 789 263,41	0,00	3 789 263,41

A Administração:

O Contabilista Certificado:

Demonstrações Financeiras

Notas às Contas | Anexos às Demonstrações Financeiras

2025

ENTIDADE: AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M., S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	Notas	31.12.25	31.12.24
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	283 515,70	310 651,97
Total do ativo não corrente		**283 515,70**	**310 651,97**
Ativo corrente			
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	219 883,89	254 583,21
Estado e outros entes públicos	18.1	6 991,95	6 012,67
Outras contas a receber	18.1	1 831 686,55	1 821 496,09
Diferimentos	18.1	1 343,80	8 261,79
Ativos financeiros detidos para negociação	8	2 165 557,39	2 165 557,39
Caixa e depósitos	1	26 979,71	3 822,70
Total do ativo corrente		**4 252 443,29**	**4 259 733,85**
Total do ativo		**4 535 958,99**	**4 570 385,82**
PRÓPRIO LIQUIDO			
Património líquido			
Património/Capital	18.4	2 080 000,00	2 080 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18.4	295 914,14	295 914,14
Reservas	18.4	78 903,58	78 903,58
Resultados transitados	18.4	425 557,29	32 497,45
Ajustamentos em ativos financeiros	18.4	-433 613,53	-433 613,53
Excedentes de revalorização	18.4	1 097 340,91	1 097 340,91
Outras variações no património líquido	18.4	600 877,90	600 877,90
		4 144 980,29	**3 751 920,45**
Resultado líquido do período	18.4	**-98 563,50**	**37 342,96**
Total do património líquido		**4 046 416,79**	**3 789 263,41**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	423 072,26	423 072,26
Outras contas a pagar	7	0,00	262 820,18
Total do passivo não corrente		**423 072,26**	**685 892,44**
Passivo corrente			
Fornecedores	18.2	42 158,09	45 037,70
Estado e outros entes públicos	18.2	11 501,27	32 095,92
Outras contas a pagar	18.2	12 810,58	18 096,35
Total do passivo corrente		**66 469,94**	**95 229,97**
Total do passivo		**489 542,20**	**781 122,41**
Total do património líquido e passivo		**4 535 958,99**	**4 570 385,82**

A Administração:

O Contabilista Certificado:

ENTIDADE: AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.12.25	31.12.24
Vendas	13	83 297,08	137 599,02
Prestações de serviços	13	510 895,99	565 268,17
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	200 000,00	200 000,00
Fornecimentos e serviços externos	23	-735 888,20	-745 793,92
Gastos com o pessoal	19	-123 450,18	-126 666,07
Outros rendimentos e ganhos	23	42 589,79	49 143,20
Outros gastos e perdas	23	-44 428,22	-10 875,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		**-66 983,74**	**68 674,98**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-27 136,27	-27 372,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		**-94 120,01**	**41 302,01**
Juros e gastos similares suportados	23	-2 097,32	-633,60
Resultado antes de impostos		**-96 217,33**	**40 668,41**
Imposto sobre o rendimento do período	23	-2 346,17	-3 325,45
Resultado líquido do período		**-98 563,50**	**37 342,96**

A Administração:

O Contabilista Certificado:

ENTIDADE: AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M., S.A.

DEMONSTRAÇAO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	Notas	31.12.25	31.12.24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	18.1	630 044,51	666 740,79
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	18.2	-742 079,12	-770 484,44
Pagamentos ao pessoal	19	-132 085,66	-125 519,03
Caixa gerada pelas operações		**-244 120,27**	**-229 262,68**
Outros recebimentos/pagamentos	18.1/18.2	269 374,60	26 364,62
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**25 254,33**	**-202 898,06**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	-1 028,46
Activos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	20 501,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**0,00**	**19 472,54**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	180 432,26
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-1 060,16
Juros e gastos similares	23	-2 097,32	-633,60
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros intrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**-2 097,32**	**178 738,50**
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**23 157,01**	**-4 687,02**
Efeito das diferenças de câmbio		**0,00**	**0,00**
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	1	**3 822,70**	**8 509,72**
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	1	**26 979,71**	**3 822,70**

A Administração: O Contabilista Certificado:

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Diferença de consolidação	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	2 080 000,00	295 914,14	0,00	0,00	78 903,58	32 497,45	-433 613,53	1 097 340,91	600 877,90	37 342,96	0,00	3 789 263,41	0,00	3 789 263,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respectivas variações															
Outras alterações reconhecidas no património líquido							393 059,84				-37 342,96				
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393 059,84	0,00	0,00	0,00	-37 342,96	0,00	355 716,88	0,00	355 716,88
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										-98 563,50	0,00	-98 563,50	0,00	-98 563,50
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										-135 906,46		-135 906,46		-135 906,46
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações	5														
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	2 080 000,00	295 914,14	0,00	0,00	78 903,58	425 557,29	-433 613,53	1 097 340,91	600 877,90	-98 563,50	0,00	4 046 416,79	0,00	4 046 416,79

A Administração:

O Contabilista Certificado:

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Diferença de consolidação	Total	
POSIÇÃO NO INICIO DO PERIODO N-1	1	2 080 000,00	115 481,88	0,00	0,00	78 903,58	284 509,75	-433 613,53	1 097 340,91	600 877,90	-185 368,28	0,00	3 638 132,21	0,00	3 638 132,21
ALTERAÇÕES NO PERIODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respectivas variações															
Outras alterações reconhecidas no património líquido	2						-252 012,30				185 368,28				
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-252 012,30	0,00	0,00	0,00	185 368,28	0,00	-66 644,02	0,00	-66 644,02
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	3										37 342,96	0,00	37 342,96	0,00	37 342,96
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						-252 012,30				222 711,24		222 711,24		222 711,24
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO															
Realizações de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas			180 432,26												
Outras operações	5														
		0,00	180 432,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180 432,26	0,00	180 432,26
POSIÇÃO NO FIM DO PERIODO N-1	6=1+2+3+5	2 080 000,00	295 914,14	0,00	0,00	78 903,58	32 497,45	-433 613,53	1 097 340,91	600 877,90	37 342,96	0,00	3 789 263,41	0,00	3 789 263,41

A Administração:

O Contabilista Certificado:

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

Designação: AIN – AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M., S.A

Sede Social: Complexo Agro-Industrial do Cachão, freguesia de Frechas, concelho de Mirandela, distrito de Bragança

Data da Constituição: 17 de Dezembro de 1993

Capital Social: 2.080.000 Euros

N.º Contribuinte: 503 193 259

Objeto Social: Comércio por grosso de outros produtos alimentares, N.E. (CAE 46382-R3), e Abate de Gado (Produção de Carne) (CAE 10110-R3)

Moeda de apresentação: os valores estão apresentados em euros

Legislação

- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na atual redação e respetivas alterações nos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1;
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na atual redação, com aplicação dos requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade;
- Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na atual redação.

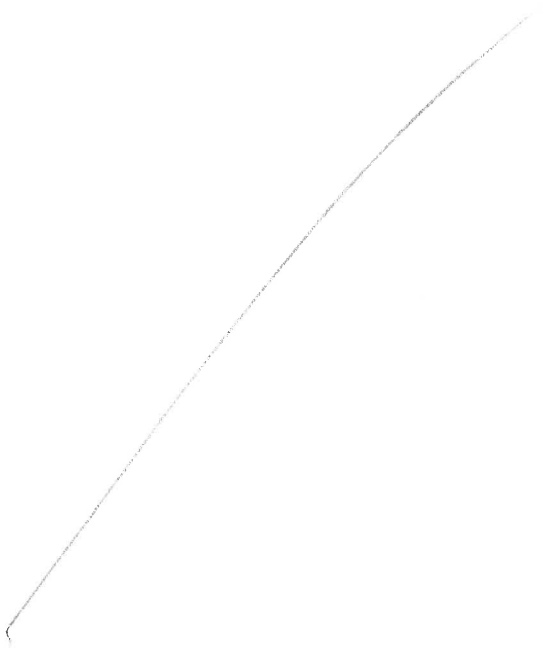
1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Publicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e aplicado na Entidade a 01/01/2023.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas, para a compreensão das Demonstrações financeiras em análise.

b) Comparabilidade



Em 2023 a Entidade passou a aplicar o referencial contabilístico SNC-AP, sendo a data de transição para o novo referencial contabilístico o dia 1 de janeiro de 2023.

c) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso

Os depósitos de garantias e cauções referem-se a montantes retidos nos pagamentos a fornecedores.

d) Valores de caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2025 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos era a seguinte:

Quadro – Caixa e depósitos

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa:		
Caixa-Euro	1 292,14	138,23
	1 292,14	138,23
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem - Euro	25 687,57	3 684,47
Outros Depósitos - Euro	0,00	0,00
	25 687,57	3 684,47
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	**26 979,71**	**3 822,70**

As quantias dos saldos e seus equivalentes, referentes a Caixa e depósitos à ordem, estão totalmente disponíveis para uso, não existindo qualquer montante cativo ou dado como garantia sobre quaisquer tipos de contratos. As quantias descriminadas, no saldo final do período de relato, não sofriam qualquer restrição no seu uso.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

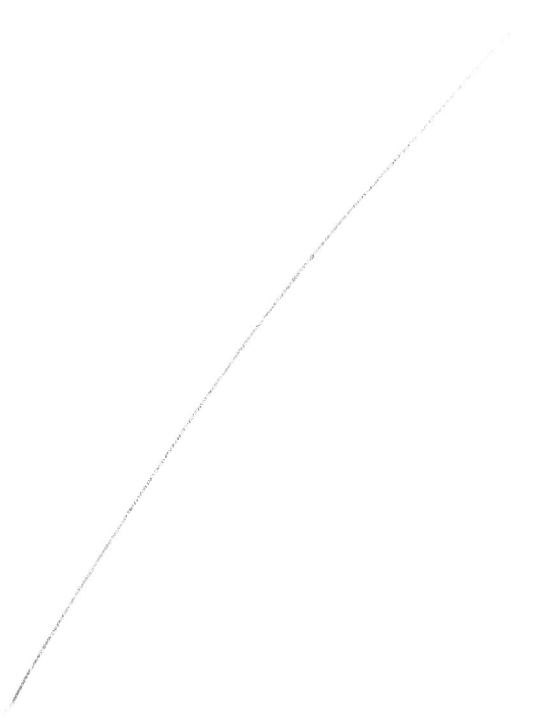
2.1. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em Euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de



forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

Não obstante o referido acima sobre a comparabilidade, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza de reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 30 de abril de 2026, data em que serão objeto de aprovação pelo Conselho de Administração. Contudo, as mesmas estão sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas nos termos da legislação em vigor em Portugal. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Assim, a seleção da base de mensuração é relevante para as demonstrações financeiras, sendo as seguintes:

a) Ativos intangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo intangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

No reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo intangível adquirido deve ser o seu justo valor.

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo intangível é mensurado pelo seu custo menos a amortização acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Vida útil:

A vida útil de um ativo intangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é amortizado ao longo da sua vida útil.

As taxas de amortização utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar 2 para as aquisições ocorridas a partir de 1 de janeiro de 2023. Para as aquisições anteriores mantiveram-se as utilizadas anteriormente, de acordo com o CIBE.

Método de amortização:

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros, ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

Desreconhecimento:

Um ativo intangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

b) Ativos fixos tangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes:

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do período;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

Vida útil:

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);
- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto. Quando não existe valor a atribuir a cada componente, é aplicado 75% e 25% do valor, a edifícios e terrenos, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas, estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar 2, para as aquisições ocorridas a partir de 1 de janeiro de 2023. Para as aquisições anteriores a esta data manteve-se o CIBE.

Método de depreciação:

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Valor residual:

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável. Não é prática corrente a atribuição de valor residual aos ativos fixos tangíveis.

Imparidade:

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação/amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade.

Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação/amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento:

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens;
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

c) Propriedades de investimento

Aplicam-se as mesmas políticas contabilísticas dos AFT – Ativos Fixos Tangíveis.

d) Locações

As locações são classificadas como financeiras, sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o

locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

e) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial:

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando a Entidade se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente:

Ativos e passivos financeiros:

Todos os ativos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados, com as seguintes exceções:

- Instrumentos de capital próprio de outras empresas não cotadas ou cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, bem como os derivados associados, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que se espera que reúnam as condições para serem reconhecidos ao custo ou ao custo amortizados menos perdas por imparidade e que a entidade designe, no momento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo, menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros não derivados para serem detidos até à maturidade, os quais devem ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser mensurado ao custo amortizado se satisfazer todas as condições:

- Tem uma maturidade definida;
- Os retornos para o detentor são em montante fixo, de taxa de juro fixa durante o investimento ou taxa variável que seja um indexante típico de mercado ou que inclua spread sobre esse indexante;
- Não têm nenhuma cláusula que possa implicar perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo o risco de crédito).

Todos os passivos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo ("custo amortizado"), exceto no caso dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados ao justo valor através de resultado.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo;
- Fizer parte, aquando do reconhecimento inicial, de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais; ou
- For um derivado (exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz).

Desreconhecimento:

Ativos financeiros:

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou
- A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro.

Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

Passivos financeiros:

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro), deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade:

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada em cada data de relato, quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro; e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão:

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subsequentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar

objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor, que o respetivo ativo tinha antes de, ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

f) Transferências e subsídios

Reconhecimento:

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- São cumpridas as condições a ele associadas; e
- O mesmo é ou será recebido.

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

g) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada, pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que a Entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro, são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, a Entidade determina o "valor esperado" que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão, deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários, para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

h) Ativos Contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço

ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, a Entidade reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se a Entidade determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

i) Rendimento – Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem, que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

a) Prestações de serviços – o rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento;
b) Vendas de bens – a Entidade reconhece um rendimento proveniente de uma transação com contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento;
c) Dividendos – os dividendos são reconhecidos aquando da sua atribuição;
d) Juros – os juros são reconhecidos em função do tempo.

j) Benefícios dos empregados

A Entidade reconhece um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas e pensões.

k) Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

l) Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas.

Entidades Controladas ou objeto de influência significativa

A Entidade aplica o MEP nas suas contas individuais relativamente às entidades que exerça controlo ou influência significativa. São consideradas todas as empresas municipais com participação de 100% e entidades participadas, onde a participação da Entidade é igual ou superior a 20%.

m) Especialização dos períodos

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do período, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

2.3. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos, que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato, com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento;
b) Análises de imparidade de ativos correntes;
c) Estimativa de férias e subsídio de férias, associados aos empregados;
d) Provisões;
e) Estimativa de fornecimentos e serviços externos;
f) Outros gastos com o pessoal;
g) Especialização de exercícios.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

Estes eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

5. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos na rubrica de **ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS** durante o ano de 2025 foram os seguintes:

	2025						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA							
Saldo em 31.12.2024	**216 256,20**	**321 996,30**	**893 936,76**	**125 177,89**	**34 798,55**	**13 097,40**	**1 605 263,10**
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Saldo em 31.12.2025	**216 256,20**	**321 996,30**	**893 936,76**	**125 177,89**	**34 798,55**	**13 097,40**	**1 605 263,10**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS							
Saldo em 31.12.2024	**0,00**	**-278 380,14**	**-862 536,96**	**-111 958,84**	**-33 704,36**	**-8 030,83**	**-1 294 611,13**
Adições	0,00	-9 161,39	-14 303,26	-2 404,06	-459,87	-807,69	**-27 136,27**
Saldo em 31.12.2025	**0,00**	**-287 541,53**	**-876 840,22**	**-114 362,90**	**-34 164,23**	**-8 838,52**	**-1 321 747,40**
QUANTIA ESCRITURADA	**216 256,20**	**34 454,77**	**17 096,54**	**10 814,99**	**634,32**	**4 258,88**	**283 515,70**

Os movimentos na rubrica de **ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS** durante o ano de 2024 foram os seguintes:

	2024						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA							
Saldo em 31.12.2023	216 256,20	321 996,30	893 936,76	125 177,89	33 770,09	13 097,40	1 604 234,64
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	1 028,46	0,00	1 028,46
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31.12.2024	216 256,20	321 996,30	893 936,76	125 177,89	34 798,55	13 097,40	1 605 263,10
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS							
Saldo em 31.12.2023	0,00	-269 218,75	-848 233,72	-109 554,78	-33 007,77	-7 223,14	-1 267 238,16
Adições	0,00	-9 161,39	-14 303,24	-2 404,06	-696,59	-807,69	-27 372,97
Saldo em 31.12.2024	0,00	-278 380,14	-862 536,96	-111 958,84	-33 704,36	-8 030,83	-1 294 611,13
QUANTIA ESCRITURADA	216 256,20	43 616,16	31 399,80	13 219,05	1 094,19	5 066,57	310 651,97

7. Custos de empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 a rubrica de Financiamentos Obtidos apresentava a seguinte discriminação:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos Bancários m.l. prazo	423 072,26	0,00	423 072,26	0,00
Participantes de capital	0,00	0,00	262 820,18	0,00
TOTAL	423 072,26	0,00	685 892,44	0,00

8. Propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 a rubrica apresentava a seguinte discriminação:

descrição	31.12.2025	31.12.2024
Terrenos e Rec. Naturais	566 376,22	566 376,22
Edifícios e Outras Construções	1 599 181,17	1 599 181,17
TOTAL	2 165 557,39	2 165 557,39

13. Rendimentos de transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

VENDA DE BENS – O rendimento é reconhecido aquando da transmissão e passagem de direitos e responsabilidades.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

	2025	2024
Vendas de bens	83 297,08	137 599,02
Prestações de serviços	510 895,99	565 268,17
TOTAL	594 193,07	702 867,19

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

	2025	2024
Municípios	200 000,00	200 000,00
TOTAL	200 000,00	200 000,00

17. Acontecimentos após a data de relato

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acercas de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Não obstante, salientamos que o contexto externo nomeadamente os conflitos na Ucrânia e Irão poderão ter, provavelmente, um efeito negativo em termos sociais e económicos sobre o tecido empresarial europeu e mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento, nomeadamente no agravamento dos preços de algumas matérias-primas e da energia.

18. Instrumentos financeiros

18.1 Ativos financeiros

Clientes

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 o saldo de clientes apresentava as seguintes maturidades:

	Clientes			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes c/c	0,00	222 475,73	0,00	256 022,93
Clientes cobrança duvidosa	0,00	228 024,63	0,00	228 024,63
	0,00	450 500,36	0,00	484 047,56
Saldos atípicos	0,00	-2 591,84	0,00	-1 439,72
Perdas por imparidade	0,00	-228 024,63	0,00	-228 024,63
TOTAL	**0,00**	**219 883,89**	**0,00**	**254 583,21**

Outras contas a receber

O saldo de Outras Contas a Receber apresentava em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 os seguintes saldos:

	Outras Contas a Receber			
	31.12.2025		31.12.2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Devedores por acréscimos rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Créditos a Receber	0,00	1 823 783,64	0,00	1 817 937,83
Pessoal		1 695,21		661,87
Saldo Atípico de Fornecedores	0,00	6 207,70	0,00	2 896,39
TOTAL	0,00	1 831 686,55	0,00	1 821 496,09

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte discriminação:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o valor acrescentado	5 326,64	5 326,64
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	**1 665,31**	**686,03**
Imposto estimado	1 665,31	686,03
Pagamento por conta	0,00	0,00
Retenções na fonte	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
TOTAL ACTIVO	**6 991,95**	**6 012,67**

Diferimentos

O saldo da conta diferimentos apresentava em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro 2024 os seguintes saldos:

Diferimentos - Gastos a reconhecer	Quantia escriturada 31.12.2025	Quantia escriturada 31.12.2024
Seguros diversos	1 343,80 €	1 265,92 €
Outros	0,00 €	6 995,87 €
TOTAL	**1 343,80 €**	**8 261,79 €**

18.2 Passivos financeiros

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 a rubrica de fornecedores apresentava a seguinte discriminação:

	Fornecedores			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores c/c	0,00	48 365,79	0,00	47 934,09
Saldos atípicos	0,00	-6 207,70	0,00	-2 896,39
TOTAL	0,00	42 158,09	0,00	45 037,70

Outras contas a pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar apresentava em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 os seguintes saldos:

	Outras Contas a Pagar			
	31.12.2025		31.12.2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	0,00	8 325,56	0,00	12 491,15
Saldo Atípico de Clientes	0,00	2 591,84	0,00	1 439,72
Pessoal	0,00	1 893,18	0,00	4 165,48
TOTAL	0,00	12 810,58	0,00	18 096,35

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte discriminação:

	31.12.2025	31.12.2024
Retenções na fonte sobre rendimento	446,00	1 110,84
Imposto sobre o valor acrescentado	10 188,74	25 515,26
Contribuições para a segurança social	866,53	2 011,05
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	**0,00**	**0,00**
Imposto estimado	0,00	0,00
Pagamento por conta	0,00	0,00
Retenções na fonte	0,00	0,00
Tributos autarquias locais	0,00	3 458,77
TOTAL PASSIVO	**11 501,27**	**32 095,92**

18.4 Instrumentos de capital próprio

O capital social de 2.080.000,00 Euros está representado por 2.080.000 ações nominativas de valor nominal 1 Euro cada uma.

O saldo das contas de Capital Próprio subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro 2024:

	2025	2024
Capital realizado	2 080 000,00	2 080 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	295 914,14	295 914,14
Outras reservas	78 903,58	78 903,58
Resultados transitados	425 557,29	32 497,45
Ajustamentos em activos financeiros	-433 613,53	-433 613,53
Excedentes de revalorização	1 097 340,91	1 097 340,91
Outras variações de capital próprio	600 877,90	600 877,90
Resultado liquido do período	-98 563,50	37 342,96
TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	**4 046 416,79**	**3 789 263,41**

19. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço da Entidade, foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direto a férias e a subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de Gastos com Pessoal, decompõe-se como segue:

Gastos com pessoal	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	35 350,18	46 476,80
Remunerações do pessoal	35 909,75	36 420,44
Encargos sobre remunerações	16 275,79	18 969,82
Seguros de acidentes trabalho	33 985,48	22 056,88
Gastos de Ação Social	0,00	87,50
Outros gastos com pessoal	1 928,98	2 654,63
TOTAL	123 450,18	126 666,07

20. Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes, indica-se o controlo da Entidade, nas suas participadas, as respetivas transações e saldos entre as partes relacionadas.

Natureza do relacionamento das partes relacionadas

Partes relacionadas:

Empresa-mãe:
AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M, S.A.

Subsidiárias:
MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO S A

Pessoal chave da gestão:
MICHEL LIMA MONTEIRO

Transações e saldos pendentes:

	Saldos 31.12.2025			
	Operacionais		Financiamento	
Partes relacionadas	Saldos pendentes activos	Saldos pendentes passivos	Saldos pendentes activos	Saldos pendentes passivos
Matadouro Industrial do Cachão, S.A.	1 502 657,14	0,00	0,00	0,00
	1 502 657,14	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**1 502 657,14**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Transacções 31.12.2025				
Partes relacionadas	Prestação de serviços	Serviços Adquiridos	Financiamentos Obtidos	Financiamentos Concedidos	Outros
Matadouro Industrial do Cachão, S.A.	0,00	480 470,20	0,00	0,00	0,00
	0,00	**480 470,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**0,00**	**480 470,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 7ºdo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, a empresa encontra-se dispensada de elaboração de contas consolidadas.

23. Outras divulgações

Impostos sobre o rendimento

Reconciliação da taxa nominal com a taxa efetiva de imposto para os períodos de 2025 e 2024:

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado antes de impostos	**-96 217,33**	**40 668,41**
Acréscimos à matéria colectável	12 675,32	12 111,98
Deduções à matéria colectável	0,00	43 526,09
Lucro/Prejuízo Fiscal	**-83 542,01**	**9 254,30**
Dedução de prejuízos fiscais	0,00	0,00
Matéria colectável	**-83 542,01**	**9 254,30**
Benefícios à colecta	0,00	0,00
IRC Liquidado	0,00	1 943,40
IRC de períodos anteriores	0,00	0,00
Derrama	0,00	185,09
Tributação Autónoma	2 346,17	1 196,96
Estimativa de imposto corrente do período	**2 346,17**	**3 325,45**
Imposto diferido	**0,00**	**0,00**
Ajustamentos/estimativas de períodos anteriores	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento	**2 346,17**	**3 325,45**
Taxa efectiva de imposto	**-2,44%**	**8,18%**

Fornecimentos e serviços externos

O saldo da conta de Fornecimentos e Serviços Externos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro 2024:

	31.12.2025	31.12.2024
Subcontratos	**417915,35**	**396064,19**
Serviços especializado	**93 748,75**	**98 306,25**
Trabalhos Especializados	40 498,96	67 210,32
Honorários	280,17	1 390,00
Publicidade e propaganda	0,00	0,00
Conservação e Reparações	52 776,62	29 504,43
Serviços bancários	193,00	201,50
Outros	0,00	0,00
Materiais	**28 116,35**	**25 322,78**
Ferramentas e utensílios	945,90	1 341,27
Material de escritório	860,71	1 060,42
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros	26 309,74	22 921,09
Energia e fluidos	**157 354,78**	**160 663,69**
Electricidade	76 004,79	64 337,36
Combustíveis	23 424,63	26 247,59
Outros	57 925,36	70 078,74
Deslocações e Estadas e Transportes	**7 005,96**	**8 610,49**
Deslocações e estadas	6 550,50	7 664,40
Transporte de mercadorias	450,00	900,00
Outros	5,46	46,09
Serviços diversos	**31 747,01**	**56 826,52**
Rendas e alugueres	1 465,55	896,31
Seguros	2 774,39	2 758,86
Comunicação	3 552,06	3 915,06
Contencioso e notariado	105,00	305,00
Limpeza, higiene e conforto	5 686,14	4 126,93
Outros FSE	18 163,87	44 824,36
TOTAL	**735 888,20**	**745 793,92**

Outros rendimentos e ganhos

	2025	2024
Rendas e Alugures	42 589,79	49 141,04
Rendimentos em Inv. Não Financeiros (alienações)	0,00	0,00
Outros	0,00	2,16
TOTAL	**42 589,79**	**49 143,20**

Outros gastos e perdas

O saldo da conta de outros gastos e perdas subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024:

	2025	2024
Impostos	34 203,85	3 711,85
Outros gastos e perdas	10 224,37	7 163,60
TOTAL	**44 428,22**	**10 875,45**

Juros e gastos similares suportados

O saldo da conta de juros subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024:

	2025	2024
Juros de Mora	2 097,32	663,60
Outros	0,00	0,00
TOTAL	**2 097,32**	**663,60**

24. Divulgações exigidas por diplomas legais

- A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro;
- Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás a Empresa não é detentora de ações próprias;
- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro;
- A Empresa não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, e no artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo);
- Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros;
- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, entende que a Empresa tem capacidade de prosseguir em continuidade;
- Todas as transações que envolvem a Empresa, e no que lhe é aplicável, respeitam as obrigações impostas pela Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (assim como, as obrigações impostas pelas atualizações posteriores a este diploma), o qual estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.

25. Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

- Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas (Fernando Peixinho & Associados – SROC, Lda) no exercício 2025 ascenderam 5.000,00€, sem IVA incluído.

26. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2025, a empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas que não figuram no balanço:

- Hipotecas a favor do Fundo ARESLUSITANI, SL sob lotes constituídos por terrenos e edifícios no valor de 948.931,77 Euros.

27. Proposta de aplicação dos resultados líquidos do período

O resultado negativo obtido no valor de 98.563,50€, que, pela sua natureza, propomos que seja transferido na totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

Cachão, 29 de abril de 2026

O Contabilista Certificado

(Nuno Filipe da Silva Meneses- nº 85979)

A Administração

(Orlando Ferreira Pires)

(Michel Lima Monteiro)

(Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos)

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Mapa de Alterações do Orçamento (Receita)

Ano de 2025

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Ano: 2025

Data: 01/01/2025

Revisão nº: 1

Data Aprovação: 01/01/2025

Alterações orçamentais de receita

(Unidade: euros)

Rubrica	Descrição	Tipo	Receita					Observações
			Previsões Atuais	Modificações Orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos especiais		
. .10.05.01.01	Municípios	M	0,00	423 072,26			423 072,26	
. .10.01.02.01	Matadouro Cachão SA	M	0,00	1 497 364,06			1 497 364,06	
. .10.01.02.02	Contratos Promessa	M	0,00	307 261,09			307 261,09	
. .10.01.02.03	Outros créditos a receber	M	0,00	16 870,98			16 870,98	
Total.....			0,00	2 244 568,39			2 244 568,39	

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Ano: 2025

Data: 17/11/2025

Revisão nº: 2

Data Aprovação: 17/11/2025

Alterações orçamentais de receita

(Unidade: euros)

Rubrica	Descrição	Tipo	Receita					Observações
			Previsões Atuais	Modificações Orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos especiais		
. .07.03.02.01.02	TAXA REDUZIDA	M	0,00	8 318,69			8 318,69	
Total.....			0,00	8 318,69			8 318,69	

Órgão Executivo

Em ___ de_____de_____

Órgão Deliberativo

Em ___ de_____de_____

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Mapa de Alterações do Orçamento (Despesa)

Ano de 2025

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Ano: 2025

Data: 01/01/2025

Revisão nº: 1

Data Aprovação: 01/01/2025

Alterações orçamentais de despesa

(Unidade: euros)

Rubrica	Descrição	Tipo	Despesa					Observações
			Dotações Atuais	Modificações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos especiais		
. .10.06.03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	M	0,00	423 072,26			423 072,26	
. .10.07.08	Administração pública local - Continente	M	0,00	262 820,18			262 820,18	
. .02.02.25.02.01	Fornecedores	M	0,00	45 037,70			45 037,70	
. .02.02.25.02.02	Estado e outros entes públicos	M	0,00	32 095,92			32 095,92	
. .02.02.25.02.03	Outras dívidas a pagar	M	0,00	18 096,35			18 096,35	
. .01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	M	0,00	1 463 445,98			1 463 445,98	
Total.....			0,00	2 244 568,39			2 244 568,39	

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Ano: 2025

Data: 17/11/2025

Revisão nº: 2

Data Aprovação: 17/11/2025

Alterações orçamentais de despesa

(Unidade: euros)

Rubrica	Descrição	Tipo	Despesa					Observações
			Dotações Atuais	Modificações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos especiais		
. .06.02.01.01.99	Outras	M	0,00	8 318,69			8 318,69	
Total.....			0,00	8 318,69			8 318,69	

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Ano: **2025**

Data: 02/12/2025

Alteração nº: 1

Data Aprovação: 02/12/2025

Alterações orçamentais de despesa

(Unidade: euros)

Rubrica	Descrição	Tipo	Despesa					Observações
			Dotações Atuais	Modificações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos especiais		
. .01.01.11	Representação	P	0,00	6 000,00			6 000,00	
. .01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	P	2 400,00	31 600,00			34 000,00	
. .03.05.02.02	Juros de Mora	P	500,00	1 600,00			2 100,00	
. .02.01.02.01	Gasolina	P	1 300,00	2 600,00			3 900,00	
. .01.02.13.02.01	ISENÇÃO HORÁRIO TRABALHO	P	5 600,00	1 000,00			6 600,00	
. .02.01.02.02.02	IVA DEDUTÍVEL 50% - LIG. PASSAGEIROS	P	3 000,00	5 234,82			8 234,82	
. .02.01.02.02.04	VIATURAS N/ PERTECENTES EMPRESA	P	100,00	31,88			131,88	
. .02.01.21.01.01	IVA DEDUTÍVEL - TAXA NORMAL	P	500,00	26 000,00			26 500,00	
. .02.02.01.01.01	ELETRICIDADE - IVA DEDUTÍVEL	P	72 000,00	4 100,00			76 100,00	
. .02.02.20.01.02	ISENTO / REGIME DE ISENÇÃO	P	447 883,63		146 857,92		301 025,71	
. .06.02.03.05.03	TAXAS	P	100,00	30 600,00			30 700,00	
. .02.02.20.01.01	IVA DEDUTÍVEL	P	0,00	40 504,42			40 504,42	
. .02.02.25.99.01	IVA DEDUTÍVEL	P	0,00	20 000,00			20 000,00	
. .02.02.25.99.02	ISENTOS	P	0,00	13,00			13,00	
. .06.02.03.05.99	OUTRAS	P	0,00	11 257,60			11 257,60	
. .01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	P	1 463 445,98		38 600,00		1 424 845,98	
. .02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	P	0,00	670,33			670,33	
. .02.02.11	Representação dos serviços	P	0,00	1 108,65			1 108,65	
. .02.02.13.02	Transporte de Mercadorias e Outros	P	0,00	450,00			450,00	
. .02.02.19	Assistência técnica	P	0,00	614,22			614,22	
. .06.02.03.04.02	Isentas	P	0,00	73,00			73,00	
. .02.02.25.02.01	Fornecedores	P	45 037,70	2 000,00			47 037,70	
	Total.....		2 041 867,31	185 457,92	185 457,92		2 041 867,31	

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Ano: 2025

Data: 02/12/2025

Alteração nº: 1

Data Aprovação: 02/12/2025

Alterações orçamentais de despesa

(Unidade: euros)

Rubrica	Descrição	Tipo	Despesa					Observações
			Dotações Atuais	Modificações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos especiais		

Órgão Executivo

Em ___ de_____de_____

Órgão Deliberativo

Em ___ de_____de_____

Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos

Não tem registos para listar!

Operações de Tesouraria

Ano de 2025

Operações de Tesouraria

(Unidade:euros)

Código das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
17.01		0,00			
	Total 17.01				0,00
17.02		0,00			
	Total 17.02				0,00
17.03		0,00			
	Total 17.03				0,00
17.04		0,00			
	Total 17.04				0,00
17.05		0,00			
	Total 17.05				0,00
	Total...	0,00	0,00	0,00	0,00

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Não tem registos para listar!

06

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Transferências e subsídios recebidos

Ano de 2025

Transferências e subsídios recebidos

Data Inicial: 01/01/2025
Data Final: 31/12/2025
Funcionário: Utilizador

(Unidade:euros)

Tipo de receita	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Financiadora	Receita Prevista	Receita Recebida	Receita Prevista e não Recebida	Devolução de tranferências/ subsidios ocorridos no exercicio	Observações
Transferências Capital								
. .10.01.02.03.	Outros Créditos	Outros créditos a receber	CONSUMIDOR FINAL	16 870,98	16 870,98	0,00	0,00	
. .10.05.01.01.	Municipeo	Municípios	CONSUMIDOR FINAL	423 072,26	100 000,00	323 072,26	0,00	
. .10.05.01.01.		Municípios	CONSUMIDOR FINAL		200 000,00	223 072,26	0,00	
Total Transferências Capital				423 072,26	316 870,98	546 144,52	0,00	

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Transferências e subsídios recebidos

Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Em ___ de_____de_____	Em ___ de_____de_____

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Fluxos de Caixa

Ano de 2025

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Data: 01/01/2025
a
Data: 31/12/2025

Data: 2026-05-14

Fluxos de Caixa

(Unidade: euros)

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior:			Despesas orçamentais:		
Execução orçamental.....	3 822,70		Correntes	934 623,95	
Operações de Tesouraria	0,00	3 822,70	Capital	262 820,18	1 197 444,13
Receitas Orçamentais			Operações de tesouraria.....		0,00
Correntes.....	492 923,92				
Capital.....	727 677,22	1 220 601,14	Saldo para a gerência seguinte:		
			Execução orçamental.....	26 979,71	
Operações de tesouraria.....		0,00	Operações de Tesouraria	0,00	26 979,71
Total.....		1 224 423,84	Total.....		1 224 423,84

Contas de Ordem

Saldo da gerência anterior:			Garantias e cauções accionadas.....		0,00
Garantias e cauções.....	0,00		Garantias e cauções devolvidas		0,00
Recibos para cobrança	0,00	0,00	Receita virtual cobrada.....		0,00
			Receita virtual anulada.....		0,00
Garantias e cauções prestadas....		0,00			
Receita virtual liquidada.....		0,00	Saldo para a gerência seguinte:		
			Garantias e cauções	0,00	
			Recibos para cobrança	0,00	0,00
Total.....		0,00	Total.....		0,00

Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Em ___ de_____de____	Em ___ de_____de____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Mapa do Orçamento (Inicial)

Ano de 2025

Orçamento

(unidade : euros)

Receitas		
Código	Designação	Montante
	Receitas Correntes	
. .06. . .	Transferências correntes	200 000,00
. .06.05. .	Administração local	200 000,00
. .06.05.01. .	Continente	200 000,00
. .06.05.01.01.	**Municípios**	**200 000,00**
. .07. . .	Venda de bens e serviços correntes	733 180,63
. .07.01. .	Venda de bens	155 136,83
. .07.01.10. .	Desperdícios, resíduos e refugos	155 136,83
. .07.01.10.99.	Outros	155 136,83
. .07.01.10.99.01	**TAXA REDUZIDA**	**4 535,23**
. .07.01.10.99.02	**TAXA NORMAL**	**150 601,60**
. .07.02. .	Serviços	542 979,18
. .07.02.99. .	Outros	542 979,18
. .07.02.99.01.	MERCADO NACIONAL	542 979,18
. .07.02.99.01.01	**MIC - TAXA NORMAL**	**486 348,71**
. .07.02.99.01.02	**MIC - TX SIRCA - ISENTAS IVA**	**56 630,47**
. .07.02.99.01.03	**Tx. Reduzida**	**0,00**
. .07.02.99.02.	MERCADO INTRACOMUNITÁRIO	0,00
. .07.02.99.02.01	**ISENTAS-ARTº 14 RITI**	**0,00**
. .07.03. .	Rendas	35 064,62
. .07.03.02. .	Edifícios	35 064,62
. .07.03.02.01.	MERCADO NACIONAL	35 064,62
. .07.03.02.01.01	**TAXA NORMAL**	**35 064,62**
. .08. . .	Outras receitas correntes	500,00
. .08.01. .	Outras	500,00
. .08.01.99. .	Outras	500,00
. .08.01.99.03.	**IVA reembolsado**	**0,00**
. .08.01.99.99.	**Diversas**	**500,00**
	Total das Receitas Correntes	**933 680,63**
	Receitas de Capital	
. .13. . .	Outras receitas de capital	0,00
. .13.01. .	Outras	0,00

Despesas		
Código	Designação	Montante
	Despesas Correntes	
. .01. . .	Despesas com o pessoal	114 377,00
. .01.01. .	Remunerações certas e permanentes	88 851,00
. .01.01.02. .	**Órgãos sociais**	**47 125,00**
. .01.01.04. .	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	27 600,00
. .01.01.04.01.	**Pessoal em funções**	**27 600,00**
. .01.01.07. .	**Pessoal em regime de tarefa ou avença**	**0,00**
. .01.01.09. .	**Pessoal em qualquer outra situação**	**0,00**
. .01.01.11. .	**Representação**	**0,00**
. .01.01.13. .	**Subsídio de refeição**	**3 168,00**
. .01.01.14. .	**Subsídios de férias e de Natal**	**10 958,00**
. .01.02. . .	Abonos variáveis ou eventuais	5 600,00
. .01.02.13. .	Outros suplementos e prémios	5 600,00
. .01.02.13.02.	Outros	5 600,00
. .01.02.13.02.01	**ISENÇÃO HORÁRIO TRABALHO**	**5 600,00**
. .01.03. . .	Segurança social	19 926,00
. .01.03.05. .	Contribuições para a segurança social	17 526,00
. .01.03.05.03.	**Outros**	**17 526,00**
. .01.03.09. .	Seguros	2 400,00
. .01.03.09.01.	**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	**2 400,00**
. .02. . . .	Aquisição de bens e serviços	729 483,63
. .02.01. . .	Aquisição de bens	35 000,00
. .02.01.02. .	Combustíveis e lubrificantes	28 000,00
. .02.01.02.01.	**Gasolina**	**1 300,00**
. .02.01.02.02.	Gasóleo	26 600,00
. .02.01.02.02.01	**IVA DEDUTÍVEL 100%**	**13 500,00**
. .02.01.02.02.02	**IVA DEDUTÍVEL 50% - LIG. PASSAGEIROS**	**3 000,00**
. .02.01.02.02.03	**IVA DEDUTÍVEL 50% - LIG. MERCADORIAS**	**10 000,00**
. .02.01.02.02.04	**VIATURAS N/ PERTECENTES EMPRESA**	**100,00**
. .02.01.02.99.	Outros	100,00
. .02.01.02.99.01	**IVA N/ DEDUTÍVEL**	**100,00**

Orçamento

(unidade : euros)

Receitas		
Código	Designação	Montante
. .13.01.99. .	**Outras**	**0,00**
. .15. . . .	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00
. .15.01. . .	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00
. .15.01.01. .	**Reposições não abatidas nos pagamentos**	**0,00**
	Total das Receitas de Capital	**0,00**
	Total das Receitas Correntes	**933 680,63**
	Total das Receitas de Capital	**0,00**
	Total Geral	**933 680,63**

Despesas		
Código	Designação	Montante
. .02.01.07. .	**Vestuário e artigos pessoais**	**0,00**
. .02.01.08. .	Material de escritório	1 000,00
. .02.01.08.01.	MERCADO NACIONAL	1 000,00
. .02.01.08.01.01	**IVA DEDUTÍVEL**	**1 000,00**
. .02.01.15. .	**Prémios, condecorações e ofertas**	**0,00**
. .02.01.17. .	Ferramentas e utensílios	5 000,00
. .02.01.17.01.	MERCADO NACIONAL	5 000,00
. .02.01.17.01.01	**IVA DEDUTÍVEL**	**5 000,00**
. .02.01.21. .	Outros bens	1 000,00
. .02.01.21.01.	MERCADO NACIONAL	1 000,00
. .02.01.21.01.01	**IVA DEDUTÍVEL - TAXA NORMAL**	**500,00**
. .02.01.21.01.02	**IVA DEDUTÍVEL - TAXA INTERMÉDIA**	**500,00**
. .02.02. . .	Aquisição de serviços	694 483,63
. .02.02.01. .	Encargos das instalações	150 000,00
. .02.02.01.01.	MERCADO NACIONAL	150 000,00
. .02.02.01.01.01	**ELETRICIDADE - IVA DEDUTÍVEL**	**72 000,00**
. .02.02.01.01.02	**GÁS - IVA DEDUTÍVEL**	**78 000,00**
. .02.02.02. .	Limpeza e higiene	8 500,00
. .02.02.02.01.	MERCADO NACIONAL	8 500,00
. .02.02.02.01.01	**IVA DEDUTÍVEL**	**8 500,00**
. .02.02.03. .	Conservação de bens	60 000,00
. .02.02.03.01.	MERCADO NACIONAL	60 000,00
. .02.02.03.01.01	**IVA DEDUTÍVEL**	**55 000,00**
. .02.02.03.01.02	**IVA N/ DEDUTÍVEL**	**5 000,00**
. .02.02.09. .	Comunicações	5 000,00
. .02.02.09.01.	MERADO NACIONAL	5 000,00
. .02.02.09.01.01	**IVA DEDUTÍVEL**	**4 500,00**
. .02.02.09.01.02	**ISENTO DE IVA**	**500,00**
. .02.02.11. .	**Representação dos serviços**	**0,00**
. .02.02.12. .	Seguros	5 000,00
. .02.02.12.01.	MERCADO NACIONAL	5 000,00
. .02.02.12.01.01	**ISENTOS - VIAT. LIG. PASSAGEIROS**	**500,00**
. .02.02.12.01.02	**ISENTO - OUTRAS VIATURAS**	**4 000,00**

Orçamento

(unidade : euros)

Receitas		
Código	Designação	Montante

Despesas		
Código	Designação	Montante
. .02.02.12.01.03	**ISENTOS - EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS**	**500,00**
. .02.02.13. .	Deslocações e estadas	8 000,00
. .02.02.13.01.	MERCADO NACIONAL	8 000,00
. .02.02.13.01.01	**IVA N/ DEDUTÍVEL**	**8 000,00**
. .02.02.13.02.	**Transporte de Mercadorias e Outros**	**0,00**
. .02.02.14. .	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	10 000,00
. .02.02.14.01.	**MERCADO NACIONAL**	**10 000,00**
. .02.02.17. .	Publicidade	100,00
. .02.02.17.01.	MERCADO NACIONAL	100,00
. .02.02.17.01.01	**IV DEDUTÍVEL - TAXA REDUZIDA**	**100,00**
. .02.02.19. .	**Assistência técnica**	**0,00**
. .02.02.20. .	Outros trabalhos especializados	447 883,63
. .02.02.20.01.	MERCADO NACIONAL	447 883,63
. .02.02.20.01.01	**IVA DEDUTÍVEL**	**0,00**
. .02.02.20.01.02	**ISENTO / REGIME DE ISENÇÃO**	**447 883,63**
. .02.02.25. .	Outros serviços	0,00
. .02.02.25.01.	RENDAS E ALUGUERES	0,00
. .02.02.25.01.01	**MERCADO NACIONAL - IVA DEDUTÍVEL**	**0,00**
. .02.02.25.99.	MERCADO NACIONAL	0,00
. .02.02.25.99.01	**IVA DEDUTÍVEL**	**0,00**
. .02.02.25.99.02	**ISENTOS**	**0,00**
. .03. . . .	Juros e outros encargos	2 500,00
. .03.05. . .	Outros juros	2 500,00
. .03.05.02. .	Outros	2 500,00
. .03.05.02.02.	**Juros de Mora**	**500,00**
. .03.05.02.99.	**Outros**	**2 000,00**
. .06. . . .	Outras despesas correntes	87 320,00
. .06.02. . .	Diversas	87 320,00
. .06.02.01. .	Impostos e taxas	0,00
. .06.02.01.01.	Impostos e taxas pagos pela Autarquia	0,00
. .06.02.01.01.99	**Outras**	**0,00**
. .06.02.03. .	Outras	87 320,00
. .06.02.03.02.	**IVA pago**	**72 000,00**

Orçamento

(unidade : euros)

Receitas		
Código	Designação	Montante

Despesas		
Código	Designação	Montante
. .06.02.03.04.	Serviços bancários	120,00
. .06.02.03.04.01	**MERCADO NACIONAL - IVA DEDUTÍVEL**	**120,00**
. .06.02.03.04.02	**Isentas**	**0,00**
. .06.02.03.05.	Outras	15 200,00
. .06.02.03.05.01	**IUC - LIG. PASSAGEIROS**	**100,00**
. .06.02.03.05.02	**IUC - OUTRAS VIATURAS**	**1 000,00**
. .06.02.03.05.03	**TAXAS**	**100,00**
. .06.02.03.05.04	**OUTRAS CORREÇÕES ANOS ANTERIORES**	**10 000,00**
. .06.02.03.05.05	**MULTAS NÃO FISCAIS**	**4 000,00**
. .06.02.03.05.99	**OUTRAS**	**0,00**
	Total das Despesas Correntes	**933 680,63**
	Despesas de Capital	
. .09. . . .	Ativos financeiros	0,00
. .09.06. . .	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00
. .09.06.01. .	**Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas**	**0,00**
. .10. . . .	Passivos financeiros	0,00
. .10.06. . .	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00
. .10.06.03. .	**Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras**	**0,00**
. .10.07. . .	Outros passivos financeiros	0,00
. .10.07.08. .	**Administração pública local - Continente**	**0,00**
	Total das Despesas de Capital	**0,00**
	Total das Despesas Correntes	**933 680,63**
	Total das Despesas de Capital	**0,00**
	Total Geral	**933 680,63**

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Orçamento

Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Em ___ de_____de_____	Em ___ de_____de_____

Plano Plurianual de Investimentos

Não tem registos para listar!

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Ano: 2025
Número: 2
Data: 31/12/2025

Resumo Diário de Tesouraria

(Unidades: euros)

				Saldo do Dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saída do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
Disponibilidades	Caixa	Dinheiro		138,23	1 237 198,59	1 237 336,82	1 236 044,68	1 292,14
		Cheques e vales postais		0,00	0,00	0,00	236 044,68	0,00
			SubTotal	138,23	237 198,59	237 336,82	236 044,68	1 292,14
	Depósitos	MG	N.º 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		MONTEPIO	N.º 99101154866	3 684,47	22 003,10	25 687,57	0,00	25 687,57
			SubTotal	3 684,47	22 003,10	25 687,57	0,00	25 687,57
	Aplicações de Tesouraria	Títulos Negociáveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			SubTotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total de Disponibilidades			3 822,70	1 259 201,69	1 263 024,39	1 236 044,68	26 979,71
Documentos				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Movimentos de Tesouraria				3 822,70	1 259 201,69	1 263 024,39	1 236 044,68	26 979,71
Operações Orçamentais				3 822,70	237 198,59	1 241 021,29	1 214 041,58	26 979,71
Operações de Tesouraria				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Tesoureiro

Em _____ de _____ de _____

_____

Conferi

Em _____ de _____ de _____

_____

O Presidente

Em _____ de _____ de _____

_____

Demonstrações de relato individual

Demonstração do desempenho orçamental

Ano de 2025

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Data:01/01/2025
a
Data: 31/12/2025

Ano: 2025

Data: 14/05/2026

(Unidade:euros)

Demonstrações de relato individual

Demonstração do desempenho orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2025)						2024
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais							
	Restituição do saldo oper. orçamentais							3.822,70
	Operações de tesouraria							0
	Receita corrente							
R1	Receita Fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R11	Impostos Diretos	0	0	0	0	0	0	0
R12	Impostos Indiretos	0	0	0	0	0	0	0
R2	Contribuicoes para sistemas de protecao social e subsistemas de saude	0	0	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0
R4	Rendimentos de propriedade	0	0	0	0	0	0	0
R51	Transferencias e subsidios correntes	0	0	0	0	0	0	0
R511	Transferencias Correntes	0	0	0	0	0	0	0
R5111	Administracao Central - Estado Portugues	0	0	0	0	0	0	0
R5112	Administracao Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
R5113	Seguranca Social	0	0	0	0	0	0	0
R5114	Administracao Regional	0	0	0	0	0	0	0
R5115	Administracao Local	0	0	0	0	0	0	0
R512	Exterior - U E	0	0	0	0	0	0	0
R513	Outras	0	0	0	0	0	0	0
R52	Subsidios Correntes	0	0	0	0	0	0	0
R6	Venda de bens e servicos	492.237,89	0	0	0	0	492.237,89	0
R7	Outras Receitas Correntes	686,03	0	0	0	0	686,03	0
	Receita de capital							
R10	Outras receitas de capital	147.986,06	0	0	0	0	147.986,06	0
R11	Reposicoes nao abatidas aos pagamentos	262.820,18	0	0	0	0	262.820,18	0
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0	0
R91	Transferencias e subsidios de capital	0	0	0	0	0	0	0

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2025)						2024
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	539.436,55	0	0	0	0	539.436,55	0
D11	Remuneracoes certas e permanentes	482.692,31	0	0	0	0	482.692,31	0
D12	Abonos variaveis ou eventuais	6.482,97	0	0	0	0	6.482,97	0
D13	Seguranca social	50.261,27	0	0	0	0	50.261,27	0
D2	Aquisicao de bens e servicos	348.468,86	0	0	0	0	348.468,86	0
D3	Juros e outros encargos	2.097,32	0	0	0	0	2.097,32	0
D4	Transferencias e subsidios correntes	0	0	0	0	0	0	0
D41	Transferencias Correntes	0	0	0	0	0	0	0
D411	Administracoes Publicas	0	0	0	0	0	0	0
D4111	Administracao Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
D4112	Administracao Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D4113	Seguranca social	0	0	0	0	0	0	0
D4114	Administracao regional	0	0	0	0	0	0	0
D4115	Administracao local	0	0	0	0	0	0	0
D412	Entidades do setor nao lucrativo	0	0	0	0	0	0	0
D413	Familias	0	0	0	0	0	0	0
D414	Outras	0	0	0	0	0	0	0
D42	Subsidios correntes	0	0	0	0	0	0	0
D5	Outras Despesas Correntes	44.621,22	0	0	0	0	44.621,22	0
	Despesa de capital							
D6	Aquisição de bens de capital	0	0	0	0	0	0	0
D71	Transferencias e subsidios de capital	0	0	0	0	0	0	0
D711	Transferencias de capital	0	0	0	0	0	0	0
D7111	Administracao Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0

AIN - AGRO INDUSTRIAL DO NORDESTE, E.I.M. S.A.

Data:01/01/2025
a
Data: 31/12/2025

Ano: 2025

Data: 14/05/2026

(Unidade:euros)

Demonstrações de relato individual

Demonstração do desempenho orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2025)						2024
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
R911	Transferencias de capital	0	0	0	0	0	0	0
R9111	Administracao Central - Estado Portugues	0	0	0	0	0	0	0
R9112	Administracao Central - outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
R9113	Seguranca social	0	0	0	0	0	0	0
R9114	Administracao Regional	0	0	0	0	0	0	0
R9115	Administracao Local	300.000,00	0	0	0	0	300.000,00	0
R912	Exterior - U E	0	0	0	0	0	0	0
R913	Outras	16.870,98	0	0	0	0	16.870,98	0
	Receita efetiva						1 220 601,14	
	Receita não efetiva							
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
R13	Receita com Passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
R14	Saldo da gerencia anterior - operacoes orcamentais	0	0	0	0	0	0	0
	Soma						1.224.423,84	
	Operações de tesouraria						0	

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2025)						2024
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
D7112	Administracao Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D7113	Seguranca social	0	0	0	0	0	0	0
D7114	Administracao regional	0	0	0	0	0	0	0
D7115	Administracao local	0	0	0	0	0	0	0
D712	Entidades do setor nao lucrativo	0	0	0	0	0	0	0
D713	Familias	0	0	0	0	0	0	0
D714	Outras	0	0	0	0	0	0	0
D8	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0	0	0
	Despesa efetiva						934 623,95	
	Despesa não efetiva							
D10	Despesa com passivos financeiros	262.820,18	0	0	0	0	262.820,18	0
D9	Despesa com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	Soma						934.623,95	
	Operações de tesouraria						0,00	
	Saldo para a gerência seguinte							
	Operações orçamentais						26 979,71	
	Operações de tesouraria:						0,00	
	Saldo Global						285 977,19	
	Despesa primária						932 526,63	
	Saldo corrente						-441 700,03	
	Saldo de capital						464 857,04	
	Saldo primário						283 879,87	
	Receita total						1 224 423,84	
	Despesa total						1 197 444,13	

Demonstração de execução orçamental de receita

Ano de 2025

Demonstração de execução orçamental de receita

Funcionário: Utilizador

(Unidade: euros)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Total	Receita por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
	Receita Corrente													
. .06	Transferências correntes													
. .06.05	Administração local													
. .06.05.01	Continente													
. .06.05.01.01	**Municípios**	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
. .07	Venda de bens e serviços correntes													
. .07.01	Venda de bens													
. .07.01.10	Desperdícios, resíduos e refugos													
. .07.01.10.99	Outros													
. .07.01.10.99.01	**TAXA REDUZIDA**	4 535,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
. .07.01.10.99.02	**TAXA NORMAL**	150 601,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
. .07.02	Serviços													
. .07.02.99	Outros													
. .07.02.99.01	MERCADO NACIONAL													
. .07.02.99.01.01	**MIC - TAXA NORMAL**	486 348,71	254.583,21	464.136,02	0,00	498.835,34	6 597,45	6 597,45	254.583,21	237.654,68	492.237,89	219.883,89	52,35%	48,87%
. .07.02.99.01.02	**MIC - TX SIRCA - ISENTAS IVA**	56 630,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
. .07.02.99.01.03	**Tx. Reduzida**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
. .07.02.99.02	MERCADO INTRACOMUNITÁRIO													
. .07.02.99.02.01	**ISENTAS-ARTº 14 RITI**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
. .07.03	Rendas													
. .07.03.02	Edifícios													
. .07.03.02.01	MERCADO NACIONAL													
. .07.03.02.01.01	**TAXA NORMAL**	35 064,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
. .07.03.02.01.02	**TAXA REDUZIDA**	8 318,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
. .08	Outras receitas correntes													
	A Transportar	941 499,32	254.583,21	464.136,02	0,00	498.835,34	6 597,45	6 597,45	254.583,21	237.654,68	492.237,89	219.883,89	27,04%	25,24%

Demonstração de execução orçamental de receita

Funcionário: Utilizador

(Unidade: euros)

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Total	Receita por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
. .08.01	Outras													
. .08.01.99	Outras													
. .08.01.99.03	**IVA reembolsado**	0,00	5.326,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.326,64	0,00%	0,00%
. .08.01.99.99	**Diversas**	500,00	686,03	1.665,31	0,00	686,03	0,00	0,00	686,03	0,00	686,03	1.665,31	137,21%	0,00%
. .10	Transferências de capital													
. .10.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras													
. .10.01.02	Privadas													
. .10.01.02.01	**Matadouro Cachão SA**	1 497 364,06	1.497.364,02	5.293,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.502.657,14	0,00%	0,00%
. .10.01.02.02	**Contratos Promessa**	307 261,09	307.261,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307.261,09	0,00%	0,00%
. .10.01.02.03	**Outros créditos a receber**	16 870,98	16.870,98	21.768,32	0,00	16.870,98	0,00	0,00	16.870,98	0,00	16.870,98	21.768,32	100,00%	0,00%
. .10.05	Administração local													
. .10.05.01	Continente													
. .10.05.01.01	**Municípios**	423 072,26	100.000,00	200.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	100.000,00	200.000,00	300.000,00	0,00	23,64%	47,27%
. .13	Outras receitas de capital													
. .13.01	Outras													
. .13.01.99	**Outras**	0,00	0,00	147.986,06	0,00	147.986,06	0,00	0,00	0,00	147.986,06	147.986,06	0,00	0,00%	0,00%
. .15	Reposições não abatidas nos pagamentos													
. .15.01	Reposições não abatidas nos pagamentos													
. .15.01.01	**Reposições não abatidas nos pagamentos**	0,00	0,00	262.820,18	0,00	262.820,18	0,00	0,00	0,00	262.820,18	262.820,18	0,00	0,00%	0,00%
	Total	3 186 567,71	2.182.091,97	1.103.669,01	0,00	1.227.198,59	6 597,45	6 597,45	372.140,22	848.460,92	1.220.601,14	2.058.562,39	11,68%	26,63%

Demonstração de execução orçamental de receita

Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Em ___ de_____de_____	Em ___ de_____de_____

Demonstração de execução orçamental de despesa

Ano de 2025

Demonstração de execução orçamental de despesa

Funcionário: Utilizador

(Unidade:euros)

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
	Despesa Corrente												
. .01	Despesas com o pessoal												
. .01.01	Remunerações certas e permanentes												
. .01.01.02	**Órgãos sociais**	0,00	47 125,00	0,00 / 0,00	26 260,69	26 260,69	0,00	26 260,69	26 260,69	0,00	0,00	0 %	55,73%
. .01.01.04	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho												
. .01.01.04.01	**Pessoal em funções**	0,00	27 600,00	0,00 / 0,00	23 937,24	23 937,24	0,00	23 937,24	23 937,24	0,00	0,00	0 %	86,73%
. .01.01.07	**Pessoal em regime de tarefa ou avença**	0,00	0,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .01.01.09	**Pessoal em qualquer outra situação**	0,00	1 424 845,98	0,00 / 0,00	417 915,35	417 915,35	0,00	417 915,35	417 915,35	0,00	0,00	0 %	29,33%
. .01.01.11	**Representação**	0,00	6 000,00	0,00 / 0,00	5 632,53	5 632,53	0,00	5 632,53	5 632,53	0,00	0,00	0 %	93,88%
. .01.01.13	**Subsídio de refeição**	0,00	3 168,00	0,00 / 0,00	2 730,00	2 730,00	0,00	2 730,00	2 730,00	0,00	0,00	0 %	86,17%
. .01.01.14	**Subsídios de férias e de Natal**	0,00	10 958,00	0,00 / 0,00	6 216,50	6 216,50	0,00	6 216,50	6 216,50	0,00	0,00	0 %	56,73%
. .01.02	Abonos variáveis ou eventuais												
. .01.02.13	Outros suplementos e prémios												
. .01.02.13.02	Outros												
. .01.02.13.02.01	**ISENÇÃO HORÁRIO TRABALHO**	0,00	6 600,00	0,00 / 0,00	6 482,97	6 482,97	0,00	6 482,97	6 482,97	0,00	0,00	0 %	98,23%
. .01.03	Segurança social												
. .01.03.05	Contribuições para a segurança social												
. .01.03.05.03	**Outros**	0,00	17 526,00	0,00 / 0,00	16 275,79	16 275,79	0,00	16 275,79	16 275,79	0,00	0,00	0 %	92,87%
. .01.03.09	Seguros												
. .01.03.09.01	**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**	0,00	34 000,00	0,00 / 0,00	33 985,48	33 985,48	0,00	33 985,48	33 985,48	0,00	0,00	0 %	99,96%
. .02	Aquisição de bens e serviços												
. .02.01	Aquisição de bens												
. .02.01.02	Combustíveis e lubrificantes												
. .02.01.02.01	**Gasolina**	0,00	3 900,00	0,00 / 0,00	3 836,65	3 836,65	0,00	3 836,65	3 836,65	0,00	0,00	0 %	98,38%
. .02.01.02.02	Gasóleo												
	A Transportar	0,00	1 581 722,98	0,00 / 0,00	543 273,20	543 273,20	0,00	543 273,20	543 273,20	0,00	0,00	0 %	34,35%

Demonstração de execução orçamental de despesa

Funcionário: Utilizador

(Unidade:euros)

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
. .02.01.02.02.01	IVA DEDUTÍVEL 100%	0,00	13 500,00	0,00 / 0,00	11 221,28	11 221,28	0,00	11 221,28	11 221,28	0,00	0,00	0 %	83,12%
. .02.01.02.02.02	IVA DEDUTÍVEL 50% - LIG. PASSAGEIROS	0,00	8 234,82	0,00 / 0,00	8 234,82	8 234,82	0,00	8 234,82	8 234,82	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .02.01.02.02.03	IVA DEDUTÍVEL 50% - LIG. MERCADORIAS	0,00	10 000,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .02.01.02.02.04	VIATURAS N/ PERTECENTES EMPRESA	0,00	131,88	0,00 / 0,00	131,88	131,88	0,00	131,88	131,88	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .02.01.02.99	Outros												
. .02.01.02.99.01	IVA N/ DEDUTÍVEL	0,00	100,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	0,00	670,33	0,00 / 0,00	670,33	670,33	0,00	670,33	670,33	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .02.01.08	Material de escritório												
. .02.01.08.01	MERCADO NACIONAL												
. .02.01.08.01.01	IVA DEDUTÍVEL	0,00	1 000,00	0,00 / 0,00	860,71	860,71	0,00	860,71	860,71	0,00	0,00	0 %	86,07%
. .02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	0,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .02.01.17	Ferramentas e utensílios												
. .02.01.17.01	MERCADO NACIONAL												
. .02.01.17.01.01	IVA DEDUTÍVEL	0,00	5 000,00	0,00 / 0,00	945,90	945,90	0,00	945,90	945,90	0,00	0,00	0 %	18,92%
. .02.01.21	Outros bens												
. .02.01.21.01	MERCADO NACIONAL												
. .02.01.21.01.01	IVA DEDUTÍVEL - TAXA NORMAL	0,00	26 500,00	0,00 / 0,00	26 297,79	26 297,79	0,00	26 297,79	26 297,79	0,00	0,00	0 %	99,24%
. .02.01.21.01.02	IVA DEDUTÍVEL - TAXA INTERMÉDIA	0,00	500,00	0,00 / 0,00	11,95	11,95	0,00	11,95	11,95	0,00	0,00	0 %	2,39%
. .02.02	Aquisição de serviços												
. .02.02.01	Encargos das instalações												
. .02.02.01.01	MERCADO NACIONAL												
. .02.02.01.01.01	ELETRICIDADE - IVA DEDUTÍVEL	0,00	76 100,00	0,00 / 0,00	76 004,79	76 004,79	0,00	76 004,79	76 004,79	0,00	0,00	0 %	99,87%
. .02.02.01.01.02	GÁS - IVA DEDUTÍVEL	0,00	78 000,00	0,00 / 0,00	57 925,36	57 925,36	0,00	57 925,36	57 925,36	0,00	0,00	0 %	74,26%
. .02.02.02	Limpeza e higiene												
. .02.02.02.01	MERCADO NACIONAL												
A Transportar		0,00	1 801 460,01	0,00 / 0,00	725 578,01	725 578,01	0,00	725 578,01	725 578,01	0,00	0,00	0 %	40,28%

Demonstração de execução orçamental de despesa

Funcionário: Utilizador

(Unidade:euros)

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
. .02.02.02.01.01	**IVA DEDUTÍVEL**	0,00	8 500,00	0,00 / 0,00	5 686,14	5 686,14	0,00	5 686,14	5 686,14	0,00	0,00	0 %	66,90%
. .02.02.03	Conservação de bens												
. .02.02.03.01	MERCADO NACIONAL												
. .02.02.03.01.01	**IVA DEDUTÍVEL**	0,00	55 000,00	0,00 / 0,00	51 958,06	51 958,06	0,00	51 958,06	51 958,06	0,00	0,00	0 %	94,47%
. .02.02.03.01.02	**IVA N/ DEDUTÍVEL**	0,00	5 000,00	0,00 / 0,00	204,34	204,34	0,00	204,34	204,34	0,00	0,00	0 %	4,09%
. .02.02.09	Comunicações												
. .02.02.09.01	MERADO NACIONAL												
. .02.02.09.01.01	**IVA DEDUTÍVEL**	0,00	4 500,00	0,00 / 0,00	3 191,51	3 191,51	0,00	3 191,51	3 191,51	0,00	0,00	0 %	70,92%
. .02.02.09.01.02	**ISENTO DE IVA**	0,00	500,00	0,00 / 0,00	360,55	360,55	0,00	360,55	360,55	0,00	0,00	0 %	72,11%
. .02.02.11	**Representação dos serviços**	0,00	1 108,65	0,00 / 0,00	1 108,65	1 108,65	0,00	1 108,65	1 108,65	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .02.02.12	Seguros												
. .02.02.12.01	MERCADO NACIONAL												
. .02.02.12.01.01	**ISENTOS - VIAT. LIG. PASSAGEIROS**	0,00	500,00	0,00 / 0,00	439,40	439,40	0,00	439,40	439,40	0,00	0,00	0 %	87,88%
. .02.02.12.01.02	**ISENTO - OUTRAS VIATURAS**	0,00	4 000,00	0,00 / 0,00	2 109,44	2 109,44	0,00	2 109,44	2 109,44	0,00	0,00	0 %	52,74%
. .02.02.12.01.03	**ISENTOS - EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS**	0,00	500,00	0,00 / 0,00	225,55	225,55	0,00	225,55	225,55	0,00	0,00	0 %	45,11%
. .02.02.13	Deslocações e estadas												
. .02.02.13.01	MERCADO NACIONAL												
. .02.02.13.01.01	**IVA N/ DEDUTÍVEL**	0,00	8 000,00	0,00 / 0,00	6 550,50	6 550,50	0,00	6 550,50	6 550,50	0,00	0,00	0 %	81,88%
. .02.02.13.02	**Transporte de Mercadorias e Outros**	0,00	450,00	0,00 / 0,00	450,00	450,00	0,00	450,00	450,00	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria												
. .02.02.14.01	**MERCADO NACIONAL**	0,00	10 000,00	0,00 / 0,00	280,17	280,17	0,00	280,17	280,17	0,00	0,00	0 %	2,80%
. .02.02.17	Publicidade												
. .02.02.17.01	MERCADO NACIONAL												
. .02.02.17.01.01	**IV DEDUTÍVEL - TAXA REDUZIDA**	0,00	100,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .02.02.19	**Assistência técnica**	0,00	614,22	0,00 / 0,00	614,22	614,22	0,00	614,22	614,22	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .02.02.20	Outros trabalhos especializados												
A Transportar		0,00	1 900 232,88	0,00 / 0,00	798 756,54	798 756,54	0,00	798 756,54	798 756,54	0,00	0,00	0 %	42,03%

Demonstração de execução orçamental de despesa

Funcionário: Utilizador

(Unidade:euros)

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
. .02.02.20.01	MERCADO NACIONAL												
. .02.02.20.01.01	**IVA DEDUTÍVEL**	0,00	40 504,42	0,00 / 0,00	40 504,42	40 504,42	0,00	40 504,42	40 504,42	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .02.02.20.01.02	**ISENTO / REGIME DE ISENÇÃO**	0,00	301 025,71	0,00 / 0,00	255,00	255,00	0,00	255,00	255,00	0,00	0,00	0 %	0,08%
. .02.02.25	Outros serviços												
. .02.02.25.01	RENDAS E ALUGUERES												
. .02.02.25.01.01	**MERCADO NACIONAL - IVA DEDUTÍVEL**	0,00	0,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .02.02.25.02	Passivo Corrente												
. .02.02.25.02.01	**Fornecedores**	45 037,70	47 037,70	0,00 / 0,00	46 503,25	46 503,25	2 879,61	1 465,55	4 345,16	0,00	42 158,09	6,12%	9,24%
. .02.02.25.02.02	**Estado e outros entes públicos**	32 095,92	32 095,92	0,00 / 0,00	32 095,92	32 095,92	20 594,65	0,00	20 594,65	0,00	11 501,27	64,17%	64,17%
. .02.02.25.02.03	**Outras dívidas a pagar**	18 096,35	18 096,35	0,00 / 0,00	18 096,35	18 096,35	5 285,77	0,00	5 285,77	0,00	12 810,58	29,21%	29,21%
. .02.02.25.99	MERCADO NACIONAL												
. .02.02.25.99.01	**IVA DEDUTÍVEL**	0,00	20 000,00	0,00 / 0,00	18 150,87	18 150,87	0,00	18 150,87	18 150,87	0,00	0,00	0 %	90,75%
. .02.02.25.99.02	**ISENTOS**	0,00	13,00	0,00 / 0,00	13,00	13,00	0,00	13,00	13,00	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .03	Juros e outros encargos												
. .03.05	Outros juros												
. .03.05.02	Outros												
. .03.05.02.02	**Juros de Mora**	0,00	2 100,00	0,00 / 0,00	2 097,32	2 097,32	0,00	2 097,32	2 097,32	0,00	0,00	0 %	99,87%
. .03.05.02.99	**Outros**	0,00	2 000,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .06	Outras despesas correntes												
. .06.02	Diversas												
. .06.02.01	Impostos e taxas												
. .06.02.01.01	Impostos e taxas pagos pela Autarquia												
. .06.02.01.01.99	**Outras**	0,00	8 318,69	0,00 / 0,00	2 397,57	2 397,57	0,00	2 397,57	2 397,57	0,00	0,00	0 %	28,82%
. .06.02.03	Outras												
. .06.02.03.02	**IVA pago**	0,00	72 000,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .06.02.03.04	Serviços bancários												
A Transportar		95 229,97	2 443 424,67	0,00 / 0,00	958 870,24	958 870,24	28 760,03	863 640,27	892 400,30	0,00	66 469,94	1,18%	36,52%

Demonstração de execução orçamental de despesa

Funcionário: Utilizador

(Unidade:euros)

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
. .06.02.03.04.01	**MERCADO NACIONAL - IVA DEDUTÍVEL**	0,00	120,00	0,00 / 0,00	120,00	120,00	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .06.02.03.04.02	**Isentas**	0,00	73,00	0,00 / 0,00	73,00	73,00	0,00	73,00	73,00	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .06.02.03.05	Outras												
. .06.02.03.05.01	**IUC - LIG. PASSAGEIROS**	0,00	100,00	0,00 / 0,00	86,21	86,21	0,00	86,21	86,21	0,00	0,00	0 %	86,21%
. .06.02.03.05.02	**IUC - OUTRAS VIATURAS**	0,00	1 000,00	0,00 / 0,00	61,13	61,13	0,00	61,13	61,13	0,00	0,00	0 %	6,11%
. .06.02.03.05.03	**TAXAS**	0,00	30 700,00	0,00 / 0,00	30 625,71	30 625,71	0,00	30 625,71	30 625,71	0,00	0,00	0 %	99,76%
. .06.02.03.05.04	**OUTRAS CORREÇÕES ANOS ANTERIORES**	0,00	10 000,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .06.02.03.05.05	**MULTAS NÃO FISCAIS**	0,00	4 000,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .06.02.03.05.99	**OUTRAS**	0,00	11 257,60	0,00 / 0,00	11 257,60	11 257,60	0,00	11 257,60	11 257,60	0,00	0,00	0 %	100,00%
. .09	Ativos financeiros												
. .09.06	Empréstimos a médio e longo prazos												
. .09.06.01	**Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas**	0,00	0,00	0,00 / 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0 %	0 %
. .10	Passivos financeiros												
. .10.06	Empréstimos a médio e longo prazos												
. .10.06.03	**Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras**	423 072,26	423 072,26	0,00 / 0,00	423 072,26	423 072,26	0,00	0,00	0,00	0,00	423 072,26	0 %	0 %
. .10.07	Outros passivos financeiros												
. .10.07.08	**Administração pública local - Continente**	262 820,18	262 820,18	0,00 / 0,00	262 820,18	262 820,18	262 820,18	0,00	262 820,18	0,00	0,00	100,00%	100,00%
	Total	781 122,41	3 186 567,71	0,00 / 0,00	1 686 986,33	1 686 986,33	291 580,21	905 863,92	1 197 444,13	0,00	489 542,20	9,15%	37,58%

Demonstração de execução orçamental de despesa

Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Em ___ de_____de_____	Em 27 de Abril de 2026

AIN – Agro-Industrial d Nordeste, E.I.M., S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2025

Ex.mos Senhores Acionistas,

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e as Demonstrações Orçamentais apresentadas pelo Conselho de Administração da **AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M., S.A.**, relativamente ao exercício findo em **31 de dezembro de 2025**.

TRABALHOS EFETUADOS

2. No decurso do exercício prosseguiu o Fiscal Único com a periodicidade julgada necessária e conveniente, por amostragem, à análise e apreciação dos registos e procedimentos contabilísticos inteirando-se da evolução da gestão social.

3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório Anual de Conclusões e Recomendações da Auditoria, endereçado ao Conselho de Administração e aos acionistas, nos termos dos deveres de acompanhamento e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais.

ÂMBITO

4. No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras foram preparados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, constantes do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), à exceção das anotações constantes da certificação legal das contas;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) A proposta de aplicação de resultados tem claro fundamento.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja, 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

ANOTAÇÃO

5. A sociedade não cumpre há vários anos com os pressupostos e condições impostas pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apesar de nunca ter sido tomada qualquer medida das previstas no art.º 62.º do referido diploma.

6. A Entidade não cumpre com o dever da cobertura de prejuízos na sua participada MIC – Matadouro Industrial do Cachão, S.A., de acordo com o estipulado no art.º 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

7. A Entidade, conforme dispõe no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, deve proceder à elaboração do "relatório de boas práticas de governo societário".

PARECER

8. Tudo devidamente ponderado, designadamente o que contém a Certificação Legal das Contas, somos de parecer favorável que a Assembleia:

a) Delibere sobre a aprovação do Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e o Anexo, relativos ao exercício de 2025 apresentados pelo Conselho de Administração;
b) Delibere sobre a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido apresentada pelo Conselho de Administração;
c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

O Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e a todos os serviços da empresa a colaboração prestada.

Bragança, 14 de maio de 2026

Fernando Peixinho & Associado, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por: **Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues – ROC n.º 1047**
Registado na CMVM com o n.º 2016-0660

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja, 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2025** (que evidencia um total de **4.535.959 euros** e um total de fundos próprio de **4.046.417 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **98.564 euros**), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M., S.A.** em **31 de dezembro de 2025**, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade detém 100% do capital social do Matadouro Industrial do Cachão, S.A., sendo que, à data de 31 de dezembro de 2025, aquela Empresa apresenta capitais próprios negativos no montante de 2.330.317,69 Euros. Em cumprimento do art.º 40.º da Lei 50/2012 cumpria à AIN proceder, anualmente, à cobertura dos prejuízos da sua participada MIC. Pelo facto de não nos ter sido possível obter evidência sobre o valor dos prejuízos não cobertos não estamos habilitados a formar opinião sobre a subvalorização do passivo da AIN relacionado como valor dos prejuízos não cobertos.

Não obtivemos resposta ao pedido de confirmação de saldos endereçado à ARES LUSITANI – STC SA, nomeadamente, no que se refere ao crédito daquela Entidade sobre a AIN, resultante da cedência feita pelo credor originário, Novo Banco, SA. Adicionalmente, os procedimentos alternativos que desenvolvemos, tendo-se revelado inconclusivos, não nos permitiram ultrapassar a limitação acima identificada. Assim, não estamos habilitados a concluir sobre o montante de 423.072,26 Euros incluídos na rubrica de "Financiamentos Obtidos" que consta no passivo não corrente da Entidade em 31 de dezembro de 2025. No entanto, de acordo com a informação verbal do administrador judicial, o montante reclamado pelo credor excede significativamente o valor relevado na contabilidade.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

No ativo da AIN está relevado em "Outras contas a receber" o valor de 1.831.686,55 Euros, dos quais 1.502.657,14 Euros é dívida do MIC. Pelo facto de se tratar de dívidas com bastante antiguidade, sem ter havido qualquer pagamento nos últimos anos, somos de opinião que deveriam ser relevadas as correspondentes perdas por imparidade atendendo à pouco provável realização desses valores. Por tal facto o capital próprio e o ativo encontram-se sobrevalorizados em 1.823.783,64 Euros.

A sociedade apresenta um saldo global em "Clientes, contribuintes e utentes" de 219.883,89 Euros. Da análise efetuada apurámos uma sobrevalorização de 82.643,19 Euros referente a saldos de clientes com maturidades superiores ao prazo médio de recebimentos, que requerem especial atenção face ao crescimento do risco de incobrabilidade que o tempo determina.

A sociedade apresenta um excedente de revalorização de 1.097.340,91 Euros, resultante de uma avaliação efetuada às propriedades de investimento por perito independente, há mais de 4 anos. Tal revalorização deveria, anualmente, ser objeto de testes de imparidade, o que, tendo em atenção o desempenho da Entidade e a sua situação patrimonial, assim como a antiguidade desses ativos, nos limitam quanto à formação da opinião sobre a razoabilidade do excedente de revalorização supramencionado.

Pelo facto de não termos obtido resposta ao pedido de confirmação efetuado junto dos advogados da Entidade, não estamos em condições de formar opinião sobre a eventual necessidade de constituição de provisões para fazer face a possíveis riscos contingenciais.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

O facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras, e em particular o mais recente ataque ao Irão, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo tem-se traduzido em níveis de incerteza e instabilidade, com repercussão na atividade do comércio internacional. Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo possível prever o impacto nas demonstrações financeiras da entidade para o ano em curso.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

No decurso de 2017, tendo em conta os constrangimentos financeiros do Matadouro Industrial do Cachão, S.A., bem como as consequências operacionais que advêm deste facto, a atividade operacional do matadouro foi internalizada na AIN – Agro-Industrial do Nordeste, SA. Não obstante, esta internalização carece ainda de uma decisão formal sobre a forma como deverá decorrer.

Anotamos o facto de no ativo da AIN estar relevado em "Outras contas a receber" o valor de 1.502.657,14 Euros correspondente a dívida do MIC. Pelo facto de se tratar de dívidas da Entidade de que a AIN detém 100% do capital poderiam ser utilizadas para cobertura de prejuízos.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de **1.220.601,14 euros**), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de **1.197.444,13 euros**) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em **31 de dezembro de 2025**.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:

- Verifica-se que a contabilidade orçamental implementada pela Entidade não permite o adequado registo, acompanhamento e controlo da execução orçamental ao longo do período.
- Verificamos que as receitas correntes são inferiores em € 441.700,03 às despesas correntes, o que evidencia uma situação de desequilíbrio orçamental, para além do acréscimo das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, os quais se encontram em mora há vários anos e estão em processo de execução das hipotecas dadas como garantia.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos e aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do "Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras" e exceto quanto ao efeito das matérias referidas na secção "Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares – Sobre as demonstrações orçamentais" e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais:

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

- O Relatório de Gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão e a Entidade não divulgou as razões para esta insuficiência.

Bragança, 14 de maio de 2026



Fernando Peixinho & Associado, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por: **Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues – ROC n.º 1047**
Registado na CMVM com o n.º 2016-0660

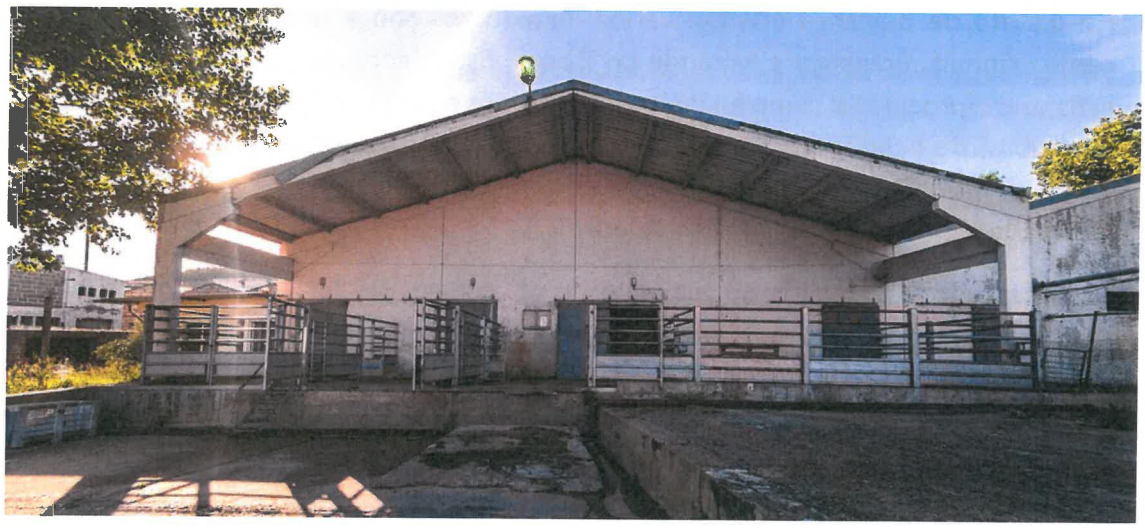
SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

MATADOURO INDUSTRIAL DO CACHÃO, S.A.

RELATORIO DE GESTÃO

"Matadouro Industrial do Cachão, S.A. "

2025



Conselho de Administração

29 de abril de 2026

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, E.I.M.,S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370-132 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Conservatória Reg. Comercial Mirandela - Matricula e Pessoa Coletiva nº 507868285

INTRODUÇÃO

O MIC- Matadouro industrial do Cachão está localizado no concelho de Mirandela, tem 40 anos de existência.

Em 2006 os Municípios de Mirandela e Vila Flor adquiriram o Matadouro à PEC Nordeste, numa altura em que o "Estado" procurou transferir setor cárnico para outras entidades. Construído em 1972, com algumas interrupções, começou a laborar em 1985.

O Matadouro faz um excelente trabalho para todo o distrito de Bragança e Vila Real. É um matadouro fundamental pelo serviço que presta em toda a região tendo uma grande capacidade instalada, pese embora a reduzida capacidade de prestação de serviços atualmente.

No distrito de Bragança existem vários matadouros sob a tutela dos municípios tais como, Vinhais, Bragança e Miranda do Douro. Estes, conjuntamente, não conseguem satisfazer a procura tal como foi demonstrado após o encerramento do cachão pela ASAE para obras de beneficiação, em 2018. Existe ainda como concorrência o Matadouro de Penafiel, Montalegre e Central de Carnes. É ainda expectável que em 2026 se junte a esta equação o Matadouro de Mogadouro.

Considerando o disposto no artigo 65.º do código de sociedades comerciais que determina que os membros da administração devem submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas e demais documentos de prestação de contas previstos na lei relativos ao exercício anual, com o encerramento do exercício de 2025 devem ser elaborados os seus relatórios e contas. Umas das peças que compõem o relatório e contas é o relatório de gestão.

O conselho de administração é o órgão que está em melhores condições de conhecer a atividade da empresa bem como os objetivos e limitações futuras, pelo que lhe cabe exclusivamente a responsabilidade pela elaboração do relatório de gestão. Assim, dando cumprimento à obrigatoriedade de reporte aos acionistas em Assembleia Geral de prestação de contas e como forma de descrever algumas das situações vertidas nas demonstrações financeiras e outras que nelas não constem, é elaborado o presente relatório.

As dificuldades do Matadouro Industrial do Cachão (MIC) continuam a subsistir ao longo dos anos, devido às dívidas acumuladas no passado, principalmente a fornecedores e, um pesado passivo financeiro acumulado, evidenciado nos relatórios anteriores.

É primordial a necessidade de investimento estrutural, o matadouro tem funcionado de forma deficitária, requerendo, um olhar diferente dos municípios para o possível financiamento ao investimento de novos equipamentos.

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, E.I.M.,S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370-132 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Conservatória Reg. Comercial Mirandela - Matricula e Pessoa Coletiva nº 507868285

Corpos Sociais do Matadouro Industrial do Cachão, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Manuel Miranda

Secretário – José Manuel Teixeira Alexandre

Conselho de Administração

Presidente – Michel Lima Monteiro

Vogal – Orlando Ferreira Pires

Vogal – Vera Cristina Quintela Pires Preto

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

FERNANDO PEIXINHO & ASSOCIADO - SROC, LDA (ROC nº1047)

NIF/NIPC: 176754997

Fiscal Único

José Alberto Figueira da Fonseca Lima (ROC nº1075)

NIF/NIPC: 115408282

Fiscal Único Suplente

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, E.I.M.,S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370-132 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Conservatória Reg. Comercial Mirandela - Matricula e Pessoa Coletiva nº 507868285

ATIVIDADE DO MATADOURO

O Matadouro Industrial do Cachão tem a sua atividade operacional materializada na empresa participante AIN – Agroindustrial do Nordeste E.I.M. S.A., desde o ano de 2017. Esta solução foi implementada para ultrapassar o constrangimento causado por várias penhoras no banco, executadas pelo credor Pedro Barradas.

Toda a faturação dos serviços do Matadouro passa pela AIN – Agroindustrial do Nordeste, bem como, os vários contratos de bens e serviços.

O Matadouro Industrial do Cachão mantém 23 funcionários no quadro, sendo este custo faturado todos os meses à AIN- Agroindustrial do Nordeste, como cedência de pessoal, ao qual se junta os demais encargos associados a esta rubrica.

No que tange à sua atividade de abate, para cada uma das espécies, podemos observar o seguinte:

BOVINOS

Em 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2025 o comportamento do número de abates de bovinos é detalhado conforme se segue:

BOVINOS TOTAL

	2021	2022	2023	2024	2025
Bovinos	5678	6852	6822	7087	5345

O abate de bovinos é aquele que apresenta maior expressão no quadro da receita, não obstante, verifica-se uma considerável diminuição nos efetivos de abate. Para o normal funcionamento da linha de abate de bovinos é necessário alocar 17 colaboradores em cada um dos postos de trabalho. Em épocas de maior procura e consequentemente de maior número de animais para abate, o ideal é funcionar com 19 colaboradores.

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, E.I.M.,S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370-132 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Conservatória Reg. Comercial Mirandela - Matricula e Pessoa Coletiva nº 507868285

O abate ocorre duas vezes por semana, segunda-feira é o dia com maior expressão, onde se abate em média 80 bovinos.

Quarta-feira é um bate com pouca expressão, muitas vezes insuficiente para cobrir os custos de transformação. Já se avaliou a possibilidade de realizar um único dia de abate, no entanto, percebemos que a grande maioria dos talhos não tem capacidade de refrigeração para mais que uma carcaça e, o Matadouro não consegue assumir os custos energéticos com as câmaras de frio para a respetiva conservação das peças de carne.

Para além da receita das taxas de abate, existe ainda a receita da venda dos couros e peles de bovinos, que representa a segunda maior receita do matadouro, vertida na AIN – Agroindustrial do Nordeste, E.I.M. S.A. e que teve a seguinte expressão no rédito obtido em 2025:

Acumulado	2025		2024		2023				
Descrição	Qnt. Cabeça	Peso Frio	Qnt. Cabeça	Peso Frio	Qnt. Cabeça	Peso Frio	Valor 2025	Valor 2024	Valor 2023
Taxa Circa							46 929,71	55 978,03	54 479,56
Peles e Couros							66 487,68	102 721,61	194 149,46
Desmancha e Embal							7 456,94	9 300,19	17 379,68
Subprodutos M3							29 889,60	33 223,74	34 655,80
Bovinos	5345	1 269 352	7087	1 626 804	6822	1 533 430	387 710,05	410 415,15	299 271,85
Ovinos Cordeiros	2677	16923	6578	40 221	6145	38 288	10 102,48	25 741,44	24 179,00
Ovinos Borregos	6631	49165	4895	40 665	6708	55 347	29 204,01	27 251,65	34 647,03
Ovinos Ovelhas					16	339	0,00	0,00	225,00
Caprinos Cabritos	2295	11983	2191	11 328	2243	11 838	8 939,32	9 050,91	8 843,95
Leitões	2508	18307	2505	17 969	1813	12 881	11 468,40	11 459,28	7 515,30
Suínos	0	0	300	48 278	520	74 434	0,00	16 771,12	22 190,29
							598 188,19 €	701 913,12 €	697 536,92 €

No quadro da receita, por espécie, é possível verificar que as peles de bovinos tiveram uma considerável redução de valor, consequência do atual contexto económico. É expectável que os preços se mantenham em baixa para o ano de 2026. No sentido de equilibrar a receita e compensar a perda resultante da desvalorização das peles, foram realizadas durante o ano de 2024, três atualizações no preço do abate de bovinos. O preço praticado, por Kg de carcaça, era de 0,20 € e, atualmente está nos 0,32 €, uma atualização de 37,5% que proporcionou um acréscimo de receita de aproximadamente 111.000 €. Em 2025 verificou-se uma redução drástica nos abates de bovinos, originada pelo elevado preço da carne, levando os consumidores a procurar alternativas de consumo.

SUÍNOS

Em 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2025 a evolução do número de abates de suínos é detalhado conforme se segue:

SUÍNOS E LEITÕES TOTAL CABEÇAS

	2021	2022	2023	2024	2025
SUINOS	749	634	520	300	0

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, E.I.M.,S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370-132 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Conservatória Reg. Comercial Mirandela - Matricula e Pessoa Coletiva nº 507868285

LEITÕES	1049	725	1813	2505	2508

Em 2025 não foram realizados abates de suínos. É necessário um elevado investimento neste setor de abate.

PEQUENOS RUMINANTES

Em 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2025 a evolução do número de abates de pequenos ruminantes é detalhado conforme se segue:

	PEQUENOS RUMINANTES CA				
	2021	2022	2023	2024	2025
CORDEIROS	6 199	7 756	6145	6578	2677
BORREGOS	5 572	5 630	6708	4895	6631
OVELHAS	409	245	16	0	0
CABRITOS	2 647	2 319	2243	2191	2295

Em 2025 é possível observar uma ligeira diminuição no abate de pequenos ruminantes, tal comportamento deve-se à subida dos preços.

Receita dos Couros e Peles de Bovinos

Acumulado	2025		2024		2023				
Descrição	Qnt. Cabeça	Peso Frio	Qnt. Cabeça	Peso Frio	Qnt. Cabeça	Peso Frio	Valor 2025	Valor 2024	Valor 2023
Peles e Couros							66 487,68	102 721,61	194 149,46

Ativos e Passivos do Matadouro Industrial do Cachão

Como já foi referido anteriormente, os abates no matadouro têm diminuído significativamente, pelo que, o défice de exploração é manifestamente superior ao verificado no exercício económico anterior. Referir que, o facto de o Matadouro ter estado encerrado para obras no mês de janeiro também contribuiu para este cenário económico. O passivo e as dívidas acumuladas podem ser um entrave ao futuro do

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, E.I.M.,S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370-132 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Conservatória Reg. Comercial Mirandela - Matricula e Pessoa Coletiva nº 507868285

Matadouro Industrial do Cachão. À data da elaboração do presente relatório, temos conhecimento de um pedido de Insolvência, requerido pelo credor Ares Lusitani. O Conselho de Administração está a preparar um plano de recuperação para ser apreciado e votado em Assembleia de Credores.

O credor Pedro Barradas continua a ter o maior peso na dívida do Matadouro Industrial do Cachão, e com o qual é necessário negociar o pagamento da dívida, dentro ou fora da esfera da Insolvência, para podermos materializar a fusão por incorporação da sociedade AIN – Agroindustrial do Nordeste EIM, S.A., com a sociedade MIC – Matadouro do Cachão, S.A.

Recursos Humanos do MIC

A estrutura de recursos humanos é neste momento de 23 funcionários, com muita antiguidade nas funções que exercem. Neste momento, 65% dos atuais funcionários têm mais de 60 anos o que por si só reflete alguma dificuldade na mudança e introdução de novos métodos de trabalho, e melhor produtividade.

Acontecimentos subsequentes

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acercas de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Não obstante, importa salientar que o contexto externo em 2026 continuará sujeito a fatores de incerteza geopolítica e económica. A persistência do conflito na Ucrânia, a instabilidade no Médio Oriente e o agravamento de tensões comerciais entre grandes blocos económicos, designadamente entre EUA, China e União Europeia, poderão ter efeitos adversos sobre o tecido empresarial europeu e mundial.

Adicionalmente, eventuais alterações em políticas comerciais internacionais, nomeadamente ao nível de tarifas e medidas protecionistas, poderão impactar as cadeias de abastecimento, os custos logísticos e o preço de matérias-primas estratégicas. Estes fatores poderão influenciar negativamente as condições de funcionamento, investimento e financiamento das empresas, exigindo uma gestão prudente e capacidade de adaptação contínua ao enquadramento macroeconómico.

Cumprimento de obrigações legais e regulamentares

- A Entidade não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro;

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, E.I.M.,S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370-132 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Conservatória Reg. Comercial Mirandela - Matricula e Pessoa Coletiva nº 507868285

- Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás a Entidade não é detentora de ações próprias;

- A Entidade não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e no artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo);

- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Entidade em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Entidade, entende que a Entidade tem capacidade de prosseguir em continuidade;

- Todas as transações que envolvem a Entidade, e no que lhe é aplicável, respeitam as obrigações impostas pela Lei n.º 25/2008, de 5 de junho (assim como, as obrigações impostas pelas atualizações posteriores a este diploma), o qual estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.

CONCLUSÂO

Este relatório tem como objetivo clarificar toda a estrutura de funcionamento da Unidade Industrial do Matadouro do Cachão. Reservamos alguma incerteza para o futuro, por um lado, porque é expectável que em 2026 tenhamos um Matadouro a funcionar em Mogadouro e, por outro lado, porque decorre um processo de Insolvência da sociedade Matadouro do Cachão.

Continuamos a ter de lidar com as constantes avarias dos equipamentos no decorrer do abate, o que origina repetidas falhas na entrega da carne aos clientes, que por sua vez começam a perder a confiança nos nossos serviços.

É urgente a renovação de alguns equipamentos, concretamente, na caldeira de aquecimento da água, nas câmaras de frio e nas unidades de transporte de carne, como prioridade. De seguida, deverá desenhar-se um plano de intervenção para reparar e conservar outros equipamentos e espaços dentro do Matadouro, como é o caso das linhas aéreas para abate de todas as espécies.

De referir a questão do quadro do pessoal que, até finais de 2026, vamos ter 7 funcionários com idade legal para a reforma. Receamos que possa ser muito difícil a substituição destes colaboradores.

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, E.I.M.,S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370-132 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Conservatória Reg. Comercial Mirandela - Matricula e Pessoa Coletiva nº 507868285

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2025 é negativo, no valor de 56.650,11 €, conforme documento de Demonstrações Financeiras apenso ao presente relatório, assume a Administração do MIC, como desiderato, continuar a procurar soluções que possam melhorar os resultados líquidos e, acima de tudo, o compromisso na recuperação e promoção do Matadouro Industrial do Cachão.

A Administração do MIC considera que o projeto MIC, ainda que com alguns constrangimentos, tem espaço para evoluir e acrescentar valor à região.

Pelo exposto, propõe-se aos digníssimos acionistas a aprovação do relatório de gestão e demonstração financeiras apresentadas, levando o resultado líquido do exercício, negativo no valor de 56.650,11 € para a conta de resultados transitados.

Cachão, 29 de abril de 2026

O Conselho de Administração

O presidente

Michel Monteiro

Vogal

Orlando Pires

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, E.I.M.,S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370-132 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Conservatória Reg. Comercial Mirandela - Matricula e Pessoa Coletiva nº 507868285

Vogal

Vera Cristina Quintela Pires Preto

Vera Preto

Participação de Acionistas

Os acionistas abaixo referenciados estão nas condições do nº4 do artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais.

AGRO-Industrial do Nordeste E.I.M., S.A. – 10.000 ações – 100%

MATADOURO – INDUSTRIAL DO CACHÃO, E.I.M.,S.A.
Tef. 278.945151 – Email: agronordeste@sapo.pt CACHÃO – 5370-132 MIRANDELA
Capital Social € 500.000 – Conservatória Reg. Comercial Mirandela - Matricula e Pessoa Coletiva nº 507868285

MATADOURO INDÚSTRIAL CACHÃO, SA

CACHÃO

NIF: 507868285

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em euros)

	NOTAS	31-12-2025	31-12-2024
A C T I V O			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	3/6	291.691,34	323.613,73
Ativos Intangíveis	3/5	0,00	0,00
		291.691,34	323.613,73
ACTIVO CORRENTE			
Clientes	3/12	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	3/15	3.578,43	2.750,43
Outros Créditos a Receber	3/12	23.841,94	6.995,87
Diferimentos	3/12	0,00	0,00
Caixa e Depósitos Bancários	3/4	0,00	0,00
		27.420,37	9.746,30
TOTAL DO ACTIVO		319.111,71	333.360,03
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Subscrito	3/12	500.000,00	500.000,00
Outras Reservas			0,00
Resultados Transitados	3/12	(3.243.954,73)	(3.205.543,46)
Ajustamentos em Activos Financeiros		0,00	0,00
Excedentes Revalorização	3/12	470.287,15	470.287,15
Outras Variações no Capital Próprio		0,00	0,00
		(2.273.667,58)	(2.235.256,31)
Resultado Líquido do Periodo	3/12	(56.650,11)	(38.411,27)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	12	(2.330.317,69)	(2.273.667,58)
PASSIVO			
PASSIVO NAO CORRENTE			
Estado e Outros Entes Públicos	3/15	0,00	14.591,07
Financiamentos Obtidos	3/12	437.683,00	437.683,00
		437.683,00	452.274,07
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3/12	606.710,00	584.946,30
Estado e Outros Entes Públicos	3/15	33.131,99	19.189,38
Financiamentos Obtidos	3/12	0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros	3/12	1.571.904,41	1.550.617,86
Diferimentos	3/12	0,00	0,00
		2.211.746,40	2.154.753,54
TOTAL DO PASSIVO		2.649.429,40	2.607.027,61
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		319.111,71	333.360,03

Demonstração individual dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025	2024
Vendas e serviços prestados	3/9	0,00	0,00
Subsídios á exploração	3/9	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	3/15	-2.438,60	-1.943,95
Gastos com pessoal	3/13	-457.809,74	-419.288,73
Imparidades de dívidas a receber(perdas/reversões)	3/12	0,00	0,00
Outros rendimentos	3/15	497.580,82	495.835,32
Outros gastos	3/15	-61.772,07	-76.481,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiam. e impostos		-24.439,59	-1.878,71
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/15	-31.922,39	-32.219,09
Imparidades de Invest. Deprec./amortizações(perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos financ.. e impostos)		-56.361,98	-34.097,80
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	3/8	-288,13	-4.313,47
Resultado antes de impostos		-56.650,11	-38.411,27
Imposto sobre rendimento do periodo	3/11	0,00	0,00
Resultado Líquido do Periodo	17	-56.650,11	-38.411,27

Demonstração das Alterações no Capital Próprio a 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Capital Realizado	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido Periodo	Outras variaçõs CP	Excedent. de Revaloriz.	Total Capital Próprio
Posição no Início Período 2024	500.000,00	0,00	0,00	-3.166.684,39	-38.859,07	0,00	470.287,15	-2.235.256,31
								0,00
Resultado líquido do período					-38.411,27			-38.411,27
Alterações no Período								0,00
Distribuição resultados								0,00
Primeira adopção do novo referencial contabilístico								0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-38.859,07	38.859,07			0,00
Posição no fim do período 2024	500.000,00	0,00	0,00	-3.205.543,46	-38.411,27	0,00	470.287,15	-2.273.667,58
								0,00
Resultado líquido do período					-56.650,11			-56.650,11
								0,00
Operações com detentores do capital próprio								0,00
Realização do capital								0,00
Realização de prémios de emissão								0,00
Distribuição			0,00					0,00
Outras operações				-38.411,27	38.411,27			0,00
								0,00
Posição no fim do período 2025	500.000,00	0,00	0,00	-3.243.954,73	-56.650,11	0,00	470.287,15	-2.330.317,69

Demonstração das Alterações no Capital Próprio a 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Capital Realizado	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido Periodo	Outras variaçõs CP	Excedent. de Revaloriz.	Total Capital Próprio
Posição no Início Período 2023	500.000,00	0,00	0,00	-3.130.482,62	-36.201,77	0,00	470.287,15	-2.196.397,24
								0,00
Resultado líquido do período					-38.859,07			-38.859,07
Alterações no Período								0,00
Distribuição resultados								0,00
Primeira adopção do novo referencial contabilístico								0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-36.201,77	36.201,77			0,00
Posição no fim do período 2023	500.000,00	0,00	0,00	-3.166.684,39	-38.859,07	0,00	470.287,15	-2.235.256,31
								0,00
Resultado líquido do período					-38.411,27			-38.411,27
								0,00
Operações com detentores do capital próprio								0,00
Realização do capital								0,00
Realização de prémios de emissão								0,00
Distribuição			0,00					0,00
Outras operações				-38.859,07	38.859,07			0,00
								0,00
Posição no fim do período 2024	500.000,00	0,00	0,00	-3.205.543,46	-38.411,27	0,00	470.287,15	-2.273.667,58

Demonstração dos Fluxos de Caixa a 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em euros)

	NOTAS	2025	2024
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-26.935,83	-3.438,56
Pagamentos ao pessoal		-441.403,49	-430.281,11
Caixa geradora pelas operações		-468.339,32	-433.719,67
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		468.627,45	438.033,14
Fluxo de caixa das actividades operacionais [1]		288,13	4.313,47
Fluxo de caixa das actividades investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e proveitos similares			
Fluxo de caixa das actividades investimento [2]		0,00	0,00
Fluxo de caixa das actividades financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização capital e de outros inst. capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e custos similares		-288,13	-4.313,47
Dividendos			
Redução capital e de outros inst. capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo de caixa das actividades financiamento [3]		-288,13	-4.313,47
Variações de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		0,00	0,00
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	0,00	0,00

Índice

1. Identificação da Entidade Pág. 7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras Pág. 8
3. Principais Políticas Contabilísticas Pág. 9
   3.1 Bases de mensuração Pág. 9
   3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro Pág.14
   3.3 Principais fontes de incerteza Pág.14
4. Fluxos de Caixa Pág.15
5. Ativos Intangíveis Pág.15
6. Ativos Fixos Tangíveis Pág.16
7. Locações Pág.16
8. Custos de Empréstimos Obtidos Pág.16
9. Réditos Pág.17
10. Acontecimentos Após a Data do Balanço Pág.17
11. Imposto Sobre o Rendimento Pág.18
12. Instrumentos Financeiros Pág.18
13. Benefícios dos Empregados Pág.20
14. Partes Relacionadas Pág.20
15. Outros Gastos e Rendimentos Pág.21
16. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais Pág. 23
17. Proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos do Período Pág.23

1.Identificação da entidade

Matadouro Industrial do Cachão, SA (adiante designado apenas por MIC), foi constituído em 2006, com a sua sede social no Complexo do Cachão - Cachão registada na Conservatória do Registo Comercial de Mirandela e n.º de contribuinte 507868285, atualmente com a atividade principal o abate de gado. Tendo como objetivo a promoção de ganhos de eficiência e eficácia a atividade operacional do matadouro industrial foi internalizado desde Abril de 2017 na AIN, SA, detentora de 100% do capital do MIC.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

.Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela lei nº 20/2010 de 23 de Agosto, decreto-lei nº 36-A/2011, de 9 de março, leis nºs 66-B/2012 de 31 dezembro, 83-C/2013 de 31 dezembro e decreto-lei nº 98/2015 de 2 junho;

. Aviso nº15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);

.Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, alterada pela portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

. Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas);

. Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo ás Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do regulamento nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida. As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos na Portaria nº 220/2015 de 2 de junho, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2 – Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira

e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2024.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem despesas incorridas com a propriedade de programas informáticos, estudos e projetos industriais e comerciais, encontrando-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidades acumuladas quando previstas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se forem por este controlável e se o respetivo valor puder ser medido com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

b) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados em produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicáveis, exceto para os terrenos e edifícios e outras construções, valores reavaliados, tendo por base o VPT, constituindo-se uma reserva de reavaliação livre no valor de 470.287,15.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Descrição	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4
Outros activos fixos tangíveis	4

c) Imparidades em ativos

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios de imparidade, o MIC procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence. Ativos intangíveis de vida útil definida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade

reconhecidas já não se verificam ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração do rendimento integral.

Esta reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

d) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer. Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, na rubrica " Financiamentos Obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e as depreciações do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

e) Inventários

Os inventários são registados ao valor de custo de aquisição da última fatura. Os custos dos inventários incluem todos os custos associados à compra, não incluindo contudo quaisquer custos financeiros.

O método de custeio adotado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

f) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

g) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros.

ii) Empréstimos

Aos empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou custo amortizado. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

v) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. São revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

i) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo.

j) Rédito e especialização do exercício

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros, decorrentes da atividade da Empresa, são reconhecidos líquidos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos na demonstração de resultados.

l) Subsídios

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que o MIC cumprirá as obrigações inerentes e o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante o período em que são reconhecidos os custos que eles visam compensar.

m) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não se encontram corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos dado que mesmo existindo diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis não se espera que nos próximos exercícios a empresa gere resultados positivos suficientes para os absorver uma vez que possui resultados fiscais negativos muito avultados. Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço.

n) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem

o) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, caso existam indícios que possam estar em imparidade são registados os gastos ou rendimentos na demonstração dos resultados.

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1. Caixa e equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rúbrica apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	0,00	0,00
Depósitos bancários	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**

5. Ativos Intangíveis

Movimentos ocorridos nas rubricas dos Ativos intangíveis e nas respetivas amortizações.

Descrição	Saldo em 31-12-2024	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2025
Propriedade indústrial	2.280,00			0,00	2.280,00
Projectos de desenvolvimento	12.804,00				12.804,00
Total	15.084,00	0,00	0,00	0,00	15.084,00

Amortizações Acumuladas

Descrição	Saldo em 31-12-2024	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2025
Propriedade Indústrial	2.280,00				2.280,00
Projectos de desenvolvimento	12.804,00				12.804,00
Total	15.084,00	0,00	0,00	0,00	15.084,00
Activo intangível líquido	**0,00**				**0,00**

6. Ativos Fixos Tangíveis

6.1 Movimentos ocorridos nas rubricas dos Ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações.

Activo Fixo tangível

Descrição	Saldo em 31-12-2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2025
Terrenos e recursos naturais	255.567,68				255.567,68
Edifícios e outras construções	652.663,94				652.663,94
Equipamento básico	104.671,65				104.671,65
Equipamento transporte	27.046,74				27.046,74
Equipamento administrativo	16.467,74				16.467,74
Outros activos fixos tangíveis	11.046,99				11.046,99
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00				0,00
Total	1.067.464,74	0,00	0,00	0,00	1.067.464,74

Depreciações Acumuladas

Descrição	Saldo em 31-12-2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e alienações	Correcções e Transferências	Saldo 31-12-2025
Edifícios e outras construções	584.617,89	31.922,39			616.540,28
Equipamento básico	104.671,65				104.671,65
Equipamento transporte	27.046,74				27.046,74
Equipamento administrativo	16.467,74				16.467,74
Outros activos fixos tangíveis	11.046,99				11.046,99
Total	743.851,01	31.922,39	0,00	0,00	775.773,40
Activo tangível líquido	**323.613,73**				**291.691,34**

7. Locações

7.1 Ativos em locação financeira

A empresa tem ativos fixos tangíveis adquiridos em locação financeira, como se descreve:

Descrição	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento Básico	25.044,55	25.044,55	0,00
Equipamento Transporte	22.300,00	22.300,00	0,00
Total	**47.344,55**	**47.344,55**	**0,00**

8. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos nos exercícios de 2025 e 2024 reconhecidos como gastos foram os seguintes:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Juros de financiamentos obtidos	0,00	0,00
Outros juros e custas	288,13	4.313,47
Total	**288,13**	**4.313,47**

9. Réditos das vendas, prestações de serviços e subsídios

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	0,00	0,00
Subsidios á exploração(a)	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**

10. Acontecimentos após a data do balanço

10.1 Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem consideradas materiais.

Após o termo do exercício e até á presente data, ocorreram acontecimentos subsequentes que implicam, divulgações neste anexo:

. Foi requerida em 05/02/2026 declaração de insolvência pela Ares Lusitani-Stc, SA em relação aos créditos cedidos pelo Novo Banco SA no valor de 940.752,00.

. Não obstante, salientamos que o contexto externo nomeadamente os conflitos na Ucrânia e Irão poderão ter, provavelmente, um efeito negativo em termos sociais e económicos sobre o tecido empresarial europeu e mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento, nomeadamente no agravamento dos preços de algumas matérias-primas e da energia.

10.2. Aprovação das contas pelo Conselho de Administração

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30/04/2026. Contudo, as mesmas estão sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas nos termos da legislação em vigor em Portugal.

11. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Impostos diferidos	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**

12. Instrumentos Financeiros

12.1 Ativos e passivos financeiros

a). Clientes, Outras contas a receber e imparidades de ativos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a conta de clientes tinha a seguinte composição:

Clientes	31-12-2025	31-12-2024
Clientes conta corrente	0,00	0,00
Clientes cobrança duvidosa	243.049,53	243.049,53
Perdas por imparidade acumuladas	-243.049,53	-243.049,53
Total	**0,00**	**0,00**

O valor contabilizado na rúbrica de perdas por imparidades acumuladas - clientes, refere-se a 100% dos saldos de clientes em contencioso e clientes-créditos em mora.

Outras Contas a Receber	31-12-2025	31-12-2024
Devedores diversos	0,00	0,00
Outros acréscimos proveitos	23.841,94	6.995,87
Fornecedores imobilizado	0,00	0,00
Total	**23.841,94**	**6.995,87**

b). Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rúbrica de diferimentos era composta como se segue:

Gastos a reconhecer	31-12-2025	31-12-2024
Seguros	0,00	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Rendimentos a reconhecer	31-12-2025	31-12-2024
Outros proveitos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

c). Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rúbrica de capital próprio tinha a seguinte composição:

Descrição	Saldo em 31-12-2024	Aplicação	Resultado líquido	Saldo 31-12-2025
Capital (a)	500.000,00			500.000,00
Resultados transitados	(3.205.543,46)	(38.411,27)		(3.243.954,73)
Outras variações no capital próprio (b)	470.287,15			470.287,15
Resultado líquido do exercício	(38.411,27)	38.411,27	(56.650,11)	(56.650,11)
Total	**(2.273.667,58)**	**0,00**	**(56.650,11)**	**(2.330.317,69)**

a) O capital da empresa é representado por 10000 ações nominativas de valor unitário de 50 euros. O capital subscrito encontra-se totalmente realizado.

b) A rúbrica de outras variações no capital próprio diz respeito a excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis tendo por base o valor patrimonial tributário de terrenos e imóveis.

d). Financiamentos, Fornecedores e Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, estas rúbricas tinham a seguinte composição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Passivos não correntes		
Financiamentos obtidos	437.683,00	437.683,00
Total	**437.683,00**	**437.683,00**
Passivos correntes		
Fornecedores	606.710,00	584.946,30
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Pessoal - remunerações a pagar	22.871,61	20.964,20
Credores p/ acréscimos de gastos	53.832,90	46.329,93
Credores diversos	1.495.199,90	1.483.323,73
Total	**2.178.614,41**	**2.135.564,16**

13. Benefícios dos empregados

13.1 Gastos com pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rúbrica de gastos com o pessoal, apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Remunerações :		
. O. Sociais	1.800,00	450,00
. Pessoal	347.425,80	319.784,14
Encargos sobre remunerações	76.100,26	69.303,10
Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	32.483,68	29.736,85
Custos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	0,00	14,64
Total	**457.809,74**	**419.288,73**

13.2 Número médio de trabalhadores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o número médio de trabalhadores, tinha a seguinte composição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Administração	3	3
Serviços Administrativos	2	2
Produção	21	21
Total	**26**	**26**

14. Partes relacionadas

As transações e saldos entre partes relacionadas de 2025 e 2024 são os seguintes:

Associadas	2025			2024		
	Prest. Serv.	Cred.Div.	Reemb.G.	Prest. Serv.	Cred.Div.	Reemb.G.
Ain-Agro-Ind. Nordeste SA	0,00	1.495.199,90	497.193,56	0,00	1.483.323,73	493.322,31
Total	**0,00**	**1.469.392,85**	**497.193,56**	**0,00**	**1.483.323,73**	**493.322,31**

15. Outros gastos e rendimentos

15.1 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rúbrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Electricidade	0,00	0,00
Combustíveis	0,00	0,00
Honorarios	0,00	0,00
Gás	0,00	0,00
Material de escritório	0,00	0,00
Contencioso e notariado	105,00	105,00
Comunicação	0,00	0,00
Seguros	0,00	38,95
Transporte de mercadorias	0,00	0,00
Deslocação e Estadas	0,00	0,00
Conservação e Reparações	533,60	0,00
Publicidade	0,00	0,00
Trabalhos especializados	1.800,00	1.800,00
Outros fornecimentos e serviços	0,00	0,00
Total	**2.438,60**	**1.943,95**

15.2 Outros rendimentos e outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rúbrica de outros ganhos e perdas operacionais apresentava a seguinte composição:

Outros rendimentos e ganhos

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	0,00	0,00
Descontos p.pagamento obtidos	0,00	0,00
Correcções exercício anteriores	0,00	2.369,29
Excesso estimativa para impostos	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	497.580,82	493.466,03
Total	**497.580,82**	**495.835,32**

Outros gastos e perdas

Impostos	52.454,77	75.767,35
Donativos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Correcções exercícios anteriores	9.317,30	0,00
Quotizações	0,00	0,00
Descontos p.p concedidos	0,00	0,00
Multas e penalidades	0,00	714,00
Outros gastos e perdas	0,00	0,00
Total	**61.772,07**	**76.481,35**

15.3 Depreciações e amortizações

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rúbrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Propriedades de investimento		
Edifícios e outras construções	0,00	0,00
SubTotal	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	31.922,39	31.922,41
Equipamento básico	0,00	296,68
Equipamento transporte	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00
SubTotal	31.922,39	32.219,09
Activos intangíveis		
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00
Propriedade Indústrial e Outros Direitos	0,00	0,00
SubTotal	0,00	0,00
Total	**31.922,39**	**32.219,09**

15.4 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Activo Corrente		
Pagamentos por conta(IRC)	0,00	0,00
Valores penhorados	0,00	0,00
Retenção impostos(IRS)	0,00	0,00
Iva a recuperar	3.578,43	2.750,43
Total Activo	**3.578,43**	**2.750,43**
Descrição	**31-12-2025**	**31-12-2024**
Passivo não Corrente		
Pagamento especial p/ conta	0,00	0,00
Contribuições p/ segurança social(a)	0,00	14.591,07
Total Passivo não Corrente	**0,00**	**14.591,07**
Descrição	**31-12-2025**	**31-12-2024**
Passivo Corrente		
IRC a pagar	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre o rendimento	1.275,00	1.180,00
IVA a pagar	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	24.056,69	10.209,50
Imposto municipal imóveis	7.800,30	7.799,88
Taxas - SIRCA e FCT	0,00	0,00
Total Passivo Corrente	**33.131,99**	**19.189,38**

A empresa tem dívidas em mora á Segurança Social no valor de 14.311.07, referentes a contribuições do mês de novembro de 2025.

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

Cachão, 29 de Abril de 2026.

O Contabilista Certificado :

(Victor Magalhães)

O Conselho de Administração :

(Presidente: Michel Monteiro)

(Vogal: Orlando Pires)

(Vogal: Vera Preto)

Matadouro Industrial do Cachão, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2025

Ex.mos Senhores Acionistas,

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração do **Matadouro Industrial do Cachão, S.A.**, relativamente ao exercício findo em **31 de dezembro de 2025**.

TRABALHOS EFETUADOS

2. No decurso do exercício prosseguiu o Fiscal Único com a periodicidade julgada necessária e conveniente, por amostragem, à análise e apreciação dos registos e procedimentos contabilísticos inteirando-se da evolução da gestão social.

3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório Anual de Conclusões e Recomendações da Auditoria, endereçado ao Conselho de Administração e aos acionistas, nos termos dos deveres de acompanhamento e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais.

ÂMBITO

4. No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e o Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) A proposta de aplicação de resultados tem claro fundamento.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja, 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

ANOTAÇÕES

5. A sociedade não cumpre há vários anos com os pressupostos e condições impostas pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apesar de nunca ter sido tomada qualquer medida das previstas no art.º 62.º do referido diploma.

6. Tal como referido na Certificação Legal de Contas a sociedade encontra-se em processo de insolvência, aguardando a assembleia de credores para decidir sobre o desenvolvimento do processo de insolvência.

7. A sociedade não aplica o SNC-AP na preparação da informação financeira e das demonstgrações financeiras.

8. A Entidade, conforme dispõe no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, deve proceder à elaboração do "relatório de boas práticas de governo societário".

PARECER

9. Tudo devidamente ponderado, designadamente o que contém a Certificação Legal das Contas, somos de parecer favorável que a Assembleia:

a) Delibere sobre a aprovação do Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e o Anexo, relativos ao exercício de 2024 apresentados pelo Conselho de Administração;

b) Delibere sobre a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido apresentada pelo Conselho de Administração;

c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

O Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e a todos os serviços da empresa a colaboração prestada.

Bragança, 14 de maio de 2026

Fernando Peixinho & Associado, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por: **Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues – ROC n.º 1047**
Registado na CMVM com o n.º 2016-0660

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto, n.º 120 - 1.º Sobreloja, 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt., 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Matadouro Industrial do Cachão, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em **31 de dezembro de 2025** (que evidencia um total de **319.112 euros** e um total de capital próprio negativo de **2.330.318 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **56.650 euros**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Matadouro Industrial do Cachão, S.A.** em **31 de dezembro de 2025** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, a Entidade encontra-se obrigada a preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Não obstante, na prestação de contas relativa ao exercício findo em 2025, a Entidade ter adotado como referencial de relato as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, não nos foi possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras preparadas com referência a 31 de dezembro de 2025.

Pelo facto de não ter sido feita a cobertura de prejuízos há vários anos pela sua participada AIN, como lhe cumpre nos termos do art.º 40.º da Lei 50/2012, o Ativo e o Capital Próprio encontram-se subavaliados nesse valor, sem prejuízo da entidade ser devedora à sua participada no valor de € 1.502657,14.

Apesar de termos feito o teste de confirmação externa de saldos com uma extensão significativa, a não obtenção de respostas por parte das empresas solicitadas e, também, os procedimentos alternativos de auditoria que usámos não nos permitiram obter a evidência considerada necessária, o que nos impede de formar opinião sobre saldos de fornecedores no valor de 582.832,15 Euros.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

Não obtivemos informação completa e adequada relativa ao montante refletido na rubrica de "Financiamentos Obtidos". Adicionalmente, os procedimentos alternativos que desenvolvemos, tendo-se revelado inconclusivos, apesar de o valor reclamado pelo credor, em sede de execução judicial, ser significativamente superior. Por tal facto, encontramo-nos limitados quanto à expressão da nossa opinião relativamente ao montante de 437.683,00 Euros incluídos na rubrica de "Financiamentos Obtidos", que consta no passivo não corrente da Entidade, em 31 de dezembro de 2025.

A sociedade apresenta um excedente de revalorização de 470.287,15 Euros, resultante de uma avaliação efetuada aos ativos fixos tangíveis por perito independente, há mais de 4 anos. Tal revalorização deveria, anualmente, ser objeto de testes de imparidade, o que, tendo em atenção o desempenho da Entidade e a sua situação patrimonial, conjugado com a antiguidade e localização desses ativos nos limitam quanto à formação da opinião sobre a razoabilidade do excedente de revalorização supramencionado.

Pelo facto de não termos obtido resposta ao pedido de confirmação efetuado junto dos advogados da Entidade, não estamos em condições de formar opinião sobre a eventual necessidade de constituição de provisões para fazer face a possíveis riscos contingenciais, para além dos supra identificados sobre dívidas em processo de execução judicial.

A empresa foi objeto de uma ação de pedido de insolvência pelo credor Aries Lusitani STC , SA, a qual foi declarada procedente e nomeado o respetivo administrador judicial. Atendendo às condições de funcionamento da sociedade e ao processo de insolvência em curso somos de opinião que as contas deveriam ter sido preparadas na ótica da liquidação e não na ótica do acréscimo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

A Entidade tenha preparou as suas demonstrações financeiras na ótica da continuidade das operações, sendo o resultado líquido do exercício negativo, o que associado aos prejuízos acumulados ao longo dos exercícios anteriores, refletem uma situação patrimonial que apresenta um capital próprio negativo em 2.330.317,69 Euros, o que consubstancia um estado de falência técnica, não se perspetivando a sua

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

possível reversibilidade. Tal como referido anteriormente, a sociedade encontra-se em processo de insolvência declarado pelo Tribunal.

Ênfase

O facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pelas guerras, e em particular o mais recente ataque ao Irão, a que se associam alterações profundas na geopolítica mundial, conjugadas com a introdução de tarifas aduaneiras pelas principais economias do mundo tem-se traduzido em níveis de incerteza e instabilidade, com repercussão na atividade do comércio internacional. Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo, no entanto, possível prever o impacto nas demonstrações financeiras da entidade para o ano em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

No decurso de 2017, tendo em conta os constrangimentos financeiros da Entidade, bem como as consequências operacionais que advêm deste facto, a sua atividade operacional foi internalizada na AIN – Agro-Indústrial do Nordeste, E.I.M., S.A. Não obstante, esta internalização carece ainda de uma decisão formal sobre a forma como deverá decorrer.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos e aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Bragança, 14 de maio de 2026

Fernando Peixinho & Associado, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por: **Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues – ROC n.º 1047**
Registado na CMVM com o n.º 2016-0660

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

Mirandela, 05 junho de 2026.

O Presidente da Câmara Municipal;

Vítor Manuel Correia

O Vice-Presidente em Regime de Tempo Inteiro;

Orlando Ferreira Pires

A Vereadora em Regime de Tempo Inteiro;

Vera Cristina Quintela Pires Preto

O Vereador em Regime de Tempo Inteiro;

Luís Filipe Leonor Fernandes Saraiva

O Vereador em Regime de Não Permanência;

Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto

A Vereadora em Regime de Não Permanência;

Maria Helena Chéu Guedes Vaz Ferreira Rodrigues

A Vereadora em Regime de Não Permanência;

Cristina Maria Ferreira Passas